



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 09ª REGIÃO FISCAL – SRRF 09

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MARÇO/2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 09ª REGIÃO FISCAL – SRRF 09

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012, Portaria CGU nº 133/2013 e Norma de Execução CGU nº 01/2013.

Curitiba, março/2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia-Geral da União
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico-Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Audit – Coordenação-Geral de Auditoria Interna
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CGU – Controladoria-Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
COAEF – Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação-Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação-Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria-Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação-Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação
COPEs – Coordenação-Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação-Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação-Geral de Tributação
COTEC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEMAC - Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação

FHAB – Ficha de Habilitação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
IN – Instrução Normativa
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PF – Pessoa Física
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PJ – Pessoa Jurídica
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RFB – Receita Federal do Brasil
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 150/2012)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ	17
Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	115
Quadro 3 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	119
Quadro 4 – Despesas por Grupo e elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	120
Quadro 5 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	124
Quadro 6 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos	125
Quadro 7 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	125
Quadro 8 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	127
Quadro 9 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	127
Quadro 10 – Força de Trabalho da UJ	135
Quadro 11 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	136
Quadro 12 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	137
Quadro 13 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária	138
Quadro 14 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade	138
Quadro 15 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois Anteriores	140
Quadro 16 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	143
Quadro 17 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	149
Quadro 18 – Composição do Quadro de Estagiários	165
Quadro 19 – Distribuição Espacial Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	181
Quadro 20 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	182
Quadro 21 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	183
Quadro 22 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	190
Quadro 23 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	192

Quadro 24 – Declaração do Contador de que Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ	202
--	-----

Declarações

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV	203
---	-----

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	9
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 119/2012</u>	
1 - Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	17
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada	19
1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada	30
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	34
1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada	57
1.6 - Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade	77
2 - Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	
2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada	80
2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos	83
2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício	94
2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada	98
3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	
3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ	115
4 - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	
4.1 - Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada	118
4.2 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira	119

5 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

- 5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 124
- 5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal 125

6 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

- 6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade 135
- 6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários . 143

7 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

- 7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros 167
- 7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros 181

8 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

- 8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras 190
- 8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água 192

9 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

- 9.1 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno 194
- 9.2 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas 195
- 9.3 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 197

10 - Informações Contábeis

- 10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente,

para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade 199

10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão 202

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes à própria Superintendência e as 16 (dezesseis) unidades regionais da Receita Federal do Brasil (RFB) da 9ª Região Fiscal, abrangendo os Estados do Paraná e Santa Catarina.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 150, de 2012.

Quanto ao item 17 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão designado para apresentar informações sobre este item) expediu Ofício-Circular nº 15/2012/SEGEP-MP, de 10/09/2012, solicitando que todos os órgãos do Ministério da Fazenda, entre outros, incluíssem em seus Relatórios de Gestão informações acerca do processo gradual de substituição de trabalhadores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU nº 1.520/2006-Plenário). Com relação ao tema, esta UJ informa que não possui postos terceirizados que descumpram o disposto no Decreto nº 2.271/1997, que normatiza a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

ITENS E QUADROS QUE NÃO FORAM TRATADOS NESTE RELATÓRIO

Não constam deste Relatório as seguintes informações, acompanhadas das correspondentes justificativas:

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	
3.1	Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da Unidade
3.4	Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da Unidade
3.5	Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU
Justificativa: os itens acima são aplicáveis à SRRF09, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.	
3.3	Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal.
Justificativa: Por ser órgão da administração direta, a RFB não possui diretoria estatutária, conselho de administração e conselho fiscal.	

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
Quadro A 4.1	Programa de Governo Constante do PPA - Temático
Quadro A 4.2	Objetivos de Programa Temático de Responsabilidade da UJ
Quadro A 4.3	Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ
Quadro A 4.4	Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ
Quadro A 4.5	Programa de Governo Constante do PPA – Gestão e Manutenção
Quadro A 4.6	Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ

Justificativa: Esta UJ, apesar de possuir ações vinculadas a Programa Temático, não recebeu orçamento nem executou recursos financeiros nestas ações. Em consequência, os quadros A 4.1 a A 4.4 da Portaria TCU nº 150/2012 citados acima não foram preenchidos porque não se aplicam à natureza desta UJ ou porque não há conteúdo a ser declarado.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

Quadro A 4.7	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
Quadro A 4.8	Programação de Despesas Correntes
Quadro A 4.9	Programação de Despesas de Capital
Quadro A 4.10	Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
Quadro A 4.11	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
Quadro A 4.12	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
Quadro A 4.13	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Justificativa: Os quadros acima não foram preenchidos porque não se aplicam à natureza da SRRF09 e somente constam no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Quadro A 5.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
--------------	--

Justificativa: O quadro acima não foi preenchido porque não há conteúdo a ser declarado por esta SRRF09. Durante o exercício de 2012, não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Quadro A 5.3	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
Quadro A 5.4	Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro A 5.5	Resumo dos Instrumentos de Transferências que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
Quadro A 5.6	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
Quadro A 5.7	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Justificativa: Os quadros acima não foram preenchidos porque não há conteúdo a ser declarado por esta SRRF09.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro A 5.9	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
--------------	--

Justificativa: O quadro acima não foi preenchido porque não se aplica à natureza da SRRF09.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Quadro A 5.13	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
Quadro A 5.14	Valores Remunerados e Respectiva Contrapartida
Quadro A 5.15	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A 5.16	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
Quadro A 5.17	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
Quadro A 5.18	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
Quadro A 5.19	Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ
Quadro A 5.20	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
Quadro A 5.21	Comunicações à RFB

Quadro A 5.22	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Item 5.5.9	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
Quadro A 5.23	Ações da RFB
Quadro A 5.24	Requisições e Precatórios – Administração Direta
Quadro A 5.25	Requisições e Precatórios – Administração Indireta
Justificativa: Os quadros acima não foram preenchidos porque não se aplicam à natureza da SRRF09. Apenas os quadros A 5.13, A 5.14, A 5.15 e A 5. constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central. Por fim, a RFB não faz gestão de precatórios (Item B da página 59 da DN TCU nº 119/2012).	

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Quadro A 6.7	Composição do Quadro de Servidores Inativos
Quadro A 6.8	Instituidores de Pensão
Justificativa: A RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões, cuja gestão está a cargo da área de pessoal do Ministério da Fazenda. Neste sentido, não foi tratado neste Relatório o item 6.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas, nem foram preenchidos os quadros acima.	
Quadro A 6.9	Atos Sujeitos ao Registro do TCU
Quadro A 6.10	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU
Justificativa: A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos de admissão efetuados de forma descentralizada pelas Unidades Pagadoras após o fornecimento dos números de controle Sisac/TCU pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas às mesmas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, os quadros A 6.9 e A 6.10 só existirão no relatório do órgão central (RFB), contemplando os valores nacionais.	
Quadro A 6.11	Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac
Quadro A 6.12	Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU
Quadro A 6.13	Atuação do OCI Sobre os Atos Submetidos a Registro
Justificativa: Com relação ao item 6.1.7 da Portaria TCU nº 150/2012 deixaram de ser preenchidos os seguintes quadros, conforme justificativas a seguir: Quadros A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac - não pode ser preenchido porque não existe consulta gerencial no Sisac que permita apurar a tempestividade do registro em relação ao prazo legal; Quadros A.6.12 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (art. 14 da IN TCU nº 55/2007); e Quadros A.6.13 - Atuação do OCI sobre Atos Submetidos a Registro – a RFB não é órgão instituidor de aposentadorias e pensões.	
Item 6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
Item 6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Justificativa: Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais. Não há como verificar via extração sistematizada, a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.

O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

Quadro A 6.14	Cargos e Atividade Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ
Quadro A 6.15	Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados
Quadro A 6.16	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Justificativa: Segundo instruções da CGU, a RFB não deve preencher os quadros A.6.14, A.6.15 e A.6.16, pois não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira Auditoria da RFB. Na Prestação de Contas 2011/2012, em razão de uma interpretação equivocada, foram apresentados números relativos à substituição de terceirizados que não executavam atividades típicas da Carreira Auditoria da RFB, mas sim atividades de secretariado, apoio administrativo, auxiliar de escritório e recepcionista.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A 8.1	Gestão da Tecnologia da Informação da UJ
Justificativa: o quadro acima é aplicável à SRRF09, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.	

10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro A 10.1	Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício
Quadro A 10.2	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício
Quadro A 10.3	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI
Quadro A 10.4	Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Justificativa: os quadros acima não foram preenchidos porque não há conteúdo a ser declarado.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	
11.3	Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.
11.4	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.
11.5	Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
11.6	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.
Justificativa: Estes itens não são aplicáveis aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme disposto no Item B da página 59 da DN TCU nº 119/2012.	

12. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ
Justificativa: este item não foi preenchido porque não há conteúdo a ser declarado.

41. PARTE “B”, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012
Justificativa: este item não foi preenchido porque não se aplica à SRRF09.

43. PARTE “B”, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012
Justificativa: este item não foi preenchido porque não se aplica à SRRF09.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SRRF09 NO EXERCÍCIO

As informações contidas neste Relatório de Gestão são referentes às Unidades Gestoras sob jurisdição da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – SRRF 09.

Alguns Itens e Quadros são pertinentes apenas à Unidade Orçamentária – 170010 – Secretaria da Receita Federal do Brasil e tais informações estão replicadas neste Relatório de Gestão da Superintendência Regional com a finalidade de facilitar a avaliação das informações pelos Órgãos de Controle Regionais.

Neste ano de 2012 esta região fiscal obteve excelentes resultados, dentre os quais se destaca:

- ✓ 2.348 fiscalizações encerradas e 1.092 em andamento; 3.570 diligências encerradas e 1.332 em andamento; 21.360 revisões de declarações e 1.242 representações fiscais para fins penais; crédito tributário lançado de R\$ 7.690.593.950,00;
- ✓ Apreensões de mercadorias decorrentes de crimes de contrabando e descaminho (informática, eletrônicos, brinquedos, bebidas, cigarros, veículos, armas, munições e outros) num total R\$ 522.374.353,00 (equivalente a US\$ 316.613.151). Durante o ano de 2012 foram efetuadas saídas de mercadorias por destinações a órgãos públicos, entidades sem fins lucrativos, leilões e destruição num montante de R\$ 453.930.815,19 (foram assinados 1.648 atos de destinação de mercadorias pelo Sr. Superintendente e 173 atos pelos Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil); o estoque final em 31/12/2012 é de R\$ 476.498.364,03; em

2012 foram destruídos 87.089.282 maços de cigarros e promovidos 38 leilões, obtendo a arrecadação de R\$ 55.297.393,00.

- ✓ As atividades de repressão ao contrabando e descaminho também permitiram que a apreensão de drogas e entorpecentes (maconha, haxixe, cocaína, crack e lança-perfumes) atingisse o total de 3.099 kg; também foram realizadas 884 prisões e 1.274 operações em toda a região fiscal que resultaram na retenção de impressionantes 3.883 veículos;
- ✓ Na área de Comércio Exterior esta 9ª região fiscal executou 366.028 despachos de importação, resultando num total de US\$ 38.513.254,00 para 25.825.884 toneladas; Os despachos de exportação foram 210.276, expressos em valor FOB de US\$ 35.126.274,00 para 40.521.393 toneladas; Nos Portos Secos as importações desembaraçadas foram de 95.405 DI's (US\$ 8.181.309.846), com um volume de 4.086.327 toneladas; as exportações desembaraçadas foram 45.863 DE's (US\$ 2.528.013.961) com um volume de 1.159.957 toneladas.
- ✓ Foram realizados 178 eventos de treinamentos, com 2.330 participantes;
- ✓ Na área de Logística, os recursos executados no SIAFI por esta região alcançaram o patamar de R\$ 107.664.649,77, sendo R\$ 77.027.737,18 relativo a custeio e R\$ 30.636.912,59 de capital (investimentos); Do total de recursos disponibilizados em 2012, R\$ 30.297.873,10 foram inscritos em Restos a Pagar (com execução financeira em 2013), sendo R\$ 9.232.253,22 de custeio e R\$ 21.065.619,88 de capital. O nível de execução das despesas liquidadas (excluindo-se os Restos a Pagar) desta região fiscal foi de 88% em relação a despesa de custeio (corrente) e de 31,24% das despesas de capital (investimentos).
- ✓ A arrecadação de receitas tributárias não previdenciárias em 2012 na 9ª região fiscal foi de R\$ 65.472.886.366,00, valor este correspondente a 95,57% da previsão anual e 15,38% a mais do valor arrecadado em 2011. A excelente arrecadação coloca a 09ª região fiscal em 4º lugar no ranking nacional (8,8%);
- ✓ A arrecadação de receitas tributárias previdenciárias em 2012 na 9ª região fiscal foi de R\$ 25.711.904.614,00, valor este 1,25% a mais da previsão anual e 11,61% a mais do valor arrecadado em 2011. A excelente arrecadação alça a 9ª região fiscal em 4º lugar no ranking nacional (9,37%) também nesta modalidade de receita tributária;
- ✓ Até dezembro de 2012, um total de 2.336.760 atendimentos foram prestados aos contribuintes nos Centros de Atendimento e agências de toda a região fiscal, com um tempo médio de atendimento de 06 minutos e 16 segundos (00:06:16 h) e tempo médio de espera de 12 minutos e 26 segundos (00:12:26 h). Destacam-se nesta área os 17.722.027 CPF's e 2.883.257 CNPJ's trabalhados; além disto, foram efetuados 550.231 cadastros de empresas no SIMPLES e 225.003 de micro empreendedores individuais (MEI);
- ✓ Foram recepcionadas 6.212.672 declarações em 2012 (IRPF – Simples Nacional – Pessoa Jurídica Inativa – DIPJ – ITR – DIRF – DCTF – PER/DECOMP e outras);
- ✓ Foram impetrados 1.837 Mandados de Segurança e resolvidos 1.135 processos de consulta e 32 pedidos de orientação.

A principal dificuldade do ano foi a restrição de créditos orçamentários de custeio ocorrida nos oito primeiros meses, principalmente nos gastos com passagens e diárias, o que obrigou a readequação das operações e atividades fins desta Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, privilegiando as operações de fiscalização e atividades aduaneiras e reduzindo as atividades administrativas que requeriam deslocamentos, cujas reuniões muitas vezes foram realizadas por meio da tecnologia de “vídeo conferência”.

Outro ponto a ser observar é que em 2012 mudou a política de aplicação dos valores disponibilizados para investimentos em relação a 2010: expressivo aumento em Obras e Instalações

e redução significativa para a aquisição de equipamentos e material permanente. Esta política de investimentos revela-se pelos seus números, eis que 93,34% dos recursos foram destinados para a rubrica 51 – Obras e Instalações; neste item temos R\$ 5.090.000,00 para construção da sede da DRF/Florianópolis/SC; R\$ 6.874.940,00 para revitalização da ACI/Cargas da IRF/Dionísio Cerqueira e R\$ 12.600,00 para execução do projeto de restauração da fachada da DRF/Joaçaba/SC.

Destaque-se que neste ano de 2012 a Administração pode exercer mais a contento suas atividades institucionais pois o reforço da dotação orçamentária, superior a um ano de intensa restrição como ocorrida em 2011, possibilitou as atividades meio darem o suporte necessário para que as atividades fins fossem executadas de forma mais intensa, coordenada e aprimorada.

Para 2013, a diretriz desta SRRF09 é a mesma de toda a Receita Federal do Brasil: cumprir com sua missão institucional, que é exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade, com a visão de que a Receita Federal do Brasil deve ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional.

Como resultados são esperados aproximar a arrecadação efetiva da potencial, elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras, contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade, aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição e fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade. Estes resultados serão frutos de algumas ações efetivas, tais como o combate incansável e contínuo contra a sonegação, ao contrabando e descaminho, excelência no atendimento ao contribuinte, cumprimento integral das normas administrativas; forte rigidez no controle do crédito orçamentário, privilegiando as atividades fins sem afetar as atividades meios; Como meta específica tem-se para o ano de 2013 a conclusão da construção da sede da DRF/Florianópolis/SC.

Por derradeiro, toda missão, visão institucional e resultados esperados só são alcançados e efetivamente concretizados porque tem como fundamento os valores desta nobre Instituição Pública: Respeito ao cidadão, integridade, lealdade, profissionalismo e transparência.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 1: **Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada** *(Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal – SRRF09				
Denominação Abreviada: Superintendência da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal				
Código SIORG: 003165		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 170156
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: órgão público.			CNPJ: 00.394.460/0135-53	
Principal Atividade: administração tributária			Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:		(041) 3320 - 8276	(099) 9999-9999	(041) 3320 - 8489
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br				
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br				
Endereço Postal: Rua Marechal Deodoro, 555, 10º andar, Centro, Curitiba/PR, CEP 80020-911				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª região fiscal	00.394.460/0135-53	170156	ativa	Não se aplica.
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. em 17 de maio de 2011;				
Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010;				
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Carta de Serviços ao Cidadão				
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)				
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)				
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro				
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio				
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador				
Manual de Despacho de Importação				
Manual de Despacho de Exportação				
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional				
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2012				
Manual para Aplicação de Sanções Administrativas em procedimentos de contratações públicas				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
170157	DELEGACIA DA RFB EM CASCAVEL			
170158	DELEGACIA DA RFB EM CURITIBA			
170159	DELEGACIA DA RFB EM LONDRINA			
170160	DELEGACIA DA RFB EM PONTA GROSSA			
170161	DELEGACIA DA RFB EM MARINGÁ			
170162	DELEGACIA DA RFB EM FOZ DO IGUAÇU			
170163	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE PARANAGUÁ			
170169	DELEGACIA DA RFB EM FLORIANÓPOLIS			
170170	DELEGACIA DA RFB EM JOAÇABA			
170171	DELEGACIA DA RFB EM JOINVILLE			
170172	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE ITAJAÍ			
170314	DELEGACIA DA RFB EM BLUMENAU			
170315	DELEGACIA DA RFB EM LAGES			
170342	INSPETORIA DA RFB EM FLORIANÓPOLIS			

170343	INSPETORIA DA RFB EM CURITIBA
170389	ALFÂNDEGA DA RFB PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170157	00001
170158	00001
170159	00001
170160	00001
170161	00001
170162	00001
170163	00001
170169	00001
170170	00001
170171	00001
170172	00001
170314	00001
170315	00001
170342	00001
170343	00001
170389	00001

Fonte: SIORG e SIAFI.

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar , coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores , observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp
- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação – Coget;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.

- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;
 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1ª RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2ª RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3ª RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4ª RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5ª RF	BA e SE	Salvador
6ª RF	MG	Belo Horizonte
7ª RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8ª RF	SP	São Paulo
9ª RF	PR e SC	Curitiba
10ª RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas as 15 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ's) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	15
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	55
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	362
TOTAL	571

Ao longo deste Relatório de Gestão, será demonstrado como a RFB busca atingir seus objetivos, cumprindo sua missão e perseguindo sua visão de futuro. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



Fonte: Portaria RFB nº 978, de 30 de abril de 2012

As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras
	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reduzir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2012, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades
	Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores
	Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias
	Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas
	Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização
	Reduzir a evasão do crédito tributário
	Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB
	Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais.
	Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria
	Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções
	Agilizar a solução dos processos de consultas
	Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva
	Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos
	Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo
	Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte
	Fortalecer as ações de cobrança administrativa.
	Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2012 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e são acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas *Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	
Fortalecer a comunicação institucional	*Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema Atos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais – Wikijur *Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal SISCOMEX

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Sistemas Integrados do MCT

Dos 27 (vinte e sete) projetos estratégicos institucionais 12 (doze) tem previsão de encerramento em 2013, 8 (oito) em 2014, 2 (dois) em 2015 e 2 (dois) em 2016. No ano de 2012 foram encerrados 3 (três) projetos: Wikijur, Macroprocessos de Mercadorias Apreendidas e Intranet.

Para determinar o grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 55 (cinquenta e cinco) indicadores estratégicos. Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 29 (vinte e nove) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação dos resultados da Instituição no ano de 2012 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, apresentado adiante no item 2.3 deste relatório, e o item 2.4 que apresenta a análise de cada um dos indicadores disponíveis, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos. Dos indicadores com análise de resultados temos 67,5% deles com resultados dentro do esperado, 10% com resultados pouco abaixo do esperado, 5% com resultados muito abaixo do esperado e 17,5% com resultados muito acima do esperado.

1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

1. ASSESSORAMENTO DIRETO

2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECETARIAS

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Estão subordinadas às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF's, as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF, ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF, e INSPETORIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - IRF, Classe Especial

Às Delegacias da Receita Federal do Brasil - DRF's, Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's e Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de classes "Especial A", "Especial B" e "Especial C", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

1.1 - Às Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF's de Classes "A" e "B", quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, são inerentes as competências do artigo anterior, em seu caput e respectivos incisos, excetuando-se as relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

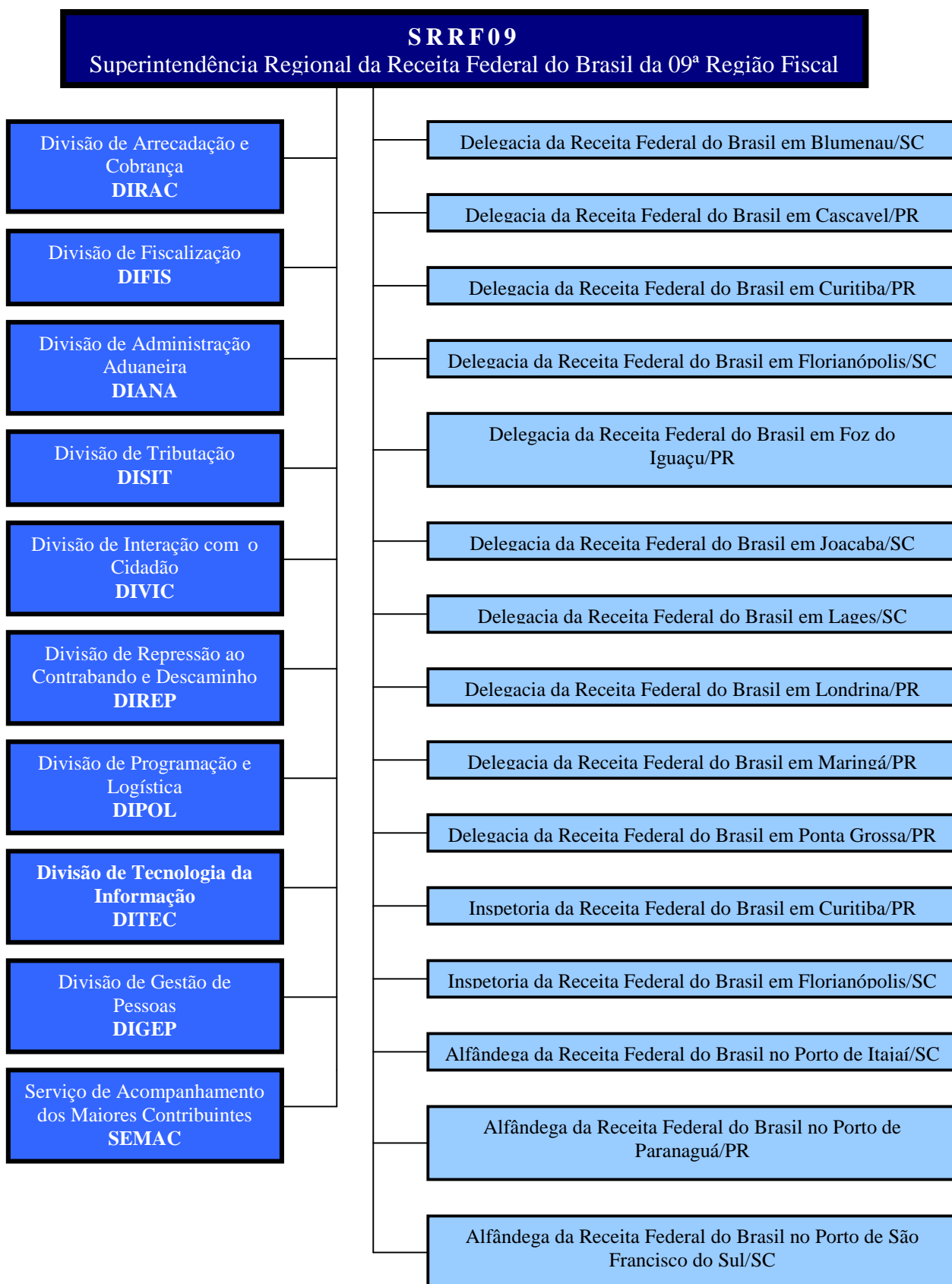
1.2 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

Às Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

Obs.: a) As Agências da Receita Federal do Brasil - ARF's são subordinadas às Delegacias da Receita Federal - DRF's.

b) As Inspetorias da Receita Federal do Brasil - IRF, são subordinadas às DRF's, ALF's ou às IRF's - Classe Especial.

Organograma da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª região fiscal



Unidades Descentralizadas



QUANTIDADE DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS NA 09ª REGIÃO FISCAL	
Tipo	Quantidade
SRRF	1
DRF	11
IRF de Classe Especial “B” e “C”	2
IRF de Classe “A” e “B”	7
ALF	3
Agência	43
TOTAL	67
Observações:	
1 - Das 67 unidades da Receita Federal do Brasil descentralizadas na 09ª região fiscal, apenas 16 estão sob a jurisdição da Superintendência, quais sejam: todas as Delegacias (DRF), as Inspetorias (IRF) de Classe Especial “A” e “B” – sediadas em Curitiba e Florianópolis – e todas as Alfândegas (ALF).	
2 - Já as Inspetorias (IRF) de Classe “A” e “B” estão sob a jurisdição de Delegacias e Inspetorias de Classe Especial.	
3 - Por fim, todas as Agências da Receita Federal do Brasil estão sob a jurisdição de Delegacias.	

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



Fonte: Portaria RFB nº 978, de 30 de abril de 2012 - Adaptado

1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2012 foram arrecadados R\$ 1,0 trilhão (um trilhão de reais) em pouco mais de 264 milhões de documentos de arrecadação, utilizados para extinção dos créditos tributários, resultantes do processamento de cerca de 11,3 milhões de declarações (DCTF). A Rede Arrecadadora manteve-se em 2012 com 28 instituições financeiras.

Redução dos custos com a Rede Arrecadadora:

Em dezembro de 2012 as tarifas pagas aos agentes arrecadadores foram unificadas e reduzidas para R\$ 0,40 (quarenta centavos) por documento de arrecadação. Esta redução permitirá uma economia anual estimada em cerca de R\$162 milhões.

Darf Numerado:

Em abril de 2012, iniciou-se a arrecadação com novo padrão de código de barras no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Nesse novo padrão, o documento de arrecadação recebe um número no momento de sua geração/impressão. Tal padrão permitirá ampliar a utilização do código de barras no Darf, reduzindo custos e erros de digitação.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder o controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Foi implementado no ano de 2012 o Programa de Omissos Pessoa Física, no qual foi identificado e intimado por meio de processamento eletrônico os contribuintes obrigados a entrega de Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, que incidiram em um dos critérios de obrigatoriedade de entrega, tais como auferimento de rendimentos tributáveis acima do limite, operações em renda variável, entre outros.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).
 - Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a outubro/2012, 1.53 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 19,8 bi de créditos em cobrança;
 - Do total cobrado neste ano, foram recebidos em espécie R\$ 395 milhões (1,75% do total cobrado), foram parcelados R\$ 706,8 milhões (3,13%) e extintos por compensação R\$ 161,3 milhões (0,72%), totalizando R\$ 1.26 bilhões de créditos recuperados (5,60% do total de crédito tributário cobrado);
 - Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 79.122 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2012. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 115 milhões mil em pagamentos; R\$ 203 milhões em parcelamentos; e R\$ 8.9 milhões mil foram objeto de retificação;
 - Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União;

- De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e
- Foi desenvolvido, em parceria com o Ministério da Previdência e o INSS, o sistema Malha para a Declaração de Contribuições Previdenciárias (GFIP), que visa identificar fraudes relacionadas a retificação de valores, concessão de benefícios indevidos e reduções indevidas do número de vínculos empregatícios. Da mesma forma está sendo implantado no final deste mês o programa malha Declaração de Débitos da Pessoa Jurídica (DCTF), que visa identificar a omissão de informações e fraudes tributárias.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2012 foram recepcionados 1.046.038 PER/DCOMP, sendo 632.870 declarações de compensação, 307.962 pedidos de restituição, 63.505 pedidos de ressarcimento e 41.701 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 74 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 185.479 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2012, foram emitidas 262.755 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, sendo 97.466 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DCOMP ou solicitando documentos complementares), 4.219 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 161.070 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 5 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 78.677 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1 bilhão. Do total de processos, 78,81% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 62.010 processos, totalizando R\$ 964 milhões. Foi devolvido pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 41.193 processos, correspondendo a cerca de R\$ 53,3 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de R\$ 12,7 bilhões para pagamento de restituição de 11 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

- publicação da 1ª etapa do material: “perguntas e respostas”, com enfoque didático às questões formuladas pelas unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens; e
- Seminário Nacional, com a participação da PGFN - objetivando disseminar os novos conceitos legais e operacionais de controle de bens, os novos sistemas e sobretudo, e principalmente voltado à sensibilização dos Servidores para criação de nova cultura do processo de garantia do crédito tributário na instituição.

Iniciativas de ordem operacional:

- disponibilização de listas - com os créditos tributários dos sujeitos passivos – às unidades descentralizadas, para a realização do arrolamento de bens;
- homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia , COMPROVI, de gestão da Sufis; e
- disponibilização de sistema informatizado - para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contagil, de gestão a cargo da Sufis.

Iniciativas de natureza gerencial:

- criação do Índice de Garantia do Crédito Garantido (IGT), que medirá a relação entre montante de bens arrolados e passivo tributário a ser garantido.

Como consequência das iniciativas mencionadas, observa-se fortalecimento das medidas para garantia do crédito tributário e que houve aumento do IGT do início para final do ano de 2012, e basicamente houve superação da meta proposta por todas regiões fiscais, conforme tabela 1:

Tabela 1: Apuração do ICTG						META
Região Fiscal	ICTG - 1º trim/2012	ICTG - 2º trim/2012 (*)	TOTAL DÉBITOS	Arrolamentos até 30/09/2012 (em R\$)	ICTG - 3º trim/2012 (*)	2012
1ª	8,4%	13,5%	11.388.243.757,61	1.971.635.014,80	17,3%	11,4%
2ª	2,1%	2,2%	10.388.685.449,02	267.720.025,70	2,6%	5,1%
3ª	1,0%	1,2%	5.708.067.695,43	70.255.038,00	1,2%	2,1%
4ª	2,1%	2,4%	9.107.801.116,06	837.311.175,70	9,2%	4,0%
5ª	3,4%	4,6%	13.137.216.613,83	617.068.661,70	4,7%	6,4%
6ª	4,8%	6,6%	23.076.111.393,08	1.586.944.969,60	6,9%	7,0%
7ª	4,1%	4,3%	56.795.473.662,37	2.506.748.301,30	4,4%	7,1%
8ª	5,4%	7,2%	182.579.887.582,03	13.773.181.331,90	7,5%	6,4%
9ª	7,0%	13,5%	19.764.892.770,20	3.004.970.338,10	15,2%	10,0%
10ª	7,9%	9,5%	10.915.386.095,01	1.154.890.224,10	10,6%	10,9%
Brasil	5,1%	6,8%	342.861.766.134,64	25.790.725.080,90	7,5%	6,9%
Indicador = Arrolamentos já realizados /Total Débitos						
(*) Para fins de comparação, foi considerado o total de débitos inicialmente levantados em janeiro/2012						

Também observa-se que houve aumento expressivo dos valores de bens arrolados ao longo do ano de 2012, em comparação com o ano anterior, conforme tabela 2, demonstrando expectativa de consolidação para o ano de 2013.

Bens Arrolados – Acumulado (em reais)			
Região Fiscal	Até 2011	Até 2012	Variação (%)
1ª	1.243.719.184,20	2.085.627.836,30	67,7
2ª	199.940.374,10	274.567.633,00	37,3
3ª	57.627.924,60	284.090.599,90	393,0
4ª	192.565.636,50	841.984.435,40	337,2
5ª	358.853.299,70	955.939.989,90	166,4
6ª	1.103.698.243,70	1.844.102.739,20	67,1
7ª	2.095.164.829,20	2.563.068.740,90	22,3
8ª	11.528.512.861,50	14.710.845.678,00	27,6
9ª	1.653.748.227,40	3.527.408.422,20	113,3
10ª	893.394.998,60	1.206.638.894,00	35,1
Brasil	19.327.225.579,50	28.294.274.968,80	46,4

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;
- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período.

Para o ano de 2012, a meta definida foi 85%, alcançando o resultado de 80,19%, representando 94,4% da meta estipulada.

Em 2012, foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar conhecimento para as equipes de pesquisa e seleção da área aduaneira, visando a mitigar as diferenças de estrutura entre as diferentes regiões fiscais do país, apontadas por levantamento prévio.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do '*Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes -IGAM*', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:

$(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$

Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 99,2% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 98,36%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2012, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações.

A avaliação desse processo é realizada por meio do '*Indicador Global da Fiscalização – IGF*', resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

- *Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF*, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (Peso 70%);
- *Indicador do Crédito Tributário - ICT*, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (Peso 5%); e
- *Indicador de Presença Fiscal - IPF*, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (Peso 25%).

Para o ano de 2012 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 85,60%, com alcance desdobrado de 81,7% para o IDF; 110,3% para o ICT e 91,9% para o IPC.

No ano de 2012, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 115,8 bilhões, superando em 10,3% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2012, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2012 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;

- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação- Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

- I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;
- II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;
- III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2012, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a instituição, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 8,60 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros;
- Em 2012 foram realizados procedimentos fiscais em decorrência de ações de pesquisa e investigação que apontaram indícios de interesse fiscal em 525 contribuintes;
- Durante o ano foram realizadas inúmeras operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações, as mercadorias apreendidas alcançaram a cifra de aproximadamente R\$ 100 milhões, número que pode ser considerado satisfatório no contexto dos resultados atingidos ao longo dos últimos anos;

- A partir de solicitações das Delegacias da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelas dívidas tributárias, em regra já existentes, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pelas DRF e a execução das dívidas já existentes. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, de um grupo econômico com atuação em diversas unidades da federação, principalmente Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e com uma dívida bilionária junto à Fazenda Nacional. A Justiça determinou a indisponibilidade dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas neste esquema até o montante de R\$ 500 milhões.

Foi um ano marcado por um cenário de crise econômica mundial, restrições orçamentárias e movimentos paredistas, não apenas na RFB, mas também em órgãos parceiros. Estes últimos merecem atenção especial pois, dada a característica de nosso processo finalístico, calcado em parcerias com órgãos externos, provocaram a necessidade de ajustarmos nossa atuação com o adiamento de diversas ações planejadas para o ano. Ainda assim, no ano 2012 a atividade de pesquisa e investigação resultou em 20 operações de impacto, contabilizando-se aqui apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 370 mandados de busca e apreensão e realizadas 140 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2012, nos possibilitou também a apreensão de cerca de 12 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países.

Um dado relevante, que corrobora a consolidação do modelo de realização das ações de Pesquisa e Investigação, calcado na execução de trabalhos em regime de “força tarefa” com outros órgãos públicos, são as condenações obtidas. Há registros de 40 condenações em 1ª Instância em 2012, referentes a operações deflagradas entre 2003 e 2008, verificando-se desde 2009 um certo aumento das condenações decorrentes das investigações realizadas com a participação da Receita Federal, o que eleva significativamente a percepção de risco por parte dos contribuintes.

Em um ano marcado pela comemorada reformulação da Lei de Lavagem de Dinheiro, conduzimos diversas iniciativas na intenção de marcar a firme posição da RFB em reforçar a atuação do Estado brasileiro na prevenção e combate a tão danoso crime.

Demos início à implantação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro na RFB, fruto de acordo assinado entre a instituição e Secretaria Nacional de Justiça- SNJ. A implantação desta estrutura, voltada para a utilização de modernas soluções tecnológicas na investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, trará excepcional ganho na capacidade investigativa da Receita Federal, proporcionando resultados mais rápidos e efetivos nas investigações e fiscalizações que realiza.

Homologamos o treinamento, modalidade EaD, em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, mecanismo que permitirá o aumento da capacidade da RFB de transmitir a seus servidores o conhecimento básico necessário para que atuem na luta contra tal crime e delitos conexos.

Iniciamos também o Projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que tem como escopo a definição de sistemática (rotinas, procedimentos e sistemas informatizados) voltada à identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, as quais possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB.

Ainda num ano em que o tema “Lavagem de Dinheiro” esteve bastante presente na RFB, fomos distinguidos pela ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro com a autorização para utilização, em nossos treinamentos na área, do selo de qualidade daquela organização. Tal distinção foi fruto do reconhecimento do trabalho que temos realizado no âmbito do programa de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB.

No campo da cooperação internacional, conduzimos um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do CIAT, visando à construção de um modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Na mesma linha de atuação, prestamos assessoria técnica à Direção Geral de Impostos Internos – DGII de El Salvador, consolidando a atividade de Inteligência Fiscal brasileira como referência na América Latina.

Realizamos diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de segurança no âmbito da RFB, tais como a retomada da campanha de divulgação de seu Manual de Segurança Institucional, a atualização e realização do treinamento EAD no tema, inclusive para novos integrantes da Carreira AFRFB, assim como a capacitação de servidores para atuarem como tutores e/ou multiplicadores.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2012, a Receita Federal realizou 2.680 ações de vigilância e repressão, algumas contaram com a participação de outros órgãos, tais como: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro, dentre outros, em ações conjuntas ou sendo apoiadas por eles.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2012. Merecem destaque aquelas relacionadas com o Projeto Armamento Institucional, envolvendo treinamento e cautela de pistola em calibre .40 e equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; o

desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; a renovação da frota de veículos; as aquisições de coletes balísticos; e o Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção - tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2012, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) bateu os recordes históricos e somou R\$ 2,02 bilhões.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembarçou 3,67 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas podem ser destacadas as iniciativas de mapeamento dos processos, disponibilização na internet dos Manuais de Importação e Exportação para o público externo e atualizações nos manuais internos. Esses Manuais têm como objetivo uniformizar procedimentos e orientar os importadores e exportadores nas atividades relativas ao despacho, sendo útil também aos transportadores, depositários e demais intervenientes. Implementou também o exame de qualificação técnica para Despachantes Aduaneiros (previsto no RA, art. 810, § 1º, inciso VI). Como consequência dessas ações, espera-se redução de erros por parte dos intervenientes e maior eficiência nos procedimentos aduaneiros relacionados ao despacho.

Efetuiu melhorias no SISCOMEX, sistema utilizado para processar a importação e exportação, com a disponibilização do sistema na plataforma Web aos operadores de comércio exterior, proporcionando mais facilidade e comodidade em sua utilização, e a criação do Cadastro Aduaneiro de Intervenientes no Comércio Exterior - Módulo de Despachantes e Ajudantes de Despachantes.

Elaborou integralmente e publicou atos normativos associados ao despacho, dentre ele destacam-se as instruções normativas que dispõem sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel e sobre procedimentos de habilitação prévia de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Ao longo do ano de 2012, a RFB empenhou esforços para mapear os processos dos regimes aduaneiros com vistas ao seu aprimoramento. No caso do regime Admissão Temporária, por exemplo, iniciou-se a concepção de um novo modelo que contempla as necessidades de controle aduaneiro e fluidez do processo, combinadas com os aperfeiçoamentos solicitados pelo setor privado. Como consequência, será publicada uma nova Instrução Normativa em 2013.

Houve melhorias também nas Instruções Normativas referentes ao regimes aduaneiros especiais de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro - e de entreposto industrial sob controle informatizado - Recof.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 14,4 milhões de remessas postais internacionais e processou 4,7 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 51 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 18,7 milhões de passageiros no ano de 2012.

Para facilitar a regularização voluntária dos bens pelo viajante, foi lançado o aplicativo “VIAJANTES NO EXTERIOR”, de disponibilização gratuita, para uso em dispositivos móveis.

Iniciou-se o mapeamento dos processos, e projetos importantes foram desenvolvidos durante o ano, dentre eles estão o e-DBV - Declaração eletrônica de Bens e Valores; o novo modelo de controle de bagagem acompanhada e a criação de um novo sistema para controle de remessas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

O processo “Gerenciar riscos operacionais aduaneiros” tem vital importância para o desenvolvimento do Comércio Exterior, e a Receita Federal tem focado grandes esforços no seu aprimoramento. Foi implementado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros – CERAD, ao qual compete, entre outras, coordenar, orientar e executar estudos e pesquisas com vistas à seleção fiscal aduaneira de zona primária e à determinação de áreas de risco aduaneiro.

Dentre várias ações iniciadas, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, e, ao longo do ano de 2012, deu grande avanço para implementar o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2012, foram elaboradas pela Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri, Medidas Provisórias tratando de temas diversos, onde destacamos, a que institui o Programa

INOVAR-AUTO e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações; a que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; e, a que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

A Sutri participou da elaboração de Decretos Legislativos, onde destacamos o que regulamenta o Programa de Inclusão Digital e o que dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel

Foi encaminhado pelo Ministro da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República o Decreto que aprova o novo Regulamento do Imposto de Renda (RIR). Também já se encontra na Casa Civil da Presidência da República uma atualização do Regulamento Aduaneiro (RA) em fase final de revisão.

Além do novo RIR e do RA, estão sendo atualizados todos os Regulamentos, numa parceria da Coordenação-Geral de Tributação com as Divisões de Tributação das Regiões Fiscais. O Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o Regulamento da Contribuição Previdenciária já estão em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda na RFB, sofrendo as últimas revisões pela Cosit e pelas respectivas Disit responsáveis, encontram-se atualmente o novo Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins e a atualização do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

No ano de 2012, as DRJ julgaram em torno de 71.000 processos, o que significa uma redução de aproximadamente 21% em comparação com o ano de 2011, quando foram julgados aproximadamente 90.000 processos. Porém, em termos de créditos tributários, foram julgados em 2012 cerca de R\$ 59 bilhões, representando o mesmo montante julgado em 2011, com 85% dos créditos mantidos em 2012, superior aos resultados atingidos em 2011 que foi de 78% dos créditos mantidos.

Foram implantadas em todas as DRJ as ferramentas de *webconference*, possibilitando a realização de sessões de julgamentos não presenciais. Julgadores localizados em cidades distintas poderão participar da mesma sessão de julgamento, conectados por meio desse aplicativo.

E, por fim, em 2012, as DRJ desenvolveram projetos específicos com vistas à melhora do desempenho de suas atividades, bem como, a formalização da melhoria de seus procedimentos. Destacamos o desenvolvimento dos projetos “Triagem das impugnações por assunto” e “Reforma do contencioso administrativo”, gerenciados pelas DRJ Ribeirão Preto e Florianópolis, respectivamente.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Foi realizado, em 2012, o acompanhamento dos processos acima de 5 milhões que ainda não tiveram a diligência concluída, com a atualização da situação desses processos e o repasse dessa informação aos Superintendentes de cada região fiscal. Esse acompanhamento permitiu concluir que a maioria dos processos levantados inicialmente tiveram suas diligências concluídas ou que foram adotadas providências necessárias para a conclusão das mesmas.

Também em 2012 foi reestruturada e ampliada a participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento, mediante a formação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de DRJs, atingindo-se os seguintes resultados:

I) Acompanhamento de 55 sessões de julgamento (33 das 1ª, 2ª e 3ª Seções do CARF e 22 da CSRF);

II) Cada sessão acompanhada dá origem a um Boletim de Decisões Administrativas publicado na Intranet. Até o mês de novembro de 2012, foram publicados 42 boletins; e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Foram também publicados 56 boletins de decisões administrativas (das 3 Seções do CARF e das 3 Turmas da CSRF). Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

Foram realizados levantamento do acervo do CARF por faixa de valores, tributo e por maiores litigantes (processos acima de R\$ 100 milhões). Este trabalho possibilitou a identificação das teses tributárias discutidas pelos grandes litigantes, bem como a localização da concentração dos maiores valores de créditos tributários em litígio, a fase dos processos acima de R\$ 100 milhões e o tempo em cada atividade.

No que se refere ao acompanhamento das matérias judiciais relevantes e da evolução da jurisprudência emanada do Poder Judiciário, tocantes à matéria tributária e aduaneira, destacam-se os seguintes trabalhos:

- a) Elaboração e divulgação de boletins de decisões judiciais. Em 2012, 10 boletins de decisões judiciais foram divulgados por correio eletrônico aos interessados e disponibilizados na Intranet da RFB.
- b) Envio de matérias para acompanhamento especial no âmbito da PGFN. Foram encaminhados diversos temas à Divisão Nacional de Acompanhamento Especial Judicial e Estratégia de Defesa da PGFN, para avaliação da possibilidade de acompanhamento especial nacional e elaboração de defesa mínima.
- c) Atualização e divulgação da relação de Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida e de Recursos Especiais repetitivos.
- d) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Atos Declaratórios da PGFN.
- e) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Súmulas Vinculantes do STF e das Súmulas aprovadas pelo STJ.
- f) Consolidação e atualização da relação de matérias tributárias de interesse da RFB nas quais a PGFN não irá mais contestar/recorrer, por força do disposto nos arts. 1º e 2º da Portaria PGFN nº 294/2010, e que, por força do Parecer PGFN/CDA nº 2.025/2011, que justificam a dispensa de constituição e de cobrança administrativa de créditos por parte da RFB.
- g) Envio de subsídios para a defesa da Fazenda Nacional (PGFN) por meio de encaminhamento de informações prestadas em mandados de segurança cadastrados no Sicaj.
- h) Levantamentos de Mandados de Segurança no Sicaj para agilização da realização do crédito tributário.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

Destacamos em 2012 a elaboração de mais de 80 Consultas cadastrados no SCI, mais de 1080 atos internos armazenados na Nova Intranet, mais de 1700 atos alimentados no Sijut e a publicação de 3 Pareceres Normativos. Também em 2012, foram respondidas 2.856 consultas pelas 10 Regiões Fiscais da RFB.

Foram também elaboradas diversas Instruções Normativas da RFB, onde destacamos a que dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação; a que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da

Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições); a que estabelece procedimentos para habilitação ao benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e, a que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Na área de educação fiscal, com o advento da Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012, que disciplinou atividades e definiu de diretrizes e público alvo, e, principalmente, institucionalizou o representante da mencionada área (educação fiscal) em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal, observou-se o incremento no número de eventos de educação fiscal: mais de 12.000 eventos em todo o Brasil.

O Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal encontra-se em sua 3ª edição, demonstrou a importância do resgate de nossa história.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2012, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

-Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

-Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e Aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2012, e poderia ter entregado mais se não houvesse a forte restrição de ordem orçamentária.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;

- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

Em relação ao ano de 2011, verifica-se um importante incremento no volume de atendimento por todos os canais de atendimento da Receita Federal com menor tempo médio de espera, apesar do menor quantitativo de atendentes.

- 19 milhões de atendimentos presenciais, com tempo médio de espera de 11m32s;
- Por meio do Portal e-CAC foram acessados 65,2 milhões de serviços - o atendimento a distância ocorreu de forma satisfatória, destacando-se que a maior parte dos serviços do Portal e-CAC implementados com certificado digital, conferiu mais segurança às transações;
- As instituições conveniadas realizaram mais de 10 milhões de atendimentos de CPF;
- atendimento telefônico (146) recebeu mais de 8,6 milhões de ligações no ano de 2012; e
- Concomitantemente, vários projetos foram implementados, gerando melhorias na prestação de serviços pela Receita Federal, como, por exemplo:
 - sistema Visão Integrada do Atendimento (VIA);
 - implantação do Atendimento Integrado com a Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - nova versão do Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SAGA);
 - e a utilização do Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (Siscac), agora na plataforma web (Siscac Web); e
 - Outro ponto positivo foi o início do trabalho de melhoria na comunicação com o contribuinte. A publicação do Manual de correspondências será a primeira etapa de um trabalho de efetiva melhoria nessa comunicação.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir ouvidoria;
- Gerir canais de interação com o cidadão; e
- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

No que se refere ao indicador TME15 (Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos), a média do período indica que 94% dos serviços tiveram

tempo médio de espera abaixo de quinze minutos. Em 2012, o sítio da Receita teve mais de 2,58 bilhões de páginas visitadas, número 4% maior que o registrado em 2011. Os indicadores do atendimento e da educação fiscal foram atingidos por todas as Regiões Fiscais.

1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada



1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2012, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e dos superintendentes regionais e tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

b) Promover Melhoria nos Processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto “Implantação do Escritório de Processos da RFB”.

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2012, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas quatro oficinas de mapeamento de processos, que capacitaram, em nível básico, 39 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Várias iniciativas relacionadas a mapeamento de processos e a projetos de melhoria e inovação em processos estão em andamento, desde o segundo semestre de 2012.

c) Gerir Portfólio de Projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos;
- Gerenciar os projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida; e
- Realizar a execução dos projetos ou iniciativas estratégicas.

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Como novidade do processo de priorização em 2012, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de ‘cestas’ de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

A partir da priorização foram selecionadas 27 Projetos Estratégicos Institucionais, sendo que três deles foram encerrados ainda em 2012 (Projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos

Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet).

Uma iniciativa que se destacou em 2012 foi a migração da carteira de Projetos Estratégicos Institucionais para o Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólio – Clarity, que ocorreu com a capacitação dos novos usuários, com realização de ‘workshops’ para capacitação dos gerentes e migração dos projetos.

Houve, também, a realização de três turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados cerca de 320 servidores em todo o Brasil, além de apoio para realização de dois treinamentos similares, um na Secretaria Executiva, ministrado para todo o Ministério da Fazenda com cerca de 100 servidores capacitados, e outro na SRRF07, onde foram capacitados cerca de mais 100 servidores.

Além disso, houve a realização de dois seminários em Gerenciamento de Projetos no ano de 2012, um no mês de Maio e outro em Novembro, com participação de cerca de 100 pessoas em cada evento.

d) Prospectar Inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

O Canal de Inovação, por meio do ambiente Tempestade de Ideias, ainda em fase de teste, permitirá a captação de ideias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das ideias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir Relações Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e

- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 – 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal-Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos, além de participar, na qualidade de porta-voz da RFB, dos diversos fóruns de discussão que objetivam promover a harmonização tributária e administrativa. Destaca-se a atuação junto ao CONFAZ, com participação em 15 dos 27 Grupos de Trabalho da COTEPE/ICMS.

O Encontro Nacional de Administradores Tributários – Enat, realizado anualmente e coordenado pela RFB, tem-se consolidado como um dos principais eventos de cooperação e integração do País, envolvendo as três esferas de governo.

Em 2012, no âmbito do VIII Enat, várias ações foram negociadas, cabendo destacar a possibilidade de acesso, pelos municípios conveniados, à contabilidade das empresas no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a assinatura de protocolo criando Grupo de Trabalho para analisar as principais questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações. Foram constituídos 11 grupos de trabalho dos quais 3 foram finalizados.

Ressalte-se, também, a conclusão de protocolo para a implantação do Portal Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, que reduzirá os entraves burocráticos relacionados ao Processo de Registro de Empresas e Negócios. O Portal Redesim garantirá a entrada única de dados e de documentos. Cabe destacar a construção do Portal do ITR, como facilitador no trabalho de descentralização da fiscalização e da cobrança desse imposto.

O Portal do ITR juntamente com o Repositório Nacional da Nfe-Serviço, esse articulado com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, são importantes vetores na realização do primeiro eixo do Plano *‘Municípios Fortes, Brasil Sustentável’* do Governo Federal.

A Cocif tem trabalhado, em articulação com as áreas operacionais da RFB, na racionalização de recursos e procedimentos, com o intuito de facilitar o atendimento de convênios celebrados pela RFB.

Regra geral, os convênios celebrados pela RFB são por tempo indeterminado, mas, como os contratos dos convenientes com o Serpro são por prazo determinado, exigia-se abertura de demanda no SCD - Sistema de Controle de Demandas para que o Serpro continuasse prestando as informações.

Em 2012 este procedimento foi alterado. No caso de simples renovação contratual entre o conveniente e o Serpro, a RFB não mais abrirá demandas.

No 2º semestre de 2012 iniciou-se o trabalho de padronização de fornecimento de informações às administrações tributárias estaduais e municipais, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2013.

Sempre com a visão no objetivo estratégico "Fortalecer as relações institucionais", a Cocif faz a interlocução no caso de demandas de órgãos externos nacionais, com convênios celebrados, que envolvam mais de uma área operacional da RFB, e acompanha a execução, em articulação com as áreas operacionais.

Foram atendidos neste formato o IBGE, onde o uso dos dados econômico-fiscais fornecidos pela RFB ajuda a melhorar a qualidade da produção estatística oficial, além de reduzir custos; e o Sebrae, parceiro na prestação de serviços para o desenvolvimento de sistemas informatizados para implantação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

c) Gerir Comunicação Institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição através da modernização dos veículos de que dispõe. Nesse sentido podemos destacar no ano de 2012 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é uma dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível.

Os benefícios recairão sobre o público externo que terá à sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Essa uniformização permite que a “palavra” da instituição para a sociedade seja única e ao mesmo tempo eficaz.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição através dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que, as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas, com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares, em *stricto sensu*, abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar (de que são espécies a investigação patrimonial e a sindicância patrimonial); a análise em sede de juízo de admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores; e a apuração do cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sob o rito ordinário ou sumário, ou de Sindicância Acusatória. O PAD (Procedimento Administrativo Disciplinar) englobará tanto a espécie do processo administrativo disciplinar, em seus dois ritos legais, quanto a espécie da sindicância acusatória, visto todos terem a mesma natureza e seguirem idêntica instrumentalização.

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos PADs em curso e aos servidores neles acusados; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90. Conforme disciplinado internamente pela Portaria Coger nº 219/06, a atividade compreende o emprego dos mais diversos procedimentos investigatórios e instrumentos preliminares de coleta de informações (internas e externas) acerca do fato denunciado, seguido de um parecer conclusivo, propondo à autoridade competente a instauração de PAD ou o arquivamento do feito, em função de terem sido confirmados ou não os indícios de materialidade e de autoria de possível infração disciplinar.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;

b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e

c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de juízo de admissibilidade, evitando-se a instauração de sede disciplinar, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e Gerir Riscos Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” têm como principal atuante a Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, bem como o atendimento e controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias continuadas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do

cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e metodologia de gestão de risco, os estudos e prospecção de melhores práticas e métodos em Gestão de Riscos, e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de orçamento, os recursos disponíveis para a RFB passaram de R\$ 800 milhões para R\$ 1,4 bilhão. Após dois árduos anos de plantio, 2013 pode ser considerado um ano de colheita, em que a RFB terá reais possibilidades de investimento na sua estrutura.

Desde 2007, o orçamento da RFB para as despesas de custeio e investimento ficou estagnado no patamar de R\$ 800 milhões, valor bem aquém das necessidades essenciais para o desempenho das atividades básicas da RFB. Considerando que a maioria das despesas sofre incremento de valor, no

mínimo, pelos índices inflacionários, o seu orçamento deveria ter sido elevado em, pelo menos, 30%, que foi a inflação acumulada neste período.

Além disso, a criação da RFB, em 2007, ocasionou de imediato, o aumento do quantitativo de servidores, cidadãos e contribuintes nos prédios da RFB e do volume de atividades até então desempenhadas, com reflexos diretos na elevação das despesas, mas sem uma maior disponibilização de créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA. Não bastassem estes fatores, foram realizados investimentos à luz do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - PMATA entre os anos de 2005 e 2006, aplicados em grande parte na aquisição de bens permanentes (veículos, lanchas, helicópteros, escâneres, etc.), porém, sem a correspondente elevação das despesas de custeio no orçamento dos anos subsequentes, já que foram necessários gastos com serviços de manutenção, contratação de serviços terceirizados, dentre outros.

Diante deste cenário, foi empreendido, desde 2010, um programa de ações para reversão desse quadro. A primeira e principal delas foi o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, até então esquecido no momento das negociações para obtenção de mais recursos orçamentários, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão. Como resultado de um longo processo de negociação com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o objetivo de recomposição das fontes orçamentárias do Fundaf e sua vinculação à LOA da RFB foi alcançado, o que representou um importante passo na gestão orçamentária, com prognósticos positivos para a LOA da RFB em 2013.

b) Realizar Gestão Contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Tomada de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2012 foi de profissionalização das equipes de programação e logística das Regiões Fiscais da RFB, com base no paradigma de que a gestão contábil é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios, reafirmando que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e fiscais.

As setoriais de contabilidade passaram a utilizar a premissa de geração contínua de geração de informações gerenciais a partir da escrituração contábil, levando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar Governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No que diz respeito à Governança de TI, a RFB recebeu a pontuação de 0,48, o que corresponde ao estágio Intermediário. Já em 2012, houve um salto de qualidade: o iGovTI da RFB passou para 0,69, o que atribui à Instituição o nível aprimorado de Governança de TI. Na área de Gestão de Contratos, o reconhecimento veio de fora. Foram dois os elogios feitos pelo TCU a respeito do contrato com o Serpro.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Tanto assim que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação da RFB, para o período de 2012 a 2015, foi construído com a participação das demais áreas usuárias e das Regiões Fiscais.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 300 mil acionamentos na Central de Serviços. Nesta área, foi elaborado o trabalho Modelo GSERV - Modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, que recebeu o Prêmio Schöntag 2012. Também com o objetivo de buscar uma melhora da satisfação do usuário, foi realizado trabalho conjunto com a Oracle para identificar os sistemas que utilizam as ferramentas da empresa e as interações existentes entre os diversos aplicativos. Isso possibilitou que fosse traçado um panorama a respeito e propostas soluções de melhoria.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Entre eles, merecem destaque o novo Siscomex, o Leilão Eletrônico, a nova Intranet, o novo Sítio da RFB e a APP, que disponibiliza serviços ao cidadão através de dispositivos móveis. Além disso, houve um grande esforço organizacional na Gestão das Demandas de Desenvolvimento de Aplicações Corporativas, com a criação do Portfólio de Produtos de TI e incremento no planejamento.

Ainda nessa área, a contratação da Fábrica de Software abriu grandes possibilidades de desenvolvimento, permitindo que novos aplicativos possam ser priorizados sem onerar a escassa mão de obra de nossos prestadores de serviço. Outro avanço há muito almejado diz respeito à regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Interno, que abre novas frentes de desenvolvimento de sistemas, aproveitando a expertise dos desenvolvedores que temos nos quadros da RFB e com a garantia de qualidade, manutenção e continuidade dos aplicativos desenvolvidos.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;

- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Segurança da Informação, diversas capacitações foram realizadas, com o objetivo de manter a equipe constantemente alinhada com os Objetivos Estratégicos da RFB. Um avanço importante realizado em 2012 foi a evolução das chaves de certificado digital, que passaram de 1.024 bits para 2.048. Outra melhoria realizada foi a revisão das políticas de segurança aplicadas às estações de trabalho, servidores de rede e usuários do Ambiente Informatizado da RFB, com incremento dos níveis de segurança e adaptações necessárias à implantação dos sistemas operacionais Windows 7 (estações de trabalho) e Windows 2008 (equipamentos servidores).

d) Gerir Infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Infraestrutura, houve uma grande expansão da utilização dos recursos de videoconferência, com a licitação de mais de 400 equipamentos visando fortalecer sobremaneira a Comunicação Institucional na RFB em 2013. Além disso, foi firmado contrato de manutenção, suporte e garantia com a fornecedora IBM, para os produtos Lotus Notes e Lotus Notes Sametime, garantindo à RFB o aprimoramento e utilização de novos recursos em termos de ferramentas de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

Já dentro do programa de atualização permanente do parque tecnológico, buscando adequar permanentemente a infraestrutura tecnológica às necessidades institucionais, foram entregues neste ano 92 equipamentos servidores de rede, adquiridos em 2011.

Outra grande evolução na área de Infraestrutura de TI realizada neste ano foi a criação do NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e do NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais".

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Com relação ao corpo gerencial da RFB, em 2012 foram realizados 31 Processos Simplificados de Seleção para dirigentes em unidades descentralizadas locais da RFB, conforme Portaria RFB nº 1987/12, com o preenchimento efetivo de 29 vagas, o que representa uma renovação de quase 20% dos delegados e inspetores-chefes da RFB.

Outro ponto de destaque foi a operacionalização de dois grandes concursos, um interno de remoção, e outro externo, público, nos quais foram ofertadas 200 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal da RFB e 750 vagas de Analista-Tributário.

b) Reconhecer e Valorizar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012 tivemos ainda a implantação do Espaço do Servidor e do Portal de Educação Corporativa na Intranet, que marcam uma nova etapa no relacionamento com os servidores da RFB. Os dois espaços foram concebidos a partir do ponto de vista das principais necessidades de informação dos servidores. Nesse sentido, o projeto buscou apresentar os conteúdos de maneira amigável, tanto na disposição das informações quanto na linguagem adotada, de modo a facilitar o acesso às informações pelos servidores.

Em seu segundo ano de existência o Programa de Preparação para Aposentadoria – Caminhos - contou com aproximadamente 500 participantes, dos quais 54,5% concluíram todas as etapas previstas. Do quantitativo restante, 40,8% chegaram a participar de 50% das atividades. Para 2013 pretendemos trabalhar na expansão do Programa.

c) Administrar e Avaliar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB deu continuidade ao processo de amadurecimento das informações cadastrais do seu quadro de servidores como ferramenta de gestão para tomada de decisões do seu corpo gerencial.

Desenvolvimentos dos novos módulos do Sief-RH, com inovações da estruturação, tabulação e inteligência na gestão dos bancos de dados dinâmicos da área de gestão de pessoas foram os maiores destaques na estrutura de administração de pessoas da RFB.

d) Capacitar e Desenvolver Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar Proeduc;
- Executar Proeduc;
- Acompanhar e Avaliar Ações de C&D;
- Programa de Formação Profissional - PFP; e
- Gerir Competências.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Gestão de Pessoas, um dos marcos foi a consolidação do novo modelo de capacitação por competências, com a instituição dos Programas Nacionais de Capacitação - PNC, que consiste em um conjunto articulado de ações de capacitação, transformando-se num instrumento estratégico,

uma vez que permitem reduzir as principais lacunas de competências e favorecer o desempenho dos servidores.

Dentre os PNC geridos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep, destacamos o Programa de Desenvolvimento Gerencial - DGR, instituído com o objetivo de desenvolver de forma continuada as competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB, abrangendo as dimensões organizacionais, comportamentais e técnicas. Até o presente momento, aproximadamente 2.000 gerentes participaram e concluíram alguns dos diversos eventos de formação do Programa, cerca de metade do corpo gerencial da RFB, dos diversos níveis gerenciais.

Tendo em vista que o desenvolvimento dos servidores é um dos principais meios de se atingir os objetivos estratégicos, dado que o capital humano é o principal recurso da instituição, os números comprovam a eficácia dos esforços desenvolvidos pela Cogep nesse sentido. Em 2012 foram realizadas 3.610 ações de capacitação em todo o Brasil, com aproximadamente 18.000 servidores capacitados, atingindo as metas estabelecidas com um grau de amplitude de 70,18% e um grau de aprofundamento de 34,57 horas de capacitação por servidor. Os investimentos em desenvolvimento de servidores ultrapassaram 18 milhões de reais.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de sedimentação dos manuais e rotinas operacionais, bem como a capacitação dos novos auditores nas diversas unidades regionais de programação e logística. Além disso, a

performance das unidades administrativas passa a ser parte de um rol de indicadores operacionais para aferição do nível de eficiência e de aderência aos modelos de gestão de logística da RFB.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto às administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB quebrou uma série de paradigmas históricos no que diz respeito ao modelo de gestão do patrimônio e obras, com amadurecimento do projeto Agência Modelo, que oferece vantagens e agilidades sem precedentes no processo de obras de engenharia na RFB, e que será expandido em 2013 para outros tipos de unidade administrativa.

O Plano PILAR de intervenção em obras críticas de construção e reforma de unidades da RFB promoveu maior agilidade, maior nível de aderência aos níveis de serviço e de qualidade e forneceu subsídios para a elaboração do Plano de Engenharia de 2013, o qual é diretamente vinculado aos objetivos estratégicos e diretrizes da RFB para o ciclo de 2012-2015.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, em dezembro de 2012, ocorreu encerramento do Projeto Estratégico Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadoria Apreendida - AMMA, com a entrega de todos os produtos previstos no escopo original, com custo menor do que o esperado;

O Sistema de Leilão Eletrônico - SLE, a legislação e a minuta de Edital-Padrão foram aperfeiçoados para permitir a participação de pessoas físicas. O 1º leilão eletrônico misto ocorreu em 6 de dezembro de 2012, e houve outros cinco certames destinados a ambas as clientelas. Com esta

iniciativa, com um maior número de contribuintes tendo acesso aos leilões promovidos RFB, espera-se democratizar a participação dos licitantes e ampliar a competitividade.

O SLE foi reconhecido internacionalmente: obteve o 1º lugar na última edição do concurso de inovação de administração tributária promovido pelo Centro Interamericano de Administraciones Tributarias - Ciat, cuja finalidade foi identificar e reconhecer práticas inovadoras.

Foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA. A nova página de Mercadorias Apreendidas foi implantada na Intranet, estando sob constante atualização. Também foram realizados dois Mutirões de Destruição, que totalizaram a destruição de mais de 10 mil toneladas, o que corresponde a mais de R\$ 415 milhões em autuações fiscais.

Foram arrecadados mais de R\$ 204 milhões em leilões de mercadorias apreendidas.

Houve redução de cerca de 34% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 15% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia).

Mais de R\$ 150 milhões em bens apreendidos foram incorporados a órgãos públicos, e mais de R\$ 118 milhões foram doados a entidades sem fins lucrativos;

Também foi iniciado o mapeamento do processo de trabalho "Gerir mercadorias apreendidas", em alinhamento com as diretrizes repassadas em treinamento realizado pela Copav.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de continuidade do projeto relacionado com a Tabela de temporalidade, instrumento com o qual se determina o prazo de permanência de um documento em um arquivo e sua destinação após este prazo, pois existem documentos que devem ser guardados por mais tempo como os relacionados às áreas contábil, fiscal, financeira e pessoal. Trata-se de um projeto de grande porte, transversal e que envolve diversos órgãos externos à RFB e ao Ministério da Fazenda.

A Tabela de temporalidade documental deve ser vista como um documento institucional e normativo, servindo de suporte para questões que se referem a períodos de permanência de documentos no arquivo da mesma. Os processos de arquivamento que não estejam orientados por uma TTD, necessitam frequentemente de novas reorganizações, pois o crescimento em volume passa a não ter limites, ser descontrolado e desordenado.

São inúmeras as vantagens da aplicação de uma TTD, como por exemplo, diminuição da ocupação do espaço físico, agilidade na recuperação da informação, definições de responsabilidade para com a gestão dos processos de arquivamento, diminuição com custos operacionais, controle geral da massa documental e eficácia sobre a gestão documental.

1.6 - Principais Parceiros (Externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil; e
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;

- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Além destes, outros parceiros da SRRF09 são:

- Ministério Público do Estado do Paraná;
- Secretaria de Administração do Estado do Paraná;
- Escola de Governo do Estado do Paraná;
- Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná;
- Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Polícias militar e civil do Estado do Paraná;
- Conselho Regional de Contabilidade;
- Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- Associação Comercial do Estado do Paraná;
- Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina; e
- Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 2: Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações *(Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

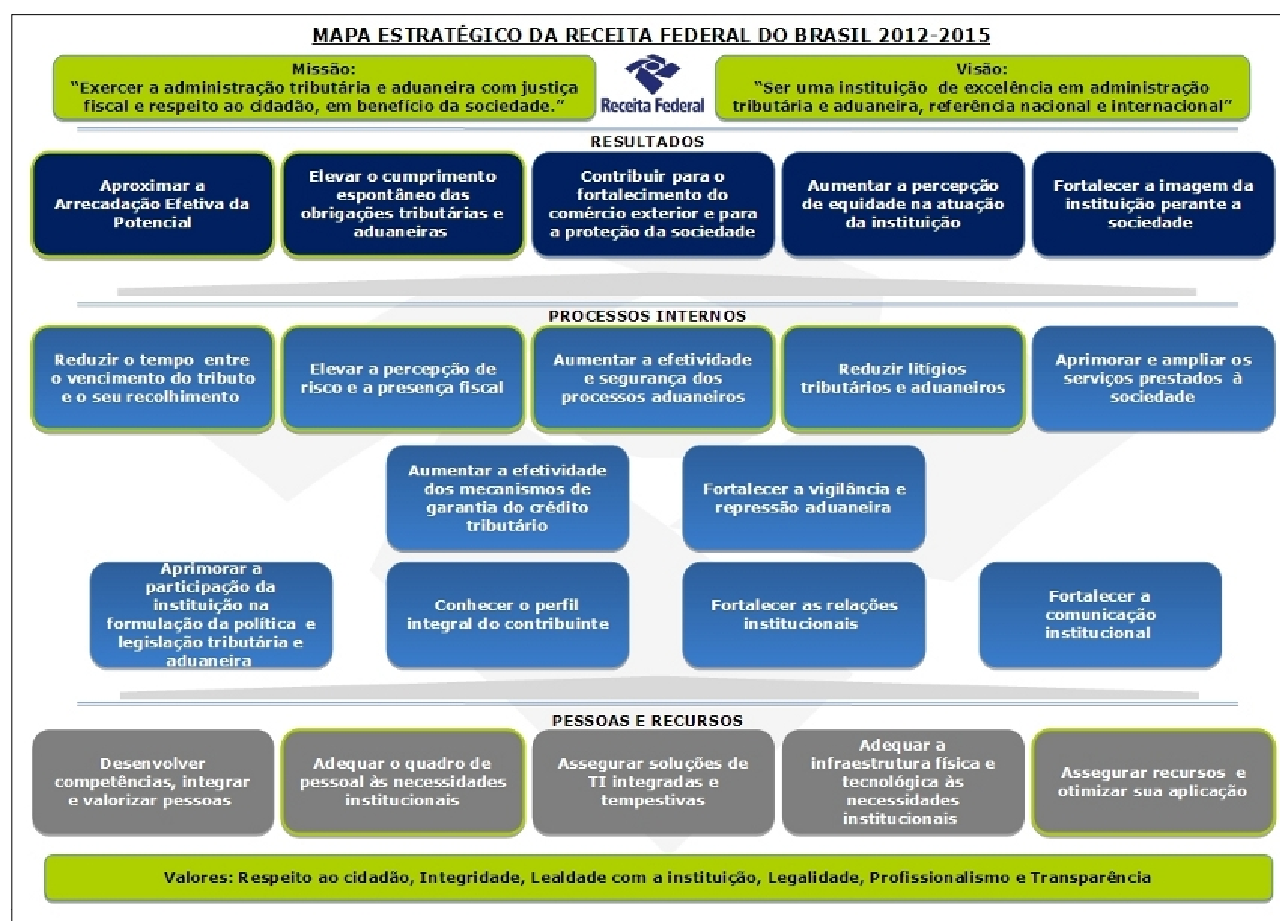
A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2012 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade** - Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- 6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.
- 9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito

administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.

10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.

11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.

12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.

13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.

14) Conhecer o perfil integral do contribuinte - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.

15) Fortalecer as relações institucionais - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.

16) Fortalecer a comunicação institucional - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.

18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.

19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.

20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

No decorrer de 2012, a **Cadeia de Valor** foi referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais, entre as quais pode-se destacar: a reestruturação da Intranet da RFB, projeto gerenciado pela Ascom; que, entre outras modificações, passou a dispor os temas de acordo com os Macroprocessos e Processos; A vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização; trabalho gerenciado pela Copav; A vinculação das Competências Individuais Específicas da RFB aos Macroprocessos e Processos; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Cogep e Copav; A estruturação do Índice RFB; trabalho gerenciado pela Copav; A estruturação do Plano de Contribuição; trabalho gerenciado pela Copav; Levantamento de custos dos processos da RFB; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Copol e Copav.

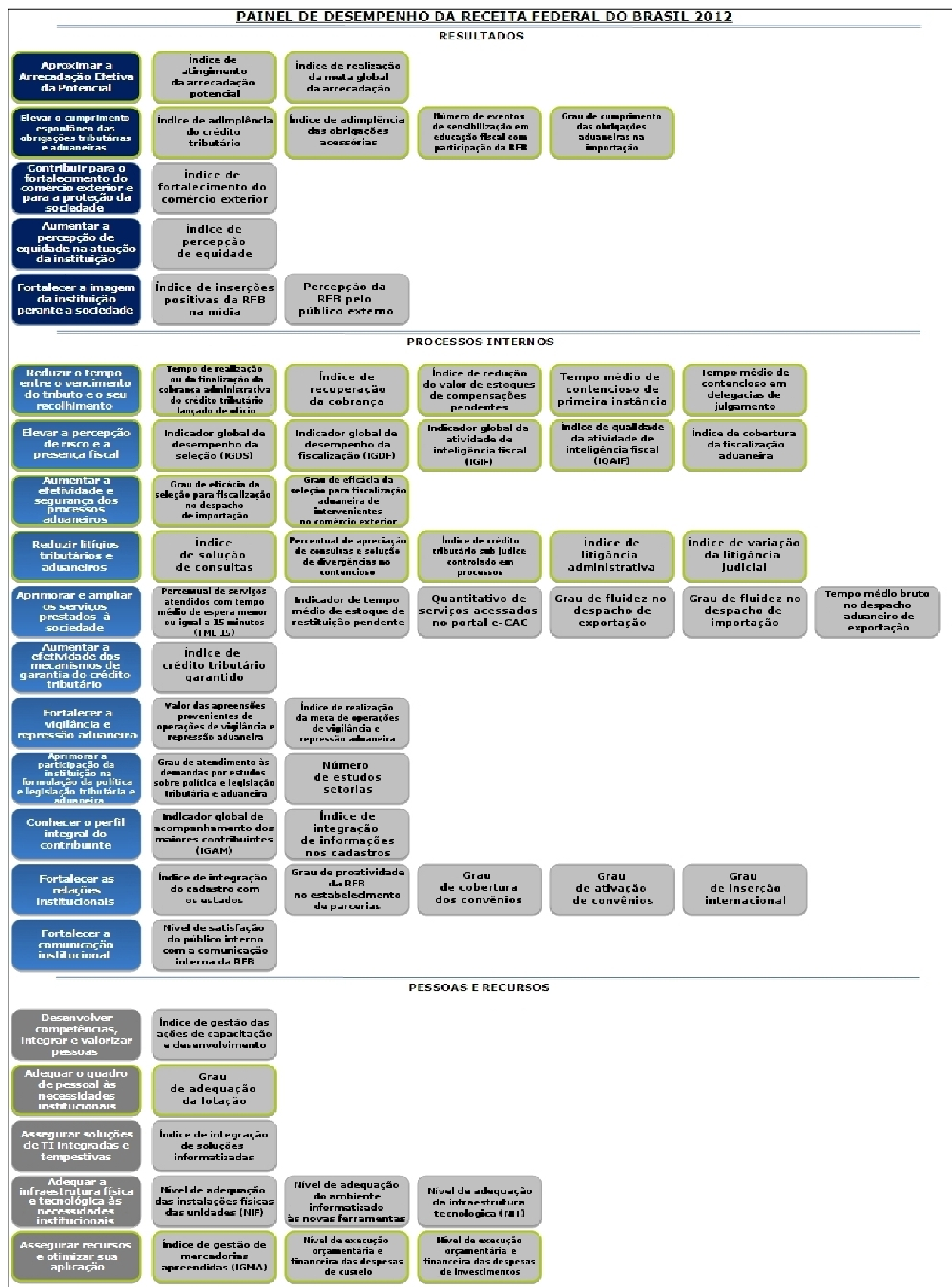
Diferentemente do Mapa estratégico do ciclo de planejamento anterior, o atual **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores (ver item 2.4) que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O **Painel de Desempenho**, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 55 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 46 estão disponíveis para apuração e tiveram, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião, metas estabelecidas para o ano de 2012.

Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.



Fonte: Sistema de Apoio a Gestão Estratégica da RFB

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil – RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação.

Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização. Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de ‘cestas’ de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas - AMMA	Implantar na RFB ferramenta destinada à realização de licitação na modalidade leilão, permitindo a alienação realizada por meio da Rede Mundial de Computadores a usuários portadores de certificado digital válido.
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.
*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação	Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma

dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP	<p>mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
*Melhoria da intranet	Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
*Projeto de Integração Nacional - REDESIM	Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ	Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.
*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet	Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.
*Implementar o Sistema @tos	Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias. etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.
*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)	Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos

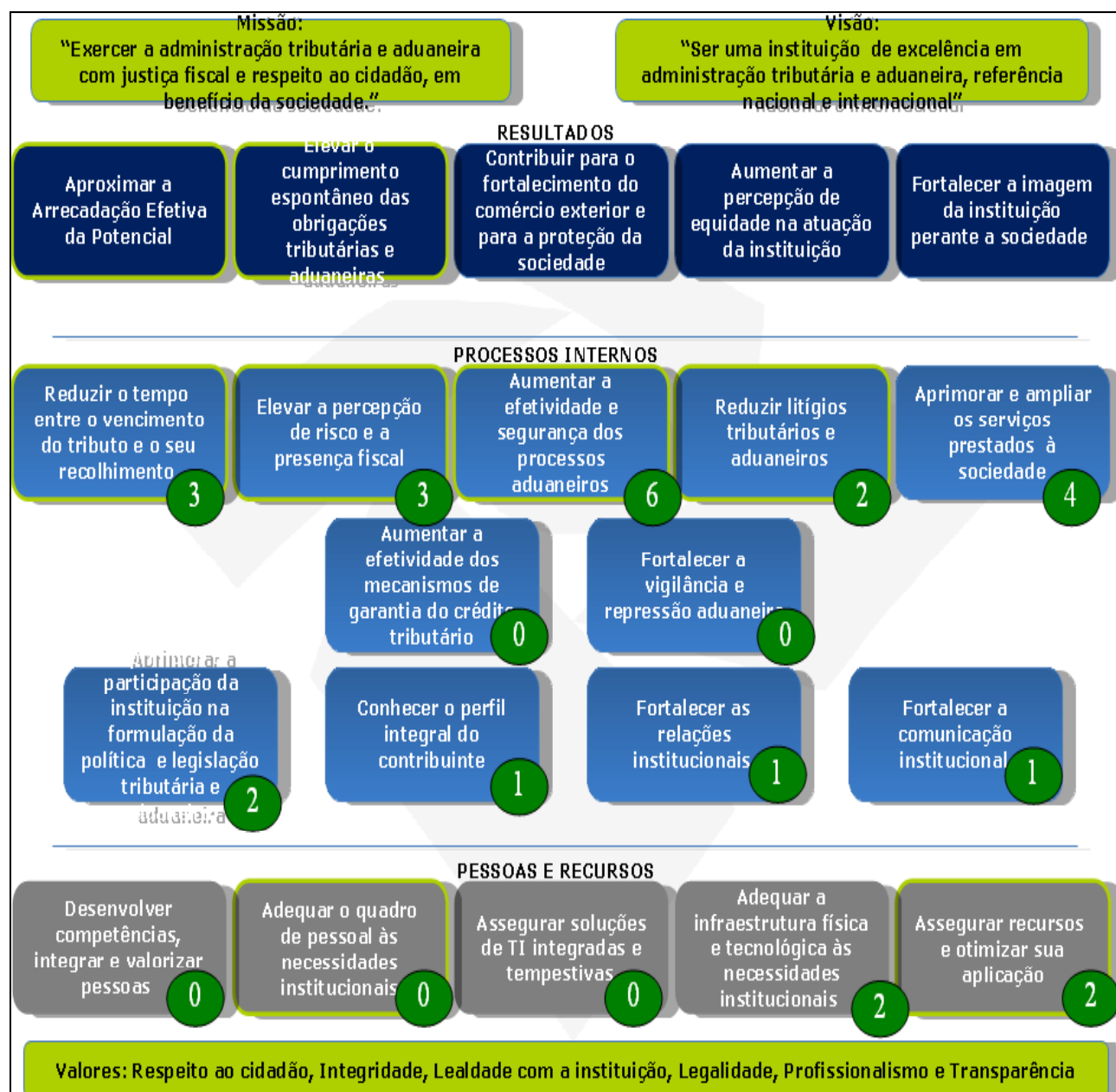
	corporativo.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, ressarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, ressarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur	Implementar o Sistema Wikijur (Wikipédia dos regulamentos) e o Sigi (Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento e Integração).
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da

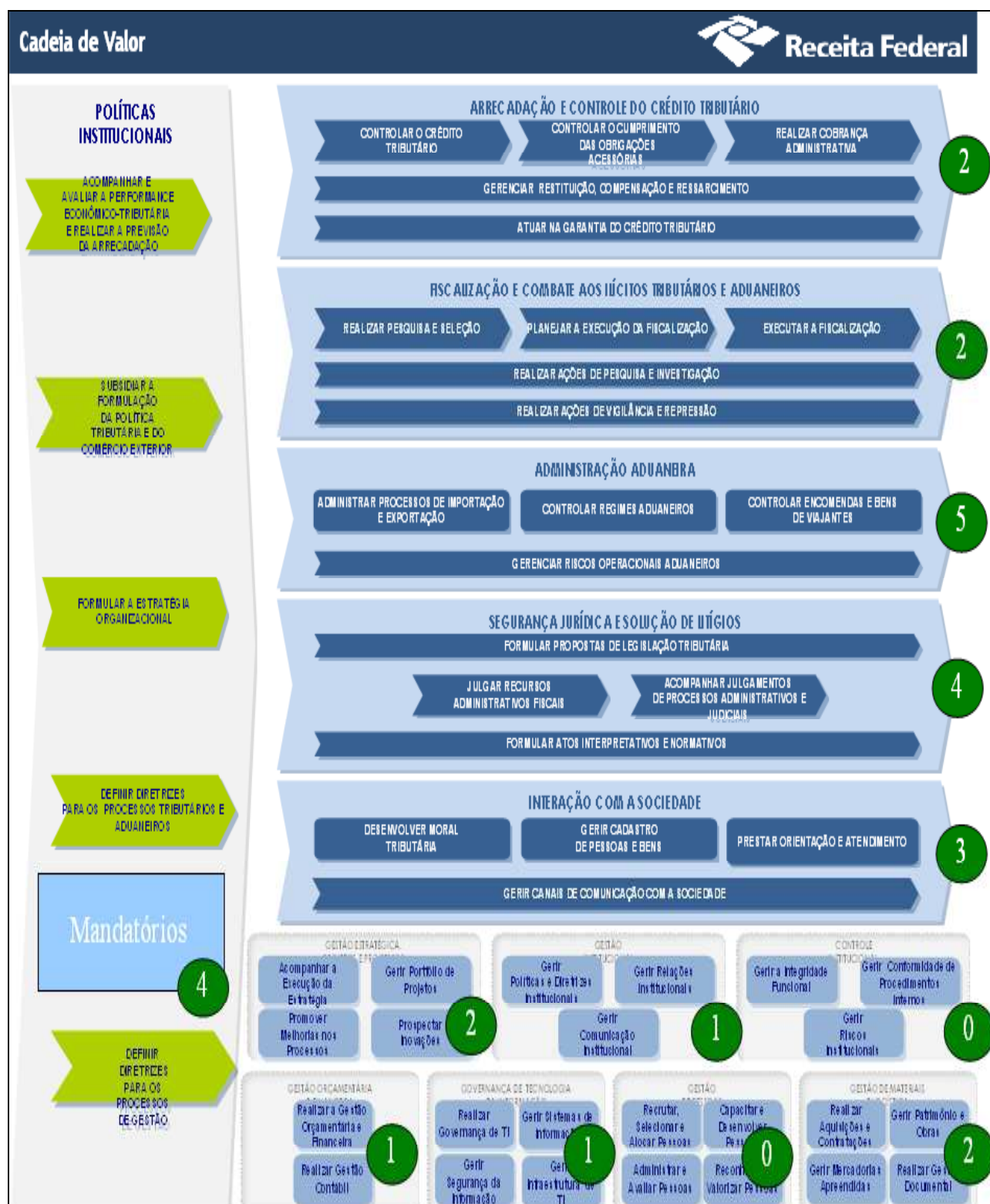
	demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Siscomex	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logisticamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduanas estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.
*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC - Sistemas Integrados do MCT	Coordenar os projetos de integração e controle do CT e dos créditos públicos acompanhados e administrados pelos respectivos entes públicos envolvidos [RFB, PGFN e PGF].

* Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas.

Os quadros apresentados a seguir mostram: a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo estratégico; e por Macroprocesso.





Fonte: Balanço das Atividades COPAV – 2012

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também,

tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Banner do Mapa Estratégico;
- Banner da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com Mapa Estratégico (imagem abaixo);



- Notas no Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - Informe-se (1ª nota apresentada em 05/01/2012, conforme imagem a seguir).



Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (*tag*) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.



No exercício de 2012, os seguintes fatores, dentre outros, geraram dificuldades à realização e/ou retardaram o cronograma de cumprimento de projetos e objetivos estratégicos, tais como:

Restrições orçamentárias, financeiras e contingenciamento

- Indisponibilidade orçamentária e/ou financeira para execução de algumas atividades e projetos;
 - a) limitação de diárias (40 diárias no ano) impedindo novos deslocamentos e gerando atraso no cumprimento de cronograma de projetos. Como medida para minimizar o impacto da restrição, cita-se a distribuição de ferramentas de especificação e homologação à distância para equipes; e
 - b) Inadequação das instalações físicas das unidades - devido a cortes sucessivos de orçamento, a instituição se depara com uma situação de inadequação física, deterioração generalizada das suas instalações físicas, comprometendo o cumprimento de suas atividades.

Incompatibilidade de agendas

Devidos a outras atividades, dificuldade no estabelecimento de agenda comum para planejar, avaliar, decidir e executar o encaminhamento de projetos que tenham produtos a serem utilizados, em comum, com outros órgãos públicos.

Necessidade Recomposição dos Quadros de pessoal

Dificuldade para a formação de equipes de trabalho devido à contínua diminuição do quadro de pessoal do órgão, principalmente devido a aposentadorias, sobrecarregando as equipes existentes.

Limitação de mão de obra dos prestadores de serviço

O Serpro e a Dataprev não possuem capacidade operacional para atender, simultaneamente, a todas as demandas geradas pelas diversas áreas técnicas da RFB, no prazo considerado adequado. Como medida para minimizar este impacto, a partir de critérios técnicos de priorização das demandas, procura-se compatibilizar os recursos disponíveis dos prestadores de serviço com os projetos prioritários da RFB.

Termo de Ajuste de Conduta nº 1.30.012.000011/2004-06

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre Dataprev e Ministério Público Federal, para migração dos sistemas previdenciários para plataforma baixa restringem ou impede algumas melhorias de sistema, até a conclusão da migração.

Alteração da legislação

Necessidade de alterações legais e normativas.

Por intermédio da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, o Ministério da Fazenda aprovou o novo Regimento Interno da RFB. Esse normativo contemplou algumas mudanças pontuais e outras mais significativas, destacando-se:

- a reestruturação da Coordenação-Geral da Administração Aduaneira, necessária para o aprimoramento do desempenho da RFB, cumprindo de forma mais adequada as atribuições previstas no Regimento Interno do Ministério da Fazenda;

- a criação da Coordenação Operacional Aduaneira, da Coordenação Técnica Aduaneira, da Divisão de Suporte e Infraestrutura Aduaneira, da Divisão de Sistemas Aduaneiros, do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, da Divisão de Processamento Comercial, da Gerência de Fiscalização e Controle de Intervenientes, da Divisão de Normas e Procedimentos Aduaneiros e da Divisão de Valoração Aduaneira e Origem de Mercadorias;
- A reestruturação da Coana também contribuiu, em 2012, e contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos da RFB previstos em seu Mapa Estratégico, nos próximos exercícios;
- a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais, vinculada à Copav, conhecida como Escritório de Processos.

2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se em análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, que dão subsídios para a tomada de decisões, e na realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis.

De uma forma geral o Mapa Estratégico da RFB apresentou resultado muito bom no segundo semestre de 2012. Nenhum objetivo apresentou comportamento muito abaixo do esperado. Somente o objetivo estratégico Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade indica situação de alerta.

Para uma análise mais aprofundada dos resultados da instituição, do que ocorreu no ano de 2012 com cada objetivo, torna-se necessária uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo:

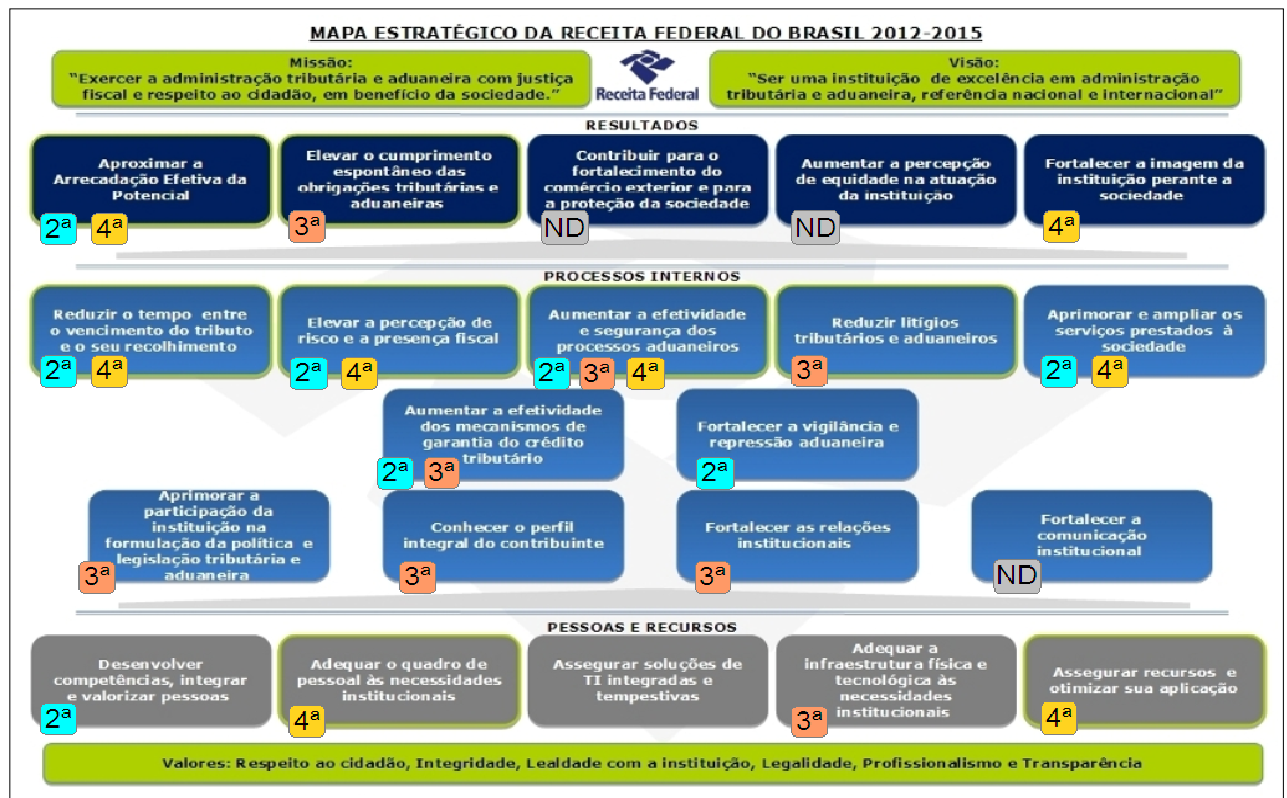
- Total de Indicadores Estratégicos – 55:
- Indicadores Estratégicos não disponíveis – 9 (3 na perspectiva Resultados e 6 na Processos Internos), a saber: Índice de atingimento da arrecadação potencial, Índice de fortalecimento do comércio exterior, Índice de percepção de equidade, Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício, Índice de recuperação da cobrança, Tempo médio de contencioso de primeira instância, Índice de litigância administrativa, Grau de fluidez no despacho de exportação, Índice de integração de informações nos cadastros;
- Indicadores Estratégicos disponíveis, mas fora do período de apuração – 2 (1 na perspectiva Resultados e 1 na Processos Internos), a saber; Percepção da RFB pelo público externo, \nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB;
- Indicadores Estratégicos disponíveis, dentro do período de apuração - 44 (6 na perspectiva Resultados; 29 na Processos Internos, 9 na perspectiva Pessoas e Recursos), a saber: Índice de realização da meta global da arrecadação, Índice de adimplência do crédito tributário, Índice de adimplência das obrigações acessórias, Números de eventos de sensibilização com educação fiscal com participação da RFB, Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação, Índice de inserções positivas da RFB na mídia, Índice de redução do valor de

estoques de compensações pendentes, Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento, Indicador global de desempenho da seleção (IGDS), Indicador global de desempenho da fiscalização (IGDF), Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF), Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF), Índice de cobertura da fiscalização aduaneira, Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação, Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior, Índice de solução de consultas, Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso, Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos, Índice de variação da litigância judicial, Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15), Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente, Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC, Grau de fluidez no despacho de importação, Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação, Índice de crédito tributário garantido, Índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira, Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira, Número de estudos setoriais, Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM), Índice de integração do cadastro com os estados, Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias, Grau de cobertura dos convênios, Grau de ativação de convênios, Grau de inserção internacional, Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento, Grau de adequação da lotação, Índice de integração de soluções informatizadas, Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF), Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA), Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio, Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimento.

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2011, foram realizadas, com referência ao ano de 2012, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB e três sob a tutela do Gabinete da SRRF09:

- Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medidas as ações foram executadas;
- Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas (O item 2.4 a seguir contém a análise de cada um dos indicadores disponíveis); e
- Três Reuniões Estratégicas Regionais, com participação dos administradores das Unidades da 09ª região fiscal (Superintendência, Delegacias, Inspetorias e Alfândegas).

Abaixo, podem ser identificados, no Mapa Estratégico, em quais RAE Nacionais os Objetivos Estratégicos foram analisados.

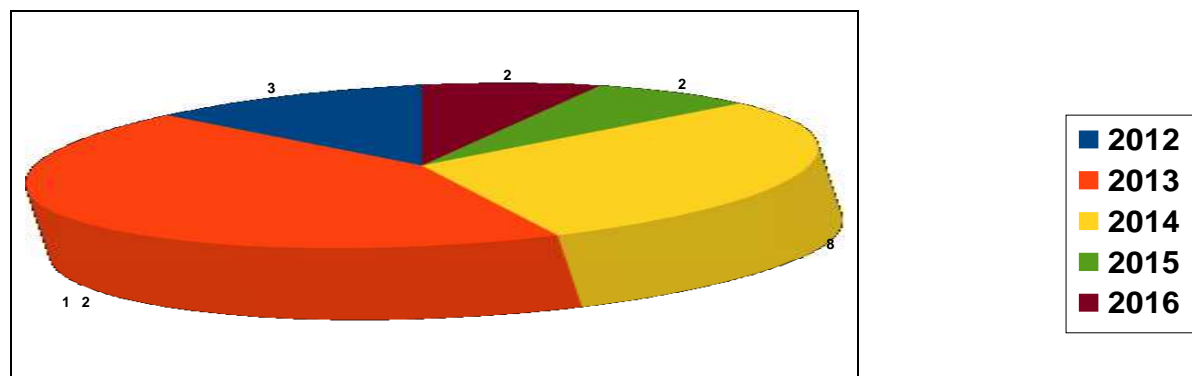


Sobre a imagem acima, são pertinentes os seguintes esclarecimentos:

- Os objetivos que não possuem indicadores estratégicos com status “Disponível” foram marcados como “ND” e, por este motivo, não foram incluídos nas pautas das RAE Nacionais;
- Os números identificam qual RAE Nacional teve o objetivo estratégico selecionado para discussão; e
- Não há indicação da 1ª RAE Nacional, pois esta reunião teve como pauta exatamente a finalização da construção da Estratégia.

Apresentamos a seguir a Avaliação de Desempenho dos Projetos Estratégicos Institucionais no que se refere à Previsão de Encerramento, Percentual Executado e Status.

Previsão de Encerramento:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2013, porém muitos deles (25%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2013, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues em 2014. Os projetos Wikijur, Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Intranet foram encerrados em 2012.

Percentual Executado:

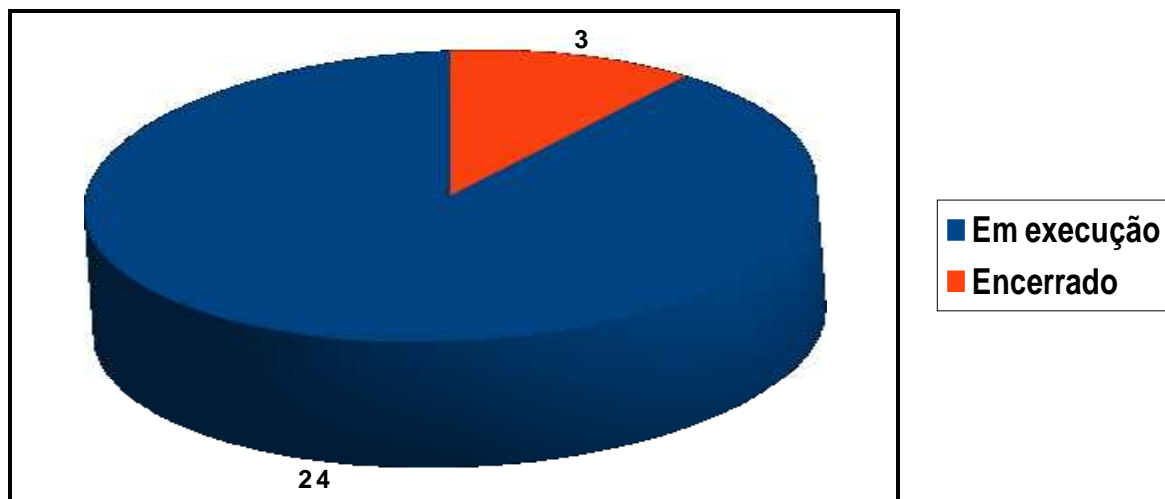
A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatário	Grandes Eventos	Suari	01/01/12	01/07/16	15%
	SCC – Pis/Cofins	Suara	07/07/08	31/01/13	98%
	SCC – Reintegra	Suara	19/09/11	03/07/13	68%
	SIC – MCT	Suara	07/01/08	06/02/14	82%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	19/03/14	38%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	13/02/13	62%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	19/03/13	70%
	Sped – EFD Social	Sufis	01/07/10	18/02/14	10%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	18/10/13	60%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	20/12/13	75%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	28/06/13	50%
	Siscomex Carga	Suari	01/03/04	31/12/15	35%
	Programa Portal Siscomex	Suari	01/11/12	23/12/15	5%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	28/06/13	79%
	Wikijur	Sutri	18/02/11	30/10/12	100%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	01/12/14	10%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	25%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	17/11/11	31/12/14	7%
	Redesim	Suara	05/07/11	28/06/14	34%
	m-RFB	Sucor	01/03/12	30/06/13	5%
Gestão	Mercadorias Apreendidas	Sucor	04/01/10	31/12/12	100%
	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/12/14	50%
	Seg. da Inform.	Sucor	20/03/09	31/12/12	65%
	Intranet	Ascom	01/03/11	28/09/12	100%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	29/04/13	75%

	e-Processos	Suara	27/02/06	26/12/13	85%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	14/11/16	9%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Status: o Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Os projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet foram encerrados em 2012. Os programas Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos encontram-se em fase de execução.

2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada

Indicador: **Índice de realização da meta global de arrecadação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,39%	98,83%	98,70%	98,20%	97,73%	97,43%	97,30%	96,71%

- ✓ **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X}) \times 100]$.
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.
- ✓ **Análise de Desempenho**
Situação atual: A 9a. RF arrecadou de janeiro a dezembro 2012, em impostos e contribuições administradas pela RFB, R\$ 91,18 bilhões, com participação de 9,19% do total arrecadado pela RFB, cumprimento de 97% do projetado (R\$ 93,90 bilhões) e 114% do

ingresso em 2011. Há que se destacar a meta bastante desafiadora frente a um cenário de incertezas com os desdobramentos da crise internacional e consequente retração da atividade econômica, frustrando a expectativa de realização de diversos indicadores, bem como as inúmeras desonerações concedidas, inclusive ao longo do ano, e não computadas no Decreto de Programação Financeira (Decreto 7.680 de 17 de fevereiro de 2012 em sua segunda revisão: Decreto nº 7.740, de 30 de Maio de 2012). Principais destaques positivos: Cofins e Pis/Pasep Demais Empresas: Com exceção das Entidades financeiras, as demais obtiveram realização acima do projetado, tanto na região como na abrangência Brasil. Regionalmente destaca-se o crescimento de alguns setores como o de Telecomunicações e as Montadoras de Veículos, em contrapartida as Concessionárias de Energia Elétrica apresentaram queda significativa. Receitas Previdenciárias: Refletem a variação da massa salarial do período: 13,38% e apesar das desonerações da folha de pagamento ampliadas a partir da apuração agosto, os valores em GPS realizaram o montante previsto. Massa Salarial: Crescimento de 13,38 % na massa Salarial habitual, 1,65 ponto percentual acima do projetado. IRRF Trabalho: Com crescimento nominal de 15% refletem, também, a variação da massa salarial no período. IRRF Ganhos de Capital: Ocorrência de valores extraordinários. Pontos negativos: Metas desafiadoras: R\$ 4,42 bilhões, na região, a título de Receitas Extraordinárias e Esforço de Arrecadação, acrescidos a Previsão Técnica. Indicadores Projetados bem acima dos realizados, especialmente da Produção Industrial, PIB e Volume em dólar das importações. Desonerações Tributárias ampliadas e prorrogadas ao longo do ano, com influência, principalmente, no IPI Veículos, IPI Outros Produtos, IOF, Cide Combustíveis e Receitas Previdenciárias (RGPS), cuja desoneração da folha de pagamento tem participação significativa na região. Queda na lucratividade das empresas: Com reflexos nos pagamentos referentes a 2012, no confronto aos obtidos em 2011. Reintegra: Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras de bens manufaturados, com influência, especialmente, no 2º semestre. Na previsão orçamentária, considerou-se, seguindo diretriz nacional, que o impacto seria, apenas, como ressarcimento (crédito a partir de 1º/dez/2011 pedido após o encerramento do 1º trimestre). Redução na taxa de juros acima do projetado: com reflexos nos Ganhos de Capital. Compensação de débitos: R\$ 4,40 bilhões de débitos compensados em 2012, com crescimento de 47% na comparação com 2011.

Pontos críticos: Metas desafiadoras, indicadores utilizados nas projeções, desonerações ao longo do ano, queda na lucratividade das empresas e compensações de débitos.

Observações: não há.

Indicador: Índice de adimplência do crédito tributário

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	94,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
93,40%	93,70%	94,00%	93,60%	93,60%	93,60%	93,30%	93,40%	93,40%	93,30%	93,40%	NI

- ✓ **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Meta de 94%, até nov/2012. Não atingida (93,4%). Na mesma linha do comportamento nacional, segue tendência de pequena redução no indicador. Para efeito de comparação, no 4º trimestre do exercício de 2011, meta atingida foi de 95,03%, enquanto que no mesmo período do exercício de 2010, a meta atingida foi de 95,28%.

Pontos críticos: O resultado do indicador é influenciado pelo comportamento econômico, com tendência de pequena retração.

Observações: não há.

Indicador: **Índice de adimplência das obrigações acessórias**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
NI	NI	97,62%	97,83%

- ✓ **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: meta regional atingida.

Pontos críticos: Não há governabilidade por parte da região.

Observações: não há.

Indicador: **Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	696	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
364	1007	1427	1593

- ✓ **Finalidade:** Aferir o esforço para os eventos de educação fiscal integralmente realizados ou com participação da RFB.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Foram realizados, até o quarto semestre de 2012, 1593 eventos de EF na 9ªRF, o que representa 12,25% do total da meta nacional. Ainda, isso significa que a meta anual regional – que era de 696 – já está superada. Para efeito de comparação, no 4º trimestre dos exercícios de 2010 e de 2011, foram realizados, respectivamente, 270 e 1.277 eventos de Educação Fiscal na 09ª região fiscal, o que demonstra significativo incremento das ações da UJ neste quesito. Convém salientar ainda que foi instituído o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEEF/PR, por intermédio de decreto do Sr. Governador do Estado do Paraná (Decreto nº 5739 de 29/8/2012). O referido ato legal traz como uma das novidades a flexibilização do membro a ser indicado para Coordenador do GEFE/PR, ou seja, não mais

fica restrito ao membro da SEFA/PR, podendo, a Coordenação, ser ocupada por membros de qualquer das outras Secretarias de Estado participantes do GEFE/PR. Para o biênio 2013/2014, ocupará a Coordenação do GEFE/PR, a Sra. Diretora da Escola de Governo do Estado do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - Paraná.

Pontos críticos: Restrição de recursos para desenvolver atividades e ações em outros municípios jurisdicionados de acordo com as diretrizes nacionais estabelecidas. Ausência de recursos para atendimento e trabalhos com o público infantil.

Observações: não há.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	80,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
74,00%	76,00%	76,00%	76,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%

- ✓ **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O indicador espelha a qualidade do registro das Declarações de Importação pelos representantes (despachantes e prepostos), indicando o percentual de DI conferidas e desembaraçadas sem retificação. Não há ingerência regional ou local na seleção das declarações para conferência e não há histórico sobre a conferência realizada pelas unidades. Enquanto que a índice nacional deste quesito foi de 78%, considerando uma meta nacional de 80%, a 09ª região fiscal atingiu 75% da meta de 80%.

Pontos críticos: A seleção aleatória indica a pouca ingerência local no resultado do indicador.

Observações: não há.

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	30,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
9,60%	18,90%	23,80%	28,10%

- ✓ **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Pela apuração da Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição, a Região atingiu 28,1% de redução do estoque.

Pontos críticos: não há.

Observações: Notificada a Corec da necessidade de corrigir a apuração do indicador quando da mudança de domicílio do contribuinte.

Indicador: **Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
85,88%	83,13%	80,48%	84,28%	84,83%	84,77%	85,23%	85,39%	58,72%	73,59%	83,97%	82,65%

- ✓ **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF x 0,5) + (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês IFGED x 0,5), sendo IQSF = R2 e IFGED = S1 a S5.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O IGDS é formado pelos índices IQSF (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização) e IFGED (Índice de Garantia de Formação de Dossiês), com metas de 90% e 80%, respectivamente, com peso de 50% para cada índice, o que significa que a meta para o IGDS é de 85%. A 9ª RF apresentou em 2012 um IQSF (que, de acordo com a Portaria Sufis 840/2012 é chamado de R2) de 92,19% de procedimentos de fiscalização com seleção interna encerrados com resultado, o que representa um percentual acima da meta, superando, também, a média nacional (89,53%) e ocupando o 4º lugar entre as regiões fiscais. Em relação ao IFGED (que, de acordo com a Portaria Sufis 840/2012 é chamado de S1 a S5), cuja meta é de 80%, pois este é o percentual a ser atingido na Fase 2 da Etapa 3, de acordo com a Portaria Sufis nº 3.708, de 2011, o desempenho da 9ª RF foi de 73,11%, abaixo da meta. A nível Nacional o percentual também ficou abaixo da meta, com atingimento de 70,85%. Somente a 7ª RF atingiu a meta e a 9ª RF ficou em 5º lugar entre as regiões fiscais. Frisa-se que o percentual de 100% dos dossiês deve ser atingido até 28/02/2013 (Fase 3 da Etapa 3, de acordo com a Portaria Sufis nº 3.708, de 2011). Com isto o IGDS da 9ª RF foi de 82,65%, abaixo da meta, porém acima da média nacional que foi 80,19%, ocupando o 5º lugar entre as 10 regiões fiscais. Destaque-se que, como visto acima, que o IGDS foi influenciado negativamente, tanto regional como nacionalmente, pelo desempenho do IFGED. Apesar de estar abaixo da meta o desempenho de todas as RF's está dentro do esperado (acima de 80% da meta).

Pontos críticos: não há.

Observações: não há.

Indicador: **Indicador global da fiscalização (IGF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
5,10%	9,80%	18,30%	25,50%	34,50%	42,92%	46,90%	52,30%	56,70%	64,40%	73,40%	82,30%

- ✓ **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70).
- ✓ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Fiscalização de tributos internos da 9ª RF atingiu em 2012 o percentual de 82,3% para o IGF, abaixo da média nacional (85,6%), ambas abaixo da meta (100%), porém acima dos 80% (desempenho dentro do esperado). Destaque-se que apenas a 7ª RF atingiu o percentual de 100% e que o desempenho da 9ª RF superou apenas o desempenho da 8ª e 6ª RF.

O IGF é estabelecimento pela soma ponderada dos indicadores IDF, ICT e IPF, com os pesos de 70%, 5% e 25%, respectivamente. Indicador de Desempenho da Fiscalização – IDF: Percentual resultante da quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicada pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. Indica, portanto, o percentual de cumprimento das metas anuais, que foram estabelecidas em função do quantitativo de AFRFB alocados na atividade, das respectivas horas disponíveis e do tempo médio de execução de cada atividade. Em relação à meta para o ano de 2012, executamos 88,4% da meta de fiscalização de PJ Diferenciadas (média nacional 88,5%), 80,1% da meta de PJ Médias (Nacional 75,0%), 67,2% da meta de PJ Demais (Nacional 73,5%) e 106,7% da meta de fiscalizações de Pessoas Físicas (Nacional 89,9%). Em relação à revisão de declarações, cumprimos 87,7% da meta estipulada para 2012 de revisão de DIRPF (Nacional: 82,9%), 113,9% da meta de revisão de declaração de pessoa jurídica (Nacional: 91,4%) e 117,6% da meta de revisão de declaração do ITR (Nacional: 96,1%). Com isto, foi atingido o percentual de 84,8% para o IDF, superando a média nacional que foi de 81,7%, ambos abaixo dos 100%, esperado para o ano. Destaque-se que nenhuma Região Fiscal atingiu o percentual esperado para o ano (100%) e a 9ª RF ocupou o 4º melhor resultado entre as 10 regiões (atrás da 7ª, 2ª e 10ª RF). Indicador de Crédito Tributário – ICT: Percentual do crédito tributário lançado no período em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. Em 2012, houve lançamento de crédito tributário de R\$ 6,873 bilhões, para uma meta de R\$ 8,610 bilhões, atingindo, portanto, ICT de 79,8%, enquanto que a média nacional foi de 110,3%. Destaque-se que a metade das regiões fiscais teve desempenho, neste indicador, superior a 100% e que a 9ª RF só teve desempenho superior à 5ª e 6ª RF. Por outro lado, é importante destacar que a meta da 9ª RF é a 3ª maior, atrás somente da 8ª e 7ª RF, principalmente em função dos resultados expressivos obtidos no final de 2010 e 2011. Indicador de Presença Fiscal – IPF: Somatório ponderado dos indicadores de presença fiscal de PJ Diferenciadas, PJ Médias, PJ Demais, Pessoas Físicas Fiscalização e Pessoas Físicas Revisão, com os pesos de 70%, 10%, 15%, 3% e 2%, respectivamente. Cada indicador é definido através da quantidade de procedimentos realizados em relação à meta de presença fiscal definida para o segmento. A meta de presença fiscal definida para PJ

Diferenciadas, PJ Médias, PJ Demais, Pessoas Físicas Fiscalização e Pessoas Físicas Revisão é de 30,0%, 10,0%, 3,5%, 5,0% e 35,0% dos contribuintes de interesse de cada segmento, respectivamente. O Indicador de Presença para os segmentos PJ Diferenciadas, PJ Médias, PJ Demais, Pessoas Físicas Fiscalização e Pessoas Físicas Revisão atingido em 2012 foi de 75,9%, 96,4%, 54,1%, 116,1% e 75,2%, respectivamente (índices nacionais: 96,5%, 116,6%, 60,4%, 73,2% e 71,9%), o que, pelos pesos estipulados, determinou o percentual para a 9ª RF de 75,9%, abaixo da média nacional (91,9%), ambos abaixo dos 100%.

Pontos críticos: Cabe ressaltar como pontos críticos para o não atingimento da meta do IGF, não só pela 9ª RF, mas pela maioria das demais regiões (exceto a 7ª que foi a única a ultrapassar os 100%) o não atingimento das metas quantitativas de fiscalização por tipo de contribuinte, representado pelo IDF. Nenhuma RF atingiu a meta deste indicador que é o que tem maior peso na composição do Indicador Global de Fiscalização (peso de 70%). Além disto, para a 9ª Região teve impacto a elevada meta de crédito tributário, resultante dos lançamentos expressivos ocorridos em 2010 e 2011, especialmente os efetuados pela EFMAC, que não se repetiram neste ano. Finalmente, cabe destacar o baixo índice de presença fiscal, especialmente para o segmento de Demais Pessoas Jurídicas.

Observações: não há.

Indicador: **Índice de cobertura da fiscalização aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	5,64	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
0,95%	1,87%	2,48%	4,28%

- ✓ **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objeto de fiscalização *a posteriori*, no período indicado.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)] x 100, onde:
 Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro;
 Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.
- ✓ **Análise de Desempenho**
Situação atual: Para a 9ª RF são considerados 4.113 operadores. A meta de fiscalização são 232 ações, o que representa um índice de cobertura de 5,65%. No ano, foram encerradas 173 ações, o que responde por um percentual de 75,9% de cumprimento. O grau de eficácia ficou em 96% e os valores lançados foram de R\$ 757 milhões. No total, foram 60 AFRFB envolvidos, como uma produtividade média de 2,93 ações. O tempo médio por ação ficou em 121 dias. Convém salientar que as metas dos exercícios de 2010 (4,55%) e de 2011 (5,00%) foram alcançadas pela 09ª região fiscal (4,86% e 5,08%, respectivamente), além de

operações padrão realizadas durante todo o exercício de 2012, dentre as quais indica-se a “operação maré vermelha”.

Pontos críticos: Demandas adicionais no despacho em conjunto com a estrutura de várias URF da RF09 impactaram nos resultados da fiscalização aduaneira no ano de 2012.

Observações: não há.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	41,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
40,44%	37,36%	37,43%	35,59%	33,96%	33,94%	33,72%	33,71%	33,97%	34,45%	35,00%	35,30%

- ✓ **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O indicador reflete a eficácia da seleção parametrizada decorrente de condições e parâmetros, que é feita pelo SISCOMEEX. A 9ªRF encerrou o ano com o percentual de 35,30%, com uma meta de 41%. Já a meta nacional (38%), foi encerrada com índice de 33,39%.

Pontos críticos: Há pouca ou nenhuma ingerência local na seleção das declarações para conferência.

Observações: não há.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
100,00%	94,81%	96,08%	96,02%

- ✓ **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 9ªRF tem mantido, nos últimos anos, bons resultados nesse indicador, demonstrando boa qualidade da seleção. De se notar que, em 2010, a meta de 85% foi ultrapassada, tendo sido alcançado índice de 86,74%. Já em 2011, a meta de 90% foi ultrapassada, tendo sido alcançado o índice de 93,06%. O bom desempenho da 09ª região fiscal manteve-se em 2012, em que a meta de 90% também foi ultrapassada, tendo sido alcançado índice de 96,02%, o maior de todas as regiões fiscais, inclusive superior ao nacional.

Pontos críticos: não há.

Observações: não há.

Indicador: **Índice de solução de consultas**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	65,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
43,70%	61,75%	42,30%	75,00%

- ✓ **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas / (acervo de consultas aguardando solução + número de consultas recebidas no período).
- ✓ **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Estoque ao final de 2012 não continha processos entrados na Divisão em data anterior a 31/12/2011. Houve gestão não só com o número de processos resolvidos mas também com o prazo de permanência destes na Divisão (que não é medido pelo presente índice, que apenas mede saída de processos e não tempo médio de permanência). A meta regional de 65% foi ultrapassada, tendo sido obtido o índice de 75%.

Pontos críticos: Unidades que recebem processos de consulta e não os encaminham de imediato à Disit.

Observações: Necessidade de gerenciarmos também o prazo de permanência dos processos.

Indicador: **Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
78,10%	77,30%	79,70%	82,10%

- ✓ **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário *sub judice* controlado em processo e o total de crédito tributário *sub judice*.
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW Devedores.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Atingimos a meta proposta para o ano de 2012. Meta: 80%; atingido 82,1%. De se notar o bom desempenho da região, vez que a meta nacional de 90% foi atingida em 91,30%.

Pontos críticos: Como a base é dinâmica, o comportamento do indicador não depende diretamente do trabalho realizado, mas também do volume de débitos suspensos que ingressam na base de apuração do indicador.

Observações: A meta para 2013 é de 85%.

Indicador: **Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
32,54%	57,20%	62,32%	75,97%	90,56%	91,68%	68,52%	97,30%	89,39%	91,61%	90,97%	68,50%

- ✓ **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O TME-15 da 9ª RF, no 4º trimestre/2012, apresentou os seguintes resultados: Out: 91,61%; nov: 90,97% e dez: 68,50%. Vale destacar que a partir de maio de 2012, quando pode-se acompanhar o mês cheio com os novos critérios do indicador TME-15 (iniciou em 18 de abril), nos relatórios emitidos pelo sistema Saga, a 9ªRF manteve indicadores acima de 90%, com exceção dos meses de julho e dezembro com resultados de 68,5% em ambos, e setembro com 89,39%. A meta nacional de 80% foi ultrapassada, tendo sido alcançado o índice de 82,43%.

Pontos críticos: Não há.

Observações: não há.

Indicador: **Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Dias	Negativa	608,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
629,00	569,00	437,00	389,00

- ✓ **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).
- ✓ **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A Região atingiu a meta estabelecida para 2012.

Pontos críticos: não há.

Observações: não há.

Indicador: **Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	6490000	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
564977	1037618	1568867	2263081	3015428	3606606	4179605	4754059	5229357	5840489	6358841	6783866

- ✓ **Finalidade:** Mensurar a quantidade de serviços acessados por meio do Portal e-CAC.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Quantidade de serviços acessados no Portal e-CAC.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Estatísticas de serviços do portal e-CAC.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em 2012 a RF09 atingiu a marca de 6.783.866 acessos, superando a meta estabelecida (6.490.000) em 4,5 %, enquanto, em âmbito nacional a meta foi superada em 1,2%.

Destaca-se, ainda, que a 9ªRF possui 02 unidades de CAC aduaneiros, cuja demanda de serviços é bastante significativa (flutua em torno de 10% de todo o atendimento presencial da RF), entretanto, estes serviços ainda não estão disponibilizados na internet, gerando expectativa de resultados ainda melhores, a medida que os serviços aduaneiros passem a constar no e-Cac.

Pontos críticos: Serviços de autoatendimento ainda precário e despadronizado, assim como ausência de serviços de autoatendimento nas dependências de parceiros institucionais.

Observações: não há.

Indicador: **Grau de fluidez do despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	82,65	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
81,33%	81,45%	82,06%	76,94%	75,04%	81,31%	82,38%	81,89%	80,96%	83,34%	82,15%	81,32%

- ✓ **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.
- ✓ **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O indicador representa, em pontos percentuais, o quantitativo de DI desembaraçadas com tempo bruto menor que 1 dia, no período. A RF encerrou o ano com 81,32%, com uma meta de 82,65. Em âmbito nacional, encerrou-se o ano com 82,45% com uma meta de 82,5%.

Pontos críticos: não há.

Observações: não há.

Indicador: **Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,30	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,39	0,34	0,34	0,46	0,43	0,26	0,55	0,60	1,26	2,57	1,45	2,10

- ✓ **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.
- ✓ **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em 2010, a meta que era de 0,68, obteve-se índice de 0,27, enquanto que, em 2011, a meta que era de 0,65, obteve-se índice de 0,42. Contribuem para o aumento do tempo de forma significativa, os despachos fracionados e os despachos *a posteriori* (esses últimos registrados, em geral, após o embarque da mercadoria). Neste contexto, as unidades com maior número desses despachos, especialmente *a posteriori*, recebendo uma carga maior de trabalho ou outras demandas, tendem a realizar os desembaraços em um tempo maior, o que compromete o índice, embora não comprometa o fluxo da carga. Na 9ªRF é o caso das ALF-Porto de Paranaguá e DRF-Foz. Os tempos médios nessas unidades, no ano de 2012, foram:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
DRFFOZ	0,61	0,58	0,33	0,39	0,32	0,58	1,24	0,89	1,09	1,04	1,41	0,61	0,76
ALFPGA	0,54	0,34	0,70	1,05	0,97	0,24	0,53	0,94	3,30	7,84	4	6,88	2,37

Pontos críticos: Trata-se de um indicador, cujas oscilações decorrem de alguns do retardamento em despachos específicos e acabam por não espelhar o fluxo das exportações. Ainda, o nível de gerenciamento pela RFB sobre este tipo de despacho é pequeno. O impacto dos despachos fracionados e especialmente *a posteriori*, cujo tempo para desembaraço pode ultrapassar a expectativa, fragiliza a gestão do indicador.

Observações: não há.

Indicador: **Índice de crédito tributário garantido**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	10,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
7,00%	13,50%	15,20%	17,80%

- ✓ **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.
- ✓ **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Meta de 2012, que é de 10%, foi atingida, com 17,8%. A meta nacional, que era de 6,9%, também foi atingida em 8,5, índice menor que o desta região.

Pontos críticos: Não dispomos, atualmente, dados por DRF, que dificulta a análise de desempenho por unidade.

Observações: não há.

Indicador: **Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
128,57%	134,39%	119,31%	107,00%	105,57%	103,00%	102,41%	100,68%	98,40%	96,63%	96,40%	97,22%

- ✓ **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).
- ✓ **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: De acordo com a nova sistemática de avaliação implantada pela COPAV/COANA, por pontos, a meta anual da 9ªRF para o ano de 2012 corresponde à 1.331 pontos, sendo que de janeiro a dezembro de 2012, foram atingidos 1.294 pontos, sendo 1.256 pequenas operações, 34 médias e 4 grandes. Esse total representa 97,22% da meta regional. Durante o ano, analisando especificamente por tipos de operações, os percentuais atingidos foram: IRFRON – 98,10, IROTA – 76,98% e ICC – 119,91%.

Pontos críticos: Faltam recursos humanos, equipamentos, sistemas e orçamento para realização de trabalhos mais intensos.

Observações: não há.

Indicador: **Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
20,00%	39,76%	61,34%	97,12%

- ✓ **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** (0,25 x Indicador de Distorções da Arrecadação IDA) + (0,35 x Indicador do Setor Econômico ISE) + (0,40 x Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT).
- ✓ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Região atingiu 97,12% do IGAM no 4º. trimestre. Realizou 99,39% quanto as ações do Passivo Tributário(IPT), os 100% quanto as ações de distorções de arrecadação (IDA) e 92,47% na ação MSE - Aplicação da metodologia do setor econômico (ISE).

Pontos críticos: A ação metodologia do Setor Econômico - Das 73 empresas para o ano, a Região Fiscal realizou 67,5 análises de contribuintes.

Observações: A ação metodologia do Setor Econômico foi revista para 2013. A meta da Região foi fixada em 34 empresas.

Indicador: **Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	105,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
21,14%	49,31%	65,95%	111,40%

- ✓ **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação / total\ de\ treinandos\ sem\ repetições) / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinandos\ capacitados\ sem\ repetições / total\ de\ servidores\ em\ exercício) / meta]\}$.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Siscad.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: atingidos, em 2012, 110,4%, sendo a meta de 105%.

Pontos críticos: limitação de diárias e passagens travaram em parte a execução orçamentária.

Observações: como o IGCAD tem uma variável acumulativa (grau de amplitude), e as ações de capacitação e desenvolvimento iniciam-se na prática a partir de março, as metas trimestrais devem ser ajustadas a esta realidade.

Indicador: **Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	65,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
59,42%	59,42%	59,72%	59,72%

- ✓ **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** $(Quantidade\ de\ unidades\ adequadas / total\ de\ unidades\ avaliadas\ da\ RFB) \times 100$, onde: Unidades adequadas são aquelas com pontuação igual ou superior a 60.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: a região atingiu 92% da meta para 2012. Foi elaborado Plano de Engenharia, incluso na LOA 2013, que abrange todas as Unidades que necessitam de adequações. Em 2011, a região atingiu 97% da meta que era menor em relação a 2012.

Pontos críticos: falta de pessoal especializado, atraso na aprovação do orçamento da União e seu repasse à região fiscal, além do contingenciamento orçamentário.

Observações: a SRRF09 está buscando adequar suas necessidades à capacidade de execução do orçamento, alinhando-se à metodologia estabelecida pelo órgão central, responsável pela avaliação da execução e liberação de novos créditos orçamentários.

Indicador: **Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
54,92%	78,55%	65,86%	76,69%

- ✓ **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).
- ✓ **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times ILE) + (0,3 \times IEB) + (0,3 \times IPF)]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.
- ✓ **Fonte dos Dados:** CTMA.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Meta atingida em 76,69%.

Pontos críticos: Volume muito alto de processos com mais de 360 dias (contas 130 e 210) por conta do elevado número de apreensões no "varejo" Grande parte do estoque na conta 210 é relativa a apreensão de veículos com restrições – originadas de determinações judiciais e de outros órgãos administrativos - que impossibilitam a sua destinação.

Observações: Todo o estoque existente em 31/12/2011 já foi destinado, porém o volume de apreensões tem aumentado significativamente. O aporte de servidores em atividade de repressão não é acompanhado do necessário aporte de servidores na logística que possa fazer frente a este aumento.

Indicador: **Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	71,20%	85,90%	88,00%	99,70%	77,10%	85,90%	99,60%

- ✓ **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.
 - ✓ **Fórmula de cálculo:** $[\text{Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados)} \div \text{teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF}] \times 100$.
 - ✓ **Fonte dos Dados:** Siafi.
 - ✓ **Análise de Desempenho**
- Situação atual:** Foi atingida 96,6% da meta regional, desempenho melhor que o nacional, que foi de 90,9%.
- Pontos críticos:** Contingenciamentos orçamentários.
- Observações:** não há.

Indicador: **Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	27,60%	86,00%	92,20%	92,60%	81,10%	82,50%	96,70%

- ✓ **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.
- ✓ **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de investimento (obras destacadas, pequenos investimentos, TI e Outros) anual da RF] x 100.
- ✓ **Fonte dos Dados:** Siafi.
- ✓ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Nível de execução de 96,7 % da meta regional, índice superior ao resultado nacional que foi de 86,7%.

Pontos críticos: A forma escolhida para a implantação do plano Pilar – Portaria – implica no engessamento de seus termos tornando morosas quaisquer alterações por menores que sejam pois sua implantação depende de edição de nova Portaria. O atraso no cronograma de entrega dos projetos padrão das agências modelo implicaram na impossibilidade da execução destas obras – a 9ª RF dispõe de 14 terrenos doados por Municípios, sendo que até o momento já estamos com 4 processos visando a contratação dos projetos complementares analisados e aprovados pela PFN. A impossibilidade de migração de créditos entre ações diferentes do plano Pilar também dificulta o andamento de algumas ações, pois, como sabemos, nem sempre o que se projeta se realiza exatamente como projetado. Algumas ações se desenvolvem de maneira mais lenta e outras de maneira mais rápida do que o previsto. A carência de pessoal na área de logística, tanto das unidades locais como na Superintendência é outro fator a ser registrado.

Observações: A metodologia de análise do andamento das ações não era muito bem clara e foi alterada algumas vezes o que causou alguns desencontros de informações e de solicitações e liberações de créditos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 3: **Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão** *(Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. (*)		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. (**)				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. (***)				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>(*) Item 4 – Código de Ética: esclarecemos que a RFB está elaborando um código de ética próprio (razão pela qual foi atribuído ao item a avaliação igual a 2). Entretanto, cumpre destacar que seus servidores observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990).</p> <p>Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB nº 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS/MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS/RFB em seu Plano de Ação, está prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB (complementar à legislação citada acima) e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB.</p> <p>Em 04/03/2013, a CEPS/RFB disponibilizou a minuta do Código de Conduta da Receita Federal do Brasil para consulta interna dos servidores, objetivando ampla discussão do tema no âmbito de todas as unidades da RFB e a apresentação de sugestões, de modo a resultar em um código que traduza a conduta de integridade com a qual os agentes públicos da RFB se identificam e querem ser reconhecidos pela sociedade.</p> <p>(**) Item 12 – Diagnóstico dos riscos: de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última nem sempre é sistematizada (empírica). Com a criação de unidade específica para gerenciamento de riscos (Coordenação de Gestão de Riscos – Coris) e a adoção de metodologia específica (qualitativa e quantitativa), a cultura de gestão de riscos está, pouco a pouco, sendo disseminada e implementada na RFB.</p> <p>(***) Item 16 – Histórico de fraudes e perdas: a avaliação 4 atribuída a este item, deveu-se ao entendimento dos gestores de que a expressão “histórico de fraudes e perdas” estaria se referindo ao quantitativo de eventos desta natureza ocorrido no âmbito da UJ, ou seja, a afirmativa é parcialmente válida no contexto da UJ. Como este item gerou interpretações diferentes, cabe complementar que qualquer processo conduzido no âmbito da RFB, para apuração de eventuais fraudes e perdas, principalmente os de caráter disciplinar, são formalmente constituídos, documentados e seguem os ritos processuais e legais previstos, sendo possível a geração de registros históricos, sempre que necessários, para implementação de novos processos, ou quando solicitados.</p> <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 4: **Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira** *(Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

4.1 - Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do Exercício que Estiveram Integral ou Parcialmente na Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB é responsável pela manutenção das Unidades Centrais da Receita Federal do Brasil e pela descentralização de recursos às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil – SRRF's, às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento - DRJ's, à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA do Ministério da Fazenda e aos Conselhos Administrativos de Recursos Fiscais.

Essas atividades são centralizadas na Unidade Gestora 170010 que possui a responsabilidade de gerir parte do programa de governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA). As informações referentes aos programas de trabalho e às suas ações são descritas, detalhadas, comentadas e analisadas no Processo de Prestação de Contas do Órgão Central.

O Programa 0906 - Operações Especiais - Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações), composto da Ação 0284 - Amortização e Encargos e Financiamento da Dívida Contratual Externa, se refere ao pagamento de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa junto ao BID.

O principal programa de trabalho da RFB em 2012 foi o Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda, que tem como desafio “Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego”.

O Programa 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda é composto por 36 ações, sendo que serão objeto de comentário neste Relatório apenas as ações citadas a seguir, específicas da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 09ª Região Fiscal.

- 10B2 - Construção do Edifício Sede da DRF Florianópolis - SC; e
- 147E - Construção do Edifício Sede II do MF em Curitiba – PR.

QUADRO - AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		10B2 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA DRF em FLORIANÓPOLIS - SC				
Descrição		Desenvolver o projeto executivo para construir o Edifício SEDE da DRF Florianópolis, adequando o espaço físico às novas necessidades do órgão, pela fusão da Secretaria da Receita Previdenciária e Secretaria da Receita Federal				
Unidade Responsável		170169 - DRF/FNS				
Unidade Orçamentária		25103				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.467.329,00	14.470.000,00	14.470.000,00	8.361.880,64	0,00	6.108.119,36	8.361.880,64
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	48	90	14.470.000	8.361.880,64

Cumprimento das metas físicas:

A obra alcançou 90% de progresso físico. Conclusão prevista para o 1º trimestre de 2013.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Sem problemas em 2012.

Identificação da Ação						
Código		147E - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE II do MF em Curitiba PR				
Descrição		Construção destinada à Sede II do MF em Curitiba PR				
Unidade Responsável		170156 - SRRF09				
Unidade Orçamentária		25103				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
700.000,00	1.366.667,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Obra concluída	% exec física	1	0	1.366.667,00	0,00

Cumprimento das metas físicas:

Levantamento de necessidades realizado em 2012. Desenvolvimento do Projeto Básico previsto para 2013-2014. Após análise da Divisão de Engenharia da Coordenação de Programação e Logística da RFB (DIENG/COPOL/RFB), a SRRF09 está revendo o programa de necessidades a fim de atualizar os orçamentos para um novo preço de referência.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Sem problemas.

4.2 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

QUADRO 3 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f)	81.247.929,03	59.390.598,46	55.753.957,15	47.487.429,69
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	484.138,46	444.490,64	109.822,83	418.847,64
c) Concorrência	21.543.669,59	13.582.415,28	10.673.904,12	4.593.091,54
d) Pregão	59.220.120,98	45.363.692,54	44.970.230,20	42.475.490,51
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g + h)	19.099.384,81	14.587.161,09	14.333.197,87	13.740.513,10
g) Dispensa	13.462.161,99	10.593.673,02	10.260.492,01	9.993.090,04
h) Inexigibilidade	5.637.222,82	3.993.488,07	4.072.705,86	3.747.423,06
3. Regime de Execução Especial	141.726,45	135.384,89	141.726,45	135.384,89
i) Suprimento de Fundos	141.726,45	135.384,89	141.726,45	135.384,89
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	4.577.812,02	3.551.300,12	4.577.812,02	3.551.300,12
j) Pagamento em Folha	48.041,00	66.060,84	48.041,00	66.060,84
k) Diárias	4.529.771,02	3.485.239,28	4.529.771,02	3.485.239,28
5. Outros	2.597.797,46	4.339.501,49	2.507.898,12	4.272.306,77
6. Total (1+2+3+4+5)	107.664.649,77	82.003.946,05	77.314.591,61	69.186.934,57
Fonte: SIAFI Gerencial				

4.2.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 4 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	48.041,00	66.060,84	48.041,00	66.060,84	0,00	0,00	48.041,00	66.060,84
08 - Outros Benef.Assistenciais	48.041,00	65.170,85	48.041,00	65.170,85	0,00	0,00	48.041,00	65.170,85
92 - Desp. Exerc. Anteriores	0,00	889,99	0,00	889,99	0,00	0,00	0,00	889,99
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	76.979.696,18	69.105.497,77	67.747.442,96	65.842.821,42	9.232.253,22	3.262.676,35	67.695.257,90	65.793.017,96
37 – Locação de Mão de Obra	34.643.306,70	29.598.683,90	31.408.562,42	28.393.373,35	3.234.744,28	1.205.310,55	31.408.562,42	28.393.373,35
39 – Outros.Serv.Pes.Jurídica	25.961.405,90	22.694.668,82	22.209.217,48	21.445.715,18	3.752.188,42	1.248.953,64	22.197.292,63	21.437.648,43
30 - Material de Consumo	5.647.679,92	3.889.483,92	3.848.689,66	3.483.763,84	1.798.990,26	405.720,08	3.841.811,65	3.483.556,71
Demais elementos do grupo	10.727.303,66	12.922.661,13	10.280.973,40	12.519.969,05	446.330,26	402.692,08	10.247.591,20	12.478.439,47
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	30.636.912,59	12.832.387,44	9.571.292,71	3.327.855,77	21.065.619,88	9.504.531,67	9.571.292,71	3.327.855,77
51 – Obras e Instalações	19.527.230,00	11.977.540,00	8.396.340,64	3.101.390,42	11.130.889,36	8.876.149,58	8.396.340,64	3.101.390,42
52 – Equip. Material Permanente	8.649.682,59	852.493,92	1.174.952,07	224.111,83	7.474.730,52	628.382,09	1.174.952,07	224.111,83
61 - Aquisição de Imóveis	2.460.000,00	0,00	0,00	0,00	2.460.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	2.353,52	0,00	2.353,52	0,00	0,00	0,00	2.353,52
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)

No quadro “Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação”, o grupo Modalidade de Licitação – Despesa Liquidada, apresentou acréscimo de 36,80 % em relação ao ano de 2011. Dentro deste grupo, a modalidade Pregão foi a mais utilizada, representando 72,89% das contratações, seguido da modalidade Concorrência que respondeu por 26,52%.

A modalidade Pregão apresentou um aumento de 30,55% em relação a 2011 e a modalidade Concorrência cresceu 58,61% em 2012. Neste grupo, a despesa liquidada em relação à despesa paga apresenta um diferencial de R\$ 25.493.971,88, que foi inscrito em Restos a Pagar de 2012, cuja liquidação financeira ocorrerá a partir de 2013. O valor liquidado em relação ao de Restos a Pagar é da ordem de 68,62%.

Contratações Diretas empenhadas tiveram um crescimento de 30,93% em relação a 2011, com relevância no item Dispensa que apresentou um aumento em relação a 2011 de 27,08%. O item Inexigibilidade apresentou um crescimento expressivo de 41,16% em relação ao ano anterior. A despesa liquidada em relação à despesa paga apresenta um diferencial de R\$ 4.766.186,94 que foi inscrito em Restos a Pagar de 2012, cuja liquidação financeira ocorrerá a partir de 2012; O valor liquidado em relação ao de Restos a Pagar é da ordem de 75,05%.

O item Regime de Execução Especial - Suprimento de Fundos sofreu um pequeno acréscimo de 4,68% neste ano de 2012, resultado dos esforços conjuntos na priorização de contratações diretas ou pregões, deixando o uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal para situações excepcionais.

No item “Pagamento de Pessoal”, observa-se um crescimento de 28,91% em relação ao ano de 2011, aumento este proveniente do grupo “diárias”, o que demonstra uma retomada das atividades fins da SRRF09, visto que em 2011 houve uma restrição muito intensa na concessão das diárias em virtude das políticas de economia de recursos públicos promovida pelo Decreto nº 7.446/2011.

Já no quadro “Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação”, há evidente relevância do grupo de despesas 3 – “Outras Despesas Correntes”; neste grupo percebemos um aumento da ordem de 11,39% das despesas empenhadas no ano-calendário de 2012 em relação ao ano-calendário de 2011.

Merece registro a enorme representatividade dos principais grupos de despesas 37 e 39 (Locação de mão de obra e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) no total de despesas de custeio, sendo que ambas as naturezas de despesas representaram 78,73% em 2012 e 75,67% em 2011, ou seja, a maior parte dos gastos orçamentários correntes da 9ª. Região Fiscal concentra-se nos contratos continuados de serviços terceirizados (locação de mão de obra, composta de: vigilância ostensiva, apoio administrativo, técnico e operacional, manutenção e conservação de bens Imóveis, Máquinas e Equipamentos, de Limpeza e Conservação) e Outros Serviços de Pessoas Jurídicas (cujas despesas mais significativas concentram-se em locação de imóveis, manutenção e conservação de bens imóveis, máquinas e equipamentos, serviços de energia elétrica, telecomunicações, seguros em geral, fretes e transportes, serviços de incineração e destruição de material, serviços de apoio administrativo e itens reparáveis de aviação).

De 2011 para 2012, a soma dos grupos 37 e 39 sofreram um aumento de 15,89%, o que significou um incremento de R\$ 8.311.359,88, fruto da liberação na dotação orçamentária de custeio para este ano, depois de um ano anterior com forte restrição orçamentária; nos itens específicos, a variação foi um aumento de 17,04% no grupo de Locação de Mão de Obra e 14,39% com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. A representatividade destes dois grupos demonstra que o maior custo corrente concentra-se na contratação de serviços terceirizados.

O elemento 30 – Material de Consumo apresentou um acréscimo de 45,20% comparado com o ano de 2011. Neste grupo, as despesas mais significativas são combustíveis e lubrificantes de aviação (R\$ 820.109,67), explosivos e munições (R\$ 1.213.560,00) e material e acondicionamento de embalagem (R\$ 2.280.055,24).

O conjunto “Demais elementos do grupo”, com representatividade de 13,94% e 18,70% em 2012 e 2011 na despesa empenhada, respectivamente, apresentou um decréscimo percentual na ordem de 17,00% de um ano para o outro. A redução significativa neste grupo deve-se principalmente a boa gestão ocorrida durante o ano das rubricas “despesas de exercícios anteriores” e “indenizações e restituições”, cujo montante em 2011 chegou a R\$ 5.971.072,00 e em 2012 caiu para R\$ 2.919.412,00, ou seja, uma economia nestes elementos de R\$ 3.051.660,00.

Destaque-se ainda que os Restos a Pagar não processados deste quadro compõe-se exclusivamente de despesas de custeio (despesas correntes), cujos valores inscritos sofreram um incremento expressivo em ao ano de 2011, da ordem de 183%. Tal aumento, ao contrário do que possa parecer, indica que tivemos disponibilidade orçamentária ao final do ano para execução de todas as despesas correntes de 2012, fato este que não aconteceu em 2011, o que ocasionou uma baixa inscrição naquele ano devido as fortes restrições orçamentárias. Os valores pagos em 2012, em comparação aos valores liquidados, representam 87,94%, isto é, abrangendo quase a totalidade dos valores liquidados. A diferença foi inscrita em Restos a Pagar.

DESPESAS DE CAPITAL (INVESTIMENTOS)

Neste ano de 2012 houve um expressivo incremento nos recursos de capital disponibilizados para a região fiscal, resultando num acréscimo percentual de 138,75% em relação a 2011, ou seja, partimos de R\$ 12.832 mil para R\$ 30.637 mil. Isso possibilitou a reposição de material permanente e equipamentos nas diversas unidades da SRRF09, visto que a restrição orçamentária em investimentos nos anos anteriores acarretou numa necessidade premente de manutenção e conservação de vários itens de capital.

Em Obras e Instalações temos um aumento de 63,03% comparando com o ano de 2011. Dois grupos se destacam, respondendo por 99,82 das despesas deste item: Obras e Serviços do Plano PILAR -Prioridades de Intervenção em Logística, Adequação e Reforma (R\$ 5.023.654,00) e a obra para construção da sede da DRF/Florianópolis/SC que finalizou o ano com um empenho de R\$ 14.470.000,00. No Plano PILAR, R\$ 4.390.000,00 refere-se a revitalização da área de ACI Cargas da IRF em Dionísio Cerqueira, sob a jurisdição da DRF/Joaçaba/SC; R\$ 374.950,00 referente a contratação de projeto para a nova sede da DRF/Cascavel/PR; R\$ 160.000,00 de obras para adaptação do depósito de mercadorias apreendidas – DMA da DRF/Londrina/PR; R\$ 14.634,00 para lage do pátio do Precon da DRF/Foz do Iguaçu; R\$ 61.520,00 relativo a adequação do projeto básico da nova sede da DRF/Joinville/SC e R\$ 22.550,00 da IRF/Curitiba/PR para atender aos projetos de sistema elétrico e iluminação do Depósito de Mercadorias Apreendidas e prevenção e combate a incêndio.

Equipamentos e material permanente foi o grupo que teve o maior incremento percentual, chegando a 914,63%, quase dez vezes o valor empenhado em 2011. Este grupo contempla aquisições de diversos materiais e equipamentos de natureza permanente das nossas 16 unidades jurisdicionadas e mais a Superintendência, no valor de R\$ 3.260.218,00 e mais aquisição de material de tecnologia da informação no montante de R\$ 275.546,50; A aplicação de capital mais expressiva deste item foi a substituição do sistema imageador aerotransportado (FLIR) para nossos helicópteros modelo Eurocopter EC-135 T2+, no valor de R\$ 5.100.000,00.

Pela própria natureza de serem investimentos de capital, com execução de médio a longo prazo e em virtude da liberação mais intensiva deste recurso ocorrer no último trimestre de 2012, o percentual de 68,76% foi inscrito em Restos a Pagar; o restante foi liquidado em 2012.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 5: **Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira** *(Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	70.988,95	912,53	7.154,22	62.922,20
2010	829.185,29	5.270,18	823.915,11	0,00
2009	688.811,03	23.524,84	665.286,19	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	12.779.637,64	364.020,50	11.244.332,22	1.171.284,92
2010	8.282.884,58	245.481,52	7.962.258,37	75.144,69
2009	10.983.471,29	334.432,81	7.556.154,94	3.092.883,54

Fonte: SIAFI Operacional

Análise Crítica

No decorrer do exercício de 2012 priorizamos os pagamentos dos Restos a Pagar mais antigos, como se pode evidenciar pelos saldos residuais existentes ao final deste exercício. A política adotada mostrou-se adequada ao fluxo financeiro do ano, sendo que os saldos existentes são perfeitamente justificados como relatados a seguir:

- O saldo de Restos a Pagar Processados de 2011 no valor de R\$ 62.922,20 está distribuído entre três (03) unidades da Região Fiscal: UG 170156 – SRRF09 – R\$ 61.988,37 (Metalshop Indústria e Comércio Ltda; UG 170170 – Delegacia da RFB em Joaçaba/SC – R\$ 726,70 (Adriane Aparecida Perotoni) e UG 170315 – Delegacia da RFB em Lages/SC – R\$ 207,13 (Simone Scherer Machado).

- Do saldo de Restos a Pagar Não Processados em 2011, o valor mais expressivo refere-se a nota de empenho nº 2011NE00494 (UG 170156) da Construtora Oliveira Ltda (R\$ 1.018.917,29 – 87,00% do total inscrito), responsável pelos serviços de revitalização da ACI Cargas da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Dionísio Cerqueira/SC. O contrato SRRF09 21/2011 de 15/08/2011, com previsão inicial de vigência de 12 meses, foi prorrogado pelo Termo Aditivo nº 03 até 24/02/2013, razão pela qual o empenho consignado para liquidação da obra manteve-se inscrito em Restos a Pagar. Os demais valores referem-se a pequenos fornecedores distribuídos em algumas unidades da região fiscal, cujos valores ainda encontram-se pendentes de liquidação.

- O saldo de Restos a Pagar Não Processados de 2010 indicado no quadro acima, no valor de R\$ 75.144,69, possui apenas valor histórico, visto que é o mesmo saldo analisado na Prestação de Contas de 2011 e foi reinscrito, constando agora como Restos a Pagar Processados, cujo valor atual de R\$ 62.922,20 foi discriminado acima.

- O saldo de Restos a Pagar Não Processados de 2009 indicado no quadro acima, no valor de R\$ 3.092.883,54, possui apenas valor histórico, visto que o saldo em 31/12/2012 é zero, tendo sido ele totalmente liquidado em 2012.

É visível, portanto, a excelente gestão dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores, visto que do montante inscrito em 2011 no valor de R\$ 12.850.626,59, temos como saldo residual apenas R\$ 1.234.207,12, ou 9,60%, sendo que deste percentual, o percentual de 83,00% é relativo a um empenho de obras, que pela sua natureza é compatível e plenamente aceitável que se estenda por mais de um período.

5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO 6 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
170156	Superintendência Regional da RFB 09ªRF		6.656,00	10.642,14	17.298,14
170157	Delegacia da RFB em Cascavel		886,00	9.666,21	10.552,21
170158	Delegacia da RFB em Curitiba		6.385,00	23.505,51	29.890,51
170159	Delegacia da RFB em Londrina		808,00	7.486,03	8.294,03
170160	Delegacia da RFB em Ponta Grossa		3.190,40	9.809,47	12.999,87
170161	Delegacia da RFB em Maringá		0,00	11.406,30	11.406,30
170162	Delegacia da RFB em Foz do Iguaçu		0,00	0,00	0,00
170163	Alfândega da RFB Porto de Paranaguá		0,00	8.430,14	8.430,14
170169	Delegacia da RFB em Florianópolis		990,00	2.220,65	3.210,65
170170	Delegacia da RFB em Joaçaba		0,00	1.482,39	1.482,39
170171	Delegacia da RFB em Joinville		0,00	12.056,58	12.056,58
170172	Alfândega da RFB Porto de Itajaí		0,00	0,00	0,00
170314	Delegacia da RFB em Blumenau		0,00	796,00	796,00
170315	Delegacia da RFB em Lages		0,00	0,00	0,00
170342	Inspetoria da RFB em Florianópolis		1.030,00	7.824,92	8.854,92
170343	Inspetoria da RFB em Curitiba		3.518,25	4.803,74	8.321,99
170389	Alfândega da RFB Porto de São Francisco		0,00	7.822,48	7.822,48
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0.00	23.463,65	117.952,56	141.416,21

Fonte: SIAFI.

QUADRO 7 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	170156	Limite de Utilização da UG		R\$ 100.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Roberto Lima	35466456934	16.000,00	2.350,00	2.938,16	5.288,16
Mario Nascimento	32272413900	16.000,00	2.020,00	6.023,84	8.043,84
Vanessa Soares	38144719972	16.000,00	2.286,00	1.680,14	3.966,14
Total Utilizado pela UG			6.656,00	10.642,14	17.298,14
Código da UG	170157	Limite de Utilização da UG:		80.000,00	
José Maria Andrade	48844403900	12.000,00	886,00	9.666,21	10.552,21
Total Utilizado pela UG			886,00	9.666,21	10.552,21
Código da UG	170158	Limite de Utilização da UG:		R\$ 150.000,00	
Klécius João Gonçalves	23312661900	25.000,00	1.180,00	12.194,41	13.374,41
Luiz Cezar Dos Santos	27413551934	19.000,00	4.405,00	10.550,14	14.955,14
Cicero Jorge De Andrade	47005114949	6.000,00	470,00	146,50	616,5
Ricardo Pinheiro Pinto	10017137888	3.000,00	330,00	0,00	330,0
Lourdes Diane Hasse Marek	46262261915	3.000,00	0,00	326,53	326,53
Luiz Carlos De Angelis	62974068987	3.000,00	0,00	287,93	287,93
Total Utilizado pela UG			6.385,00	23.505,51	29.890,51
Código da UG	170159	Limite de Utilização da UG:		R\$ 16.000,00	
Elaine Kiomi Obara	02922122913	8.000,00		4.982,13	4.982,13
Tereza Purpur Bueno Valeriano	05820130898	8.000,00	808,00	2.503,90	3.311,90
Total Utilizado pela UG			808,00	7.486,03	8.264,03
Código da UG	170160	Limite de Utilização da UG:		R\$ 54.000,00	
Giovanni Munsberg	0360296392	23000,00	1777,40	2370,40	4147,80

Imanuel Brepohl	30633320978	23000,00	1.413,00	7439,07	8852,07
Total Utilizado pela UG			3190,40	9.809,47	12999,87
Código da UG	170161	Limite de Utilização da UG:		R\$ 70.000,00	
Denivaldo Violin	68681488953	11406,30		11406,30	11406,30
Total Utilizado pela UG				11406,30	11406,30
Código da UG	170163	Limite de Utilização da UG:		R\$ 60.000,00	
Carlos Roberto Ventz	87663945972	4.000,00		2.789,06	2.789,06
Helen Monica Bordim	00609564960	2.000,00		217,00	217,00
João De Oliveira	49250795904	6.000,00		5.424,08	5.424,08
Total Utilizado pela UG				8.430,14	8.430,14
Código da UG	170169	Limite de Utilização da UG:		R\$ 60.000,00	
Juliane Baseggio	00370618955	20.000,00	990,00	1.475,47	2.465,47
Geraldo Paes Pessoa	53325273904	10.000,00		280,84	280,84
Rudimar Mariano	53308336987	20.000,00		193,80	193,80
Clayton Luis do Amaral	36121371072	10.000,00		270,54	270,54
Total Utilizado pela UG			990,00	2.220,65	3.210,65
Código da UG	170170	Limite de Utilização da UG:		R\$ 50.000,00	
João Vitor Batista Kury	04632581933	2000,00		162,45	162,45
Sidnei Perón	85448958915	3500,00		1319,94	1319,94
Total Utilizado pela UG				1482,39	1482,39
Código da UG	170171	Limite de Utilização da UG:		R\$ 140.000,00	
Gilberto Ferreira de Souza	15334961615	56.000,00		9.375,87	9.375,87
Israel da Silva Pinheiro	39198626000	40.000,00		2.680,71	2.680,71
Total Utilizado pela UG				12.056,58	12.056,58
Código da UG	170314	Limite de Utilização da UG:		R\$ 60.000,00	
Ada Lora Hardt	66052530944	30.000		500	500
Aldecir B.S.Passarin	24123773249	30.000		296	296
Total Utilizado pela UG				796	796
Código da UG	170342	Limite de Utilização da UG:		R\$ 25.000,00	
Carlos Henrique de Oliveira	72159871915	16.000,00	50,00	3.971,23	4.021,23
Denise de Mello Oliveira	46584765687	4.000,00	80,00	1.467,59	1.547,59
Valmir da Silva	52079945904	5.000,00	900,00	2.086,10	2.986,10
Total Utilizado pela UG			1.030,00	7.524,92	8.554,92
Código da UG	170343	Limite de Utilização da UG:		R\$ 200.000,00	
Célia Rorato	33565945915	8.159,83	2.234,00	4.032,95	6.266,95
Edi Fatima Ribas Soares	54196442900	4.000,00	1.284,25	770,79	2.055,04
Total Utilizado pela UG			3.518,25	4.803,74	8.321,99
Código da UG	170389	Limite de Utilização da UG:		R\$ 30.000,00	
David Santiago Delattre	02752625960	15.000,00		1.140,00	1.140,00
Alexandre de Freitas	55151132920	15.000,00		6.682,48	6.682,48
Total Utilizado pela UG				7.822,48	7.822,48
Total Utilizado pela UJ			23.463,65	117.952,56	141.416,21

Fonte: SIAFI.

QUADRO 8 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO "B" E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							Total (R\$)
Exercícios	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	0,00	0,00	84	23.463,65	472	117.952,56	141.416,21
2011	0,00	0,00	86	16.569,88	452	117.999,39	134.569,27
2010	0,00	0,00	199	22.162,98	448	128.058,65	150.221,63

Fonte: SIAFI.

QUADRO 9 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" e CPGF)

UG: SRRF 09

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	12	28.000,00	11	30.200,00	11	27.500,00

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica: Na UG 170156 somente utiliza-se a conta do tipo CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal). A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos durante o exercício 2012 está em conformidade com legislação vigente. Para cada concessão de suprimento de fundos abre-se um processo, onde constam todas as notas fiscais e faturas de pagamento que são atestadas por outro servidor, que não o suprido, a fim de comprovar que os gastos são necessários e emergenciais. O uso desta medida é feito excepcionalmente, somente nas despesas de pequeno vulto.

UG: DRF/Cascavel

CG: DRD / Cascavel												
Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							4	10.552,21	3	7.811,77	3	7.880,58

Fonte: SIAFI.

Análise Crítica: na UG 170157 somente utiliza-se a conta do tipo CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal). A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos durante o exercício 2012 está em conformidade com legislação vigente. Para cada concessão de suprimento de fundos abre-se um processo, onde constam todas as notas fiscais e faturas de pagamento que são atestadas por outro servidor, que não o suprido, a fim de comprovar que os gastos são necessários e emergentes. O uso desta medida é feito excepcionalmente, somente nas despesas de pequeno vulto que sejam emergenciais.

UG: DRF/Curitiba

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							24	29.890,51	39	28.340,40	28	31.063,02

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: A unidade vêm envidando esforços no sentido de reduzir gradualmente o número de supridos e as compras realizadas com o cartão, mantendo apenas o necessário para aquisições de materiais e contratação de serviços pontuais e imprevistos, estritamente de acordo com a legislação e sob rígido controle dos gastos por meio de planilhas elaboradas especificamente para este fim.

UG: DRF/Londrina

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	05	9.854,53	07	12.801,50	06	9.916,12

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: A gestão de recursos do suprimento de fundos desta UG é realizada sempre de forma excepcional a fim de atender demandas de situações emergenciais e de pequeno vulto que não seja possível ser efetuada de outra forma. A aplicação dos recursos segue rigorosamente os limites e as situações previstas na legislação vigente.

UG: DRF/Ponta Grossa

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							8	R\$ 12999,87	10	9117,07	12	12108,84

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: A Unidade utiliza exclusivamente suprimento de fundos na modalidade cartão de pagamento, e o controle é feito por processo e planilha de acompanhamento que auxilia no controle dos limites legais de valores. No encerramento e comprovação do suprimento há também a atuação do controle interno que solicita o envio de conciliação contábil ao órgão setorial de contabilidade. O uso é feito preferencialmente com fornecedores que aceitam operação com a bandeira do cartão, e apenas excepcionalmente utilizamos saque, nas situações elencadas no Memorando e em situações de ação urgente nas Agências, quando a falta do serviço ou aquisição possa comprometer o funcionamento da Agência.

UG: DRF/Maringá

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							5	1140 6,30	5	8542, 71	3	7058, 80

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: A DRF Maringá utiliza o suprimento de fundos com cartão de pagamentos do governo federal para aquisição de materiais e pagamentos de serviços de pequeno valor em caso de necessidade urgente, principalmente na aquisição de materiais para manutenção predial, nos casos em que não há materiais no almoxarifado. Desta forma a demanda é resolvida rapidamente e há melhor aproveitamento da mão de obra do contrato de manutenção predial. A aquisição de materiais ou a prestação de serviços é sempre acompanhada e verificada por servidores da Seção de Programação e Logística da DRF.

UG: ALF/Paranaguá

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	07	8.430,14	08	8.602,02	07	5.11939

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: O uso de CPGF é uma forma muito prática e eficiente para unidades como a nossa que, por estar em uma cidade de pequeno porte, muitas vezes, não conseguimos adquirir em licitação/pregão materiais de pequeno valor. Como temos dois prédios e um DMA com mais de 16.000 m² em uma região muito insalubre, não há como prever em uma licitação todas as pequenas necessidades do dia-a-dia. Assim o uso do cartão torna-se essencial para o bom desenvolvimento das atividades da Alfândega. Ressalte-se também que um dos fatores determinantes para a adoção desta forma de pagamento reside na maior transparência da utilização dos recursos públicos, pois é possível o acompanhamento total da realização das despesas pelo tomador do suprimento de fundos, ou seja, pelo portador do cartão. Esse acompanhamento, por si só, já é extremamente importante. Para cada concessão de suprimento é aberto um processo administrativo para o acompanhamento

dos gastos, prestação de contas e posterior aprovação dos gastos por parte do Ordenador de Despesas.

UG: DRF/Florianópolis

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							9	3.210,65	11	6.214,72	10	8.954,45

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: o uso do CPGF no exercício 2012 foi dado pelo critério da excepcionalidade e voltado para fazer frente às despesas de custeio, de baixo valor, conforme a legislação vigente.

UG: DRF/Joaçaba

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	11	1482,39	10	1898,29	10	5083,51

Fonte: Siafi

Análise Crítica: O uso do suprimento de fundos através do cartão corporativo é uma prática de uso bastante restrito na Unidade, prova disto que a sua utilização tem sido decrescente, quando comparado os gastos nos últimos três exercícios, assim sendo, os gastos estão adstritos a despesas pequenas que ocorrem de forma emergencial, em conformidade com o disposto na legislação. Internamente, o uso do cartão é feito caso a caso, necessitando de autorização do Gestor para ser efetuada, desta forma, todas as despesas realizadas estão dentro dos limites legais e dentro dos propósitos desta forma de gasto público. Ao analisarmos as questões que envolvem a administração de recursos e a legislação vigente, vislumbra-se a necessidade de existir um instrumento que permita uma resposta rápida para questões de pequeno valor, assim sendo, o presente instrumento deveria ter um limite um pouco maior, dotando a Administração de uma resposta mais rápida.

UG: DRF/Joinville

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							12	2400	13	2600	13	20000

								0,00		0,00		,00
--	--	--	--	--	--	--	--	------	--	------	--	-----

Fonte: Siafi

Análise Crítica: A utilização de pagamento por suprimento de fundos, resguardadas as normas legais, permite a agilidade necessária à Unidade na execução de suas atividades, em especial na área de manutenção, quando as necessidades muitas vezes surgem inesperadamente e com urgência de atendimento. A utilização dos cartões de pagamento da Unidade é designada a servidores responsáveis e acompanhada pelo chefe da SAPOL e gestor, através da verificação da efetiva necessidade de compra, acompanhamento da entrega e destinação adequada dos produtos e serviços. Toda a aplicação de recursos é devidamente analisada e tem análise técnica e crítica pelos gestores responsáveis.

UG:DRF/Blumenau

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							3	796	3	461	3	518

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos durante o exercício 2012, foram para despesas de custeio, como medida excepcional, de baixo valor conforme constata-se pelo total utilizado, estando em conformidade com a legislação vigente.

UG: Inspetoria/Florianópolis

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							10	8.854,92	10	8.146,05	16	12.701,46

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: Em relação à sistemática de suprimento de fundos em análise, podemos informar que durante a gestão 2012 ela ocorre da seguinte maneira: 3 (três) pessoas são indicadas para executar saques e faturas. São os chamados supridos. Eles atendem a IRF/FNS e unidades subordinadas. A planilha de suprimento de fundos é alimentada pelo suprido durante o período de aplicação (a cada 3 meses). Após esse prazo, tal planilha é enviada ao setor financeiro, onde será realizada a prestação de contas. Utiliza-se para esse controle o sistema SIAFI, em que se faz a contabilização das contas. A aplicação dos recursos obedece a várias legislações. Podemos citar, entre elas, a Portaria 95/2002, do Ministério da Fazenda, o Decreto 93.872, de 1986 e a Portaria 41/2005, do Ministério do Planejamento. Ressalte-se que os resultados obtidos são satisfatórios, já que atendem à demanda de pequenos gastos, que se tornariam dificultosos se fosse lançada mão de dispensas de licitação, pela maior complexidade. Nesse sentido, a medida referente à utilização de suprimento de fundos torna-se necessária pela praticidade e urgência na utilização de valores.

UG: Inspetoria/Curitiba

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							4	8321,99	3	5527,93	3	8339,71

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: O suprimento de fundos foi utilizado com absoluta parcimônia durante o exercício de 2012, ficando relegado apenas à situações excepcionais e de pequena monta, cujo atendimento por uma das vias licitatória se mostrava inviável e anti econômica. O controle de tais gastos foi garantido, como de praxe, por meio de estrita supervisão do chefe do setor de logística e pelo chefe da Unidade.

UG:Alfândega/São Francisco do Sul

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							6	7.822,48	6	3.943,81	4	2.616,11

Fonte: Siafi.

Análise Crítica: Esta Alfândega utiliza somente a conta do tipo CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal). A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos durante o exercício 2012 está em conformidade com legislação vigente. Para cada concessão de suprimento de fundos abre-se um processo, onde constam todas as notas fiscais e faturas de pagamento que são atestadas por outro servidor, que não o suprido, a fim de comprovar que os gastos são necessários e emergentes. O uso desta medida é feito excepcionalmente, somente nas despesas de pequeno vulto que sejam emergenciais.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 6: **Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados** *(Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) foi executado dentro do modelo de trabalho do Relatório de Prestação de Contas RFB adotado desde 2010. Dessa forma foram realizadas extrações dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep da RFB, que foram subsidiados e homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio das Regiões Fiscais e a utilização de sistema interno de controle de atividades administrativas, cujos dados não são contemplados pelo Siape de forma gerencial.

As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal.

Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação aos novos quadros do SISAC, que tratam de um processo de trabalho ainda recente na estrutura de atividades de Gestão de Pessoas da RFB.

O quadro da folha de pagamento foi ajustado totalmente à nova instrução de execução da Prestação de Contas 2012/2013, com uso do DW Siape associado ao tratamento da conversão dos resultados de UPAG para RF, inclusive para a extração dos valores relativos aos dois anos anteriores. Tal implantação tem por objetivo reduzir os impactos da extração nos processos futuros e facilitar a conversão de conhecimento necessária para extração da informação.

As remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada” conforme solicitado na Prestação de Contas. Porém, acreditamos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional nos parece sem sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Considerando-se as Regiões Fiscais, a informação também não nos parece coerente, pois há remoções dentro da própria região e não se quantifica quantos servidores estão entrando, apenas os que saem. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, todavia poderiam estar em quadro separado.

Foram superadas barreiras de extração de dados relativas à classificação de escolaridade dos servidores das Delegacias da Receita Federal de Julgamento - DRJ e também em relação aos servidores ocupantes de funções comissionadas. Também foi aperfeiçoada a extração do nível de escolaridade dos cargos vinculados às carreiras administrativas do Ministério da Fazenda.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. O problema é agravado após a saída do servidor para o novo órgão pela perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede, por exemplo, identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 10 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada*	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.971	2.372		100
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
1.2.5 Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112**		19		
1.2.6 Outros ***		10		
2. Servidores em Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.971	2.401	-	100

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

- Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Detalhamento da linha 1.2.1		
Carreira	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva
Carreira ARFB	3.971	1.921
Carreira PECFAZ	0	451

- Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).
- Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.
- Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.
- Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.
- A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2013 em relação ao dia 31/12/2012. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 11 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	ND
1.2. Exercício de Função de Confiança	ND
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)*	10
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercícios de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)**	55
3.1. De ofício, no interesse da Administração	21
3.2. A pedido, a critério da Administração	26
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge / companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	4
3.6. Por Decisão Judicial	3
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	1
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	6
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	5
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	42
6.1 Licença Prêmio por assiduidade	3
6.2 Licença Gestante	6
6.3 Licença para tratamento de saúde	33
6.4 Reclusão	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	114

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.
2. Normas relacionadas ao processo de cessão:

DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.
 LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.
 NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.
 INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.
 DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.
 NOTA TÉCNICA Nº 101 /2011/DENOP/SRH/MP.

3. Para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 6 de fevereiro de 2013 e vigentes em 31 de dezembro de 2012. Eventos iniciados em 2012, mas encerrados até 30 de dezembro de 2012 foram desconsiderados do número. Ocorrências lançadas após o dia 6 de fevereiro de 2013, retroativas ao ano de 2012, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.
4. As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente.
5. Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2012. Os números são computados de acordo com a origem do servidor removido, independentemente do destino.
6. Incluído item 3.6 para Remoções via decisão judicial.
7. De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (16 a 18), por serem considerados relevantes quanto ao número de ocorrências ou quanto ao tempo de duração do afastamento.

ND = informação não disponível.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 12 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	77	76	6	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
1.2.6 Servidores de carreira em exercício provisório				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	369	358	83	85
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total dos servidores em cargo e em função (1+2)	446	434	89	91

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.
2. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
3. Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro 16.
4. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 13 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	81	352	746	659	99
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4 Outros*			11	14	5
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	7	34	31	3
2.3. Funções gratificadas	12	81	141	102	22
3. Totais (1+2)	94	440	932	806	129

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro 16 - Força de Trabalho.

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				5	373	1560	334	47	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Outros*					2	8			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	73	42	5	
2.3. Funções gratificadas					50	308	99	11	3
3. Totais (1+2)				5	428	1949	475	63	6

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2. Para as tipologias Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º da Lei nº 8.112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.

2. Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
3. Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
4. Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
5. Na classe 7 foram incluídos os MBA.

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 15 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	330.730.728,84	8.573,25	27.385.394,73	9.172.283,80	8.726.220,15	9.318.917,36	129.201,83	36.112,18	1.486.668,82	386.994.100,96
	2011	340.758.685,11	9.597,10	28.147.266,29	9.706.903,83	9.257.674,49	9.187.032,66	126.590,76		1.950.988,09	399.144.738,33
	2010	329.552.841,74	13.499,88	28.475.138,93	9.843.342,38	9.542.012,09	7.227.129,43	127.959,40	17.947,11	2.100.119,35	386.899.990,31
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	3.953.812,59	4.013,82	155.553,95	80.919,55	98.289,81	186.583,00	70,15	84,78	43.265,89	4.522.593,54
	2011	4.870.321,01	20.010,51	519.140,01	101.171,07	115.077,10	249.682,07	38,76		58.467,02	5.933.907,55
	2010	3.720.192,29	7.718,65	258.323,00	114.141,58	100.215,71	162.326,50	506,84		33.132,52	4.396.557,09
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										0,00
	2011										0,00
	2010										0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	20.898.334,08	1.788.252,58	1.894.289,92	671.599,64	370.011,00	671.438,83	14.127,99	3.456,45	128.129,25	26.439.639,74
	2011	20.648.970,14	1.765.581,96	1.887.022,96	638.870,84	368.672,30	603.842,93	11.133,56	0,00	133.110,88	26.057.205,57
	2010	20.094.731,75	1.778.079,03	1.877.129,47	603.767,81	369.047,10	444.422,69	11.913,55	912,60	114.075,86	25.294.079,86
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	63.305.421,54	1.609.674,37	5.452.704,32	1.815.690,58	1.510.667,56	1.968.382,99	51.736,88	9.721,03	304.998,16	76.028.997,43
	2011	63.130.466,76	1.603.023,19	5.406.968,95	1.916.233,37	1.527.532,35	2.095.155,62	43.318,92	0,00	441.060,30	76.163.759,46
	2010	60.904.610,78	1.589.388,43	5.460.758,76	1.851.045,62	1.521.328,48	1.703.450,10	46.761,53	6.630,82	457.956,68	73.541.931,20

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.
2. Os dados referentes a 2010 e 2011 foram extraídos no modelo da Prestação de Contas 2012/2013. Com a reclassificação de rubricas de acordo com as definições da Decisão Normativa TCU 119/2012, não é possível comparar os resultados dos anos de 2010 e 2011 com as Prestações de Contas anteriores.
3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.
4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:
 - a) As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;
 - b) Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;
 - c) As rubricas são vinculadas à classificação TCU;
 - d) A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC;
 - e) Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real; e
 - f) As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento 2012

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	TOTAL
9ª RF	461.306,89	4.532.247,19	2.168,98	0,00	48.041,00	5.043.764,06

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.
2. Em relação à Prestação de Contas anterior, foi incorporada a rubrica para auxílio funeral.

6.1.4

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2012
9ª RF	1,73%	1,80%	2,54%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, **extraído em 28/01/2013**

O aumento do indicador de absenteísmo pode ser resultado do impacto da redução do quadro da RFB (diminuição do denominador na fórmula), bem como do aumento do perfil etário dos servidores (maior probabilidade de licenças médicas).

As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente, o que pode agravar o resultado do indicador.

Para sanar o problema de tempestividade do lançamento das ocorrências SIASS, foi encaminhada mensagem eletrônica ao Ministério do Planejamento comunicando o fato e solicitando ações corretivas e instruções de como proceder na coordenação entre o trabalho das unidades da RFB e as unidades SIASS.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicador apurado no Relatório Nacional.

Rotatividade (*turnover*)

Indicador apurado no Relatório Nacional.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2012 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2012 a 9ª RF capacitou 56,19% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2012. Dessa forma, em 2012 a 9ª RF alocou em média 42,29 horas de capacitação em cada um dos 56,19% dos seus servidores capacitados em 2012.

UNIDADE	AMPLITUDE	APROFUNDAMENTO
9ª RF	56,19%	42,29H

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

Disciplina

Indicador apurado no Relatório nacional.

Aposentadoria *versus* reposição do quadro

Grau de Reposição de Aposentadorias em 2012.

Fórmula: $(\sum \text{entradas} - \sum \text{vacâncias} - \sum \text{exonerações}) / \sum \text{aposentadorias}$

As entradas consideraram provimento originário e derivado.

UNIDADE	GRAU 2011	GRAU 2012
RF09	-61,19%	-27,78%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Resultado:

Negativo significa que os ingressos não foram suficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Zero significa que as aposentadorias foram supridas com as novas entradas, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Positivo significa incremento do quadro em relação às aposentadorias, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários

6.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 16 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª RF													
UG/Gestão: 170156 / 00001							CNPJ: 00.394.460/0135-53						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	14/2009	10805776/0001-32	01/01/2010	31/12/2013	4	4					P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SIASG, Processo 10980.009200/2009-31.

DEMAIS UNIDADES JURISDICIONADAS DA SRRF09

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL													
UG/Gestão: 170157							CNPJ: 00.394.460/0138-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	02/2009	84.965.706/0001-88	28/07/2009	25/11/2012	15	11		4			E
2012	L	O	06/2012	14.918.660/0001-60	26/11/2012	31/01/2013	16	11		5			E
2007	V	O	08/2007	05.948.378/0001-35	01/01/2008	31/12/2012	28	5		20		3	E
2012	V	O	08/2012	11.004.775/0001-80	01/01/2013	31/08/2014	28	5		20		3	A
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA													
UG/Gestão: 170158						CNPJ: 00.394.460/0136-34							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	07/2007	02.601.159/0001-97	16/10/2007	15/06/2013			37	32			P
2008	L	O	08/2008	05.443.410/0001-20	01/12/2008	30/11/2013	7	9					P
Observações:													
Contrato de Vigilância encerrado em 15/10/2012, dentro do prazo de prorrogação excepcional previsto na Lei 8.666/93.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Processos 10980.008491/2007-89 (Vigilância) e 10980.009605/2008-99 (Limpeza).													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA													
UG/Gestão: 170159						CNPJ: 00.394.460/0137-15							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	4/2007	05.948.378/0001-35	01/01/2008	31/12/2012	18	8		10			E
2012	V	O	6/2012	11.933.418/0001-78	01/01/2013	31/08/2014	18	6		12			A
2009	L	O	8/2009	10.405.110/0001-97	02/01/2010	31/12/2013	1	1					P
2011	L	O	1/2011	10.405.110/0001-97	01/02/2011	31/01/2014	21	21					P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de licitação.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA													
UG/Gestão: 170160						CNPJ: 00.394.460/0139-87							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	10/2009	01.582.046/0001-29	04/01/2010	03/01/2013	13	10		3			P
2012	V	E	05/2011	02.601.159/0001-97	02/01/2012	31/03/2012	16	6		10			E
2012	V	O	01/2012	77.998.912/0001-29	31/03/2012	30/11/2013	16	2		14			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Siasg e planilha de controle de contratos.													

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ													
UG/Gestão: 170161/00001						CNPJ: 00.394.460/0143-63							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	2010CT06	03.495.870/0001-77	01/01/2011	30/04/2014			16	16			P
2011	L	O	2011CT01	03.116.865/0001-06	01/02/2011	31/05/2014	20	20					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Contratos 2010ct06 e 2011ct01

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU													
UG/Gestão: 170162/0001							CNPJ: 00.394.460/0145-25						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	2009CT003	02.228.643/0001-36	01/03/2009	28/02/2014	65	52					A
2009	V	O	2009CT007	08.282.615/0001-60	01/01/2010	31/12/2014	176	149					A
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de licitação.

Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ													
UG/Gestão: 170163/0001						CNPJ: 00.394.460/0144-44							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	08/2009	09.431.870/0001-90	15/11/2009	31/07/2012	8	8					E
2012	L	E	02/2012	09.343.648/0001-35	01/08/2012	25/01/2013	8	8					E
2009	V	O	07/2009	09.039.434/0001-70	01/11/2009	28/02/2013			11	11			P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processo de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS													
UG/Gestão: 170169/00001							CNPJ: 00.394.460/0140-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	11/208	09.284.804/0001-60	02/01/2009	31/12/2012	12	12	01	01			P
2008	V	O	08/2008	05.449.286/0001-00	02/09/2008	01/09/2012			03	03			E
2012	V	O	02/2012	05.449.286/0001-00	02/09/2012	30/04/2014			08	07			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Controle de Contratos Ativos da UG

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA													
UG/Gestão: 170170-1							CNPJ: 00.394.460/0142-82						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	08/2009	058.225.51/0001-54	04/01/2010	03/01/2015	18	18	0	0	0	0	P
2008	V	O	03/2008	07.168.167/0001-05	01/04/2008	01/04/2013	36	36	0	0	0	0	P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE													
UG/Gestão: 170171/00001							CNPJ: 00.394.460/0141-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrat o	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	02/2009	79.391.157/0001-45	01/01/2010	30/04/2013	12	10					P
2008	V	O	05/2008	04.629.288/0001-71	01/01/2009	31/12/2013			14	15			P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ													
UG/Gestão: 170172						CNPJ: 00.394.460/0146-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	05/2009	09.508.389/0001-55	01/01/2010	30/04/2013	8	8	1	1			A
2008	V	O	02/2008	03.130.750/0001-76	01/03/2011	28/02/2012			9	9			P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BLUMENAU													
UG/Gestão: 170314 0001							CNPJ: 00.394.460/0473-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	03/2011	10.364.152/0001-27	02/06/2011	01/02/2013	8	8					A
2010	L	O	10/2010	79.391.157/0001-45	01/01/2011	13/07/2012	9	9					E
2012	L	O	07/2012	03.116.865/0001-06	16/07/2012	15/03/2014	9	9					A
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: DRF/BLU

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES													
UG/Gestão: 170315/00001							CNPJ: 00.394.460/0457-57						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	03/2007	85.134.344/0001-46	01/01/2007	30/06/2012	3	3					E
2012	L	O	01/2012	85.134.344/0001-46	02/07/2012	01/03/2014	2	2					A
2007	V	O	01/2008	82.949.652/0001-31	01/01/2008	31/12/2012	4	4					E
2012	V	O	04/2012	05.449.286/0001-00	01/01/2013	31/08/2014	4	4					A
Observações:													
¹ Não há previsão contratual para o nível de escolaridade no contrato de vigilância ostensiva. Foram contratados 2 postos de serviço, que compreendem 2 vigilantes cada.													
² Não há previsão contratual para o nível de escolaridade no contrato de limpeza e higiene. Para os serviços de limpeza foi adotada a área de produtividade de 1 trabalhador para cada 625m², e o imóvel sede da DRF Lages/SC possui 1.873,88m², sendo que a área contratada para ser limpa é de 1.300m².													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de licitação.

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS													
UG/Gestão: 170342						CNPJ: 00.394.460/0470-24							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	02/2009	07.168.167/0001-05	05/01/2012	31/12/2013	12	12					P
2008	L	O	08/2008	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/12/2013	4	4					P
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome:INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA													
UG/Gestão: 170343						CNPJ:00.394.460/0472-96							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	07/2008	73.281.404/0001-74	01/01/2012	31/12/2012	5	5					P
2008	V	O	04/2008	05.948.378/0001-35	01/01/2012	30/07/2012			8	8			E
2012	V	E	01/2012	05.948.378/0001-35	01/03/2012	31/07/2012			4	4			E
2012	V	O	03/2012	11.933.418/0001-78	31/07/2012	30/07/2013			12	12			A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: processos de contratação.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL													
UG/Gestão: 170389/00001							CNPJ: 00.394.460/0455-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	02/2011	13.111.573/0001-34	03/01/2012	31/08/2013	2	2					A
2007	V	O	04/2007	79.894.168/0001-48	01/01/2008	31/12/2012	2	2					E
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: processos de licitação

QUADRO 17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª RF													
UG/Gestão: 170156 / 00001					CNPJ: 00.394.460/0135-53								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4 e 12	O	CTT 09/2012	10.573.496/0001-46	15/10/2012	24/12/2012	6	6					E
2012	2	O	CTT 10/2012	26.645.879/0001-12	15/10/2012	14/10/2013	3	3					A
2012	9	O	CTT 11/2012	84.811.009/0001-72	23/10/2012	22/10/2013	2	2	6	6			A
2009	4	O	CTT 15/2009	09.431.870/0001-90	01/01/2010	15/10/2012	2	2					E
Observações: O contrato nº 15/2009 referia-se à contratação do serviço de copeira que, dada a necessidade pública de ampliação de seu quantitativo, foi extinto em 2012 e, mediante licitação, foi seguido do contrato nº 09/2012. O Contrato nº 09/2012 refere-se à contratação dos serviços de copeira (área 4) e contínuo (área 12) que foi extinto unilateralmente pela Unidade em razão de culpa da Contratada.													
LEGENDA													
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: SIASG, Processos 10980.010418/2009-39, 10905.720073/2012-23 e 10905.720044/12-61.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL													
UG/Gestão: 170157						CNPJ: 00.394.460/0138-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	9	O	09/2007	07.718.194/0001-04	11/12/2007	13/12/2012			2	2			E
2012	9	O	07/2012	07.718.194/0001-04	14/12/2012	13/08/2014			4	4			A
2009	12	O	07/2009	09.369.335/0001-56	21/12/2009	21/04/2013			4			4	A
2011	5	O	04/2011	09.069.299/0001-05	27/06/2011	26/06/2013			3	2		1	A
2011	4	O	04/2011	09.069.299/0001-05	27/06/2011	26/06/2013	1	1					A
2011	7	O	04/2011	09.069.299/0001-05	27/06/2011	26/06/2013			2	2			A
2011	2	O	05/2011	09.069.299/0001-05	15/07/2011	14/07/2013	3	1		1		1	A
2011	12	O	05/2011	09.069.299/0001-05	15/07/2011	14/07/2013	1	1					A
2011	12	O	05/2011	09.069.299/0001-05	15/07/2011	14/07/2013	3	3					A
Observações:													
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino						
1. Segurança;							Médio; (S) Ensino Superior.						
2. Transportes;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo						
3. Informática;							Prorrogado; (E) Encerrado.						
4. Copeiragem;							Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)						
5. Recepção;							Efetivamente contratada.						
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA													
UG/Gestão: 170158					CNPJ: 00.394.460/00136-34								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	5	O	02/2008	73.281.401/0001-74	01/03/2008	28/02/2012			25	29			E
2011	5	O	04/2011	09.431.870/0001-90	01/03/2012	31/11/2012			41	35			E
2012	5	O	02/2012	07.228.643/0001-36	01/12/2012	30/11/2013			41	36			A
2007	9	O	04/2007	80.275.290/0001-15	01/06/2007	31/05/2012	1	1	1	1			E
2009	12	O	03/2010	06.888.220/0001-80	01/08/2010	31/01/2014	1	1					P
2011	12	O	02/2011	73.281.404/0001-74	15/08/2011	14/04/2013	1	1					A
2011	12	O	03/2011	73.281.404/0001-74	01/09/2011	30/04/2013	1	1					A
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Processos: 10980.002607/2011-52 – Recepcionistas; 16296.720039/2012-51 - Recepcionistas; 10980.002355/2011-61 – Carregadores; 10980.001668/2011-01 - Motorista; 10980.004424/2009-57 – Office-Boy; 10980.001959/2007-12 – Manutenção Predial

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA													
UG/Gestão: 170159/00001						CNPJ: 00.394.460/0137-15							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	4/2011	10.262.265/0001-11	10/08/2011	03/04/12			15	15			E
2010	7	O	4/2010	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/13			2	2			P
2010	12*	O	4/2010	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/13	4	2		2			P
2010	4	O	4/2010	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/13	1	1					P
2010	12**	O	4/2010	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/13	1	1					P
2010	5	O	4/2010	04.970.088/0001-25	02/01/2011	31/12/13			5	4		1	P
2012	5	O	2/2012	10.328.740/0001-05	03/04/2012	02/04/13			15	11		4	A
2010	3	O	5/2010	73.281.404/0001-74	02/01/2012	31/12/13			2	1		1	P
2007	9	O	1/2007	04.098.267/0001-14	16/04/2007	15/04/12		1	4	3	3	3	E
2010	2	O	3/2010	10.405.110/0001-97	02/01/2011	31/12/13	2	2	2	2			P
2012	9	O	1/2012	04.098.267/0001-14	16/04/2012	15/04/13		1	4	3			A
Observações:													
*Carregadores													
** Contínuo													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA													
UG/Gestão: 170160						CNPJ: 00.394.460/0139-87							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	12/2009	09.431.870/0001-90	08/10/2009	07/10/2012	1	1					E
2009	11	O	15/2009	09.369.335/0001-56	14/12/2009	13/08/2014	2	1		1			P
2010	2	O	05/2010	09.369.335/0001-56	01/09/2010	30/12/2013	3			3			P
2011	9	O	03/2011	00.192.707/0001-47	19/04/2011	18/08/2014	2			2			P
2011	5	O	04/2011	13.697.422/0001-00	17/10/2011	16/06/2013			8	5		3	A
2011	7	O	05/2011	07.951.388/0001-55	04/07/2011	03/02/2013			2	2			A
2012	4	O	04/2012	80.275.290/0001-15	08/10/2012	07/06/2014	1	1					A
2012	5	O	06/2011	07.682.995/0001-67	02/01/2012	31/08/2013			8	7		1	A
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Siasg e planilha de controle de contratos

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ													
UG/Gestão: 170161/00001						CNPJ: 00.394.460/0143-63							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	2010CT06	03.495.870/0001-77	01/01/2011	30/04/2014			16	16			P
2009	2	O	2009CT05	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013	6	4	4	4			P
2009	4	O	2009CT05	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013	1	1					P
2009	5	O	2009CT05	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013			5	4			P
2009	7	O	2009CT05	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013			2	2			P
2008	9	O	2008CT05	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013	3	3	2	2			E
2009	12	O	2009CT05	78.533.312/0001-58	01/01/2010	30/04/2013			11	11			P
Observações:													
No item transportes estão incluídos os cargos de carregadores, operadores de empilhadeira e motoristas.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino								
2. Transportes;					Médio; (S) Ensino Superior.								
3. Informática;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo								
4. Copeiragem;					Prorrogado; (E) Encerrado.								
5. Recepção;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)								
6. Reprografia;					Efetivamente contratada.								
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Contratos 2010CT06, 2009CT05 e 2008CT05.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU													
UG/Gestão: 170162/0001					CNPJ: 00.394.460/0145-25								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	2011CT002	07.592.889/0001-92	01/06/2011	31/05/2016	23	26					A
2011	5	O	2011CT002	07.592.889/0001-92	01/06/2011	31/05/2016	9	9					A
2011	5	O	2011CT001	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	62	62					E
2011	7	O	2011CT001	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	2	2					E
2011	4	O	2011CT001	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	5	4					E
2011	12	O	2011CT001	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	2	2					E
2011	5	O	2011CT001	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	56	50					E
2011	2	O	2011CT001	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	5	4					E
2011	3	O	2011CT003	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	3	3					E
2011	3	O	2011CT003	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	43	40					E
2011	3	O	2011CT003	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	1	1					E
2011	12	O	2011CT003	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	1	1					E
2011	12	O	2011CT004	00.239.006/0001-16	01/06/2011	31/12/2012	1	1					E
2013	5	O	2013CT001	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	75	86					A
2013	7	O	2013CT001	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	2	2					A
2013	4	O	2013CT001	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	4	4					A
2013	12	O	2013CT001	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	2	3					A
2013	5	O	2013CT001	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	50	53					A
2013	2	O	2013CT001	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	5	5					A
2013	3	O	2013CT002	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	3	3					A
2013	3	O	2013CT002	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	1	1					A
2013	5	O	2013CT003	07.544.068/0001-80	01/02/2013	31/01/2018	1	1					A
2011	3	O	2011CT007	40.235.871/0001-09	17/05/2011	16/05/2013	3	3					A
2012	9	O	2012CT003	80.464.753/0001-97	13/08/2012	12/08/2017			10	10			A
2009	9	O	2009CT002	75.675.165/0001-62	01/03/2009	30/06/2012	10	10					E
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendiz													
12. Outras													

Fonte: processos de licitação.

Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE PARANAGUÁ													
UG/Gestão: 170163/0001						CNPJ: 00.394.460/0144-44							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	10/2011	13.111.573/0001-34	02/01/2012	01/09/2013			2	2			A
2011	4	O	4/2011	08.629.207/0001-31	19/09/2011	18/05/2013	1	1					A
2011	5	O	2/2011	07.200.004/0001-62	29/03/2011	31/05/2013			18	18			P
2011	7	O	1/2011	03.025.281/0001-25	01/03/2011	30/06/2014			2	2			P
2009	9	O	3/2009	09.274.298/0001-50	16/02/2009	28/12/2012	1	1	2	2			E
2011	12	O	5/2011	10.262.265/0001-11	12/09/2011	09/03/2012	4	4					E
2012	12	O	1/2012	09.310.539/0001-11	01/07/2012	28/02/2014	4	4					A
2011	12	O	6/2011	10.405.110/0001-97	12/09/2011	11/05/2013			1	1			A
2011	12	O	8/2011	40.235.871/0001-09	17/05/2011	16/05/2013	2	2	1	1			P
2008	12	O	9/2008	02.586.312/0001-54	15/10/2008	31/05/2012			1	1			E
Observações: Contratos 5/2011 e 1/2012 – Área 12- Carregadores; Contrato 6/2011 – Área 12 – Operador de empilhadeira; Contrato 8/2011 – Área 12 – Operadores de equipamento de Raio X; Contrato 9/2008 – Área 12 – Comandante de lancha.													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: processo de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS													
UG/Gestão: 170169/00001							CNPJ: 00.394.460/0140-10						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	03/2009	06.888.220/0001-80	01/10/2009	30/09/2012			31	31			E
2009	7	O	06/2009	06.888.220/0001-80	21/12/2009	31/12/2012			02	02			E
2009	12	O	06/2009	06.888.220.0001-80	21/12/2009	31/12/2012			04	04			E
2009	4	O	07/2009	07.618.334/0001-72	21/12/2009	31/12/2012	01	01					E
2009	12	O	07/2009	07.618.334/0001-72	21/12/2009	31/12/2012			01	01			E
2010	9	O	05/2010	07.682.995/0001-67	23/11/2010	31/12/2012			01	01			E
2011	14	O	05/2011	63.335.220/0001-14	01/11/2011	31/12/2013			05	05			P
2012	5	O	05/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/06/2014			25	25			A
2012	7	O	05/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/06/2014			02	02			A
2012	4	O	05/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/06/2014			01	01			A
2012	6	O	05/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/06/2014			05	05			A
2012	9	O	05/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/06/2014			01	01			A
2012	12	O	05/2012	07.544.068/0001-80	01/11/2012	30/06/2014			07	07			
Observações:													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Controle de Contratos da UG

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA													
UG/Gestão: 170170-1					CNPJ: 00.374.460/0142-82								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	07/2009	05.822.551/0001-54	04/01/2010	31/01/2013	2	2	0	0	0	0	E
2010	5	O	12/2010	09.369.335/0001-56	01/01/2011	31/12/2015	0	0	8	8	0	0	P
2008	7	O	19/2008	80.728.314/0001-44	02/01/2009	12/04/2012	0	0	3	3	0	0	E
2009	12	O	9/2009	00.482.840/0001-38	20/01/2010	19/01/2015	2	2	0	0	0	0	P
2009	12	O	11/2009	07.261.678/0001-77	04/01/2010	05/01/2015	1	1	0	0	0	0	P
2008	12	O	17/2008	05.822.551/0001-54	02/01/2009	01/01/2014	0	0	1	1	0	0	P
2012	7	E	04/2012	09.369.335/0001-56	20/12/2012	20/06/2012	3	3	0	0	0	0	A
2012	7	E	01/2012	09.369.335/0001-56	02/04/2012	02/10/2012	3	3	0	0	0	0	E
2012	7	O	02/2012	00.192.886/0001-12	01/10/2012	19/12/2012	3	3	0	0	0	0	E
Observações:													
<div><div><div>LEGENDA</div><div>Área:</div><div><div>1. Segurança;</div><div>2. Transportes;</div><div>3. Informática;</div><div>4. Copeiragem;</div><div>5. Recepção;</div><div>6. Reprografia;</div><div>7. Telecomunicações;</div><div>8. Manutenção de bens móveis</div><div>9. Manutenção de bens imóveis</div><div>10. Brigadistas</div><div>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes</div><div>12. Outras</div></div></div><div><div>Natureza:</div><div>(O) Ordinária; (E) Emergencial.</div><div>Nível de Escolaridade:</div><div>(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</div><div>Situação do Contrato:</div><div>(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</div><div>Quantidade de trabalhadores:</div><div>(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</div></div></div>													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome:DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE													
UG/Gestão: 170171/00001							CNPJ: 00.394.460/0141-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	01/2010	79.283.065/0001-41	01/03/2010	30/06/2013	1	1					P
2010	5	O	01/2010	79.283.065/0001-41	01/03/2010	30/06/2013			24	17			P
2010	6	O	01/2010	79.283.065/0001-41	01/03/2010	30/06/2013			1	1			P
2010	7	O	01/2010	79.283.065/0001-41	01/03/2010	30/06/2013			2	2			P
2010	12	O	01/2010	79.283.065/0001-41	01/03/2010	30/06/2013	2	2					P
Observações:													
A área identificada como “outros” na tabela, refere-se a postos de motoristas.													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino								
2. Transportes;					Médio; (S) Ensino Superior.								
3. Informática;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo								
4. Copeiragem;					Prorrogado; (E) Encerrado.								
5. Recepção;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)								
6. Reprografia;					Efetivamente contratada.								
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ													
UG/Gestão: 170172						CNPJ: 00.394.460/0146-06							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	06/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/08/2012	1	1					E
2010	7	O	06/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/08/2012			22	22			E
2010	9	O	06/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/08/2012							E
2010	4	O	06/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/08/2012							E
2010	14	O	06/2010	06.888.220/0001-80	01/01/2011	31/08/2012							E
2012	14	O	03/2012	04.970.088/0001-25	01/09/2012	30/04/2014	4	4	3	3			A
2012	7	O	04/2012	78.533.312/0001-58	01/09/2012	30/04/2014			22	22			A
2012	6	O	04/2012	78.533.312/0001-58	01/09/2012	30/04/2014	1	1					A
2012	14	O	04/2012	78.533.312/0001-58	01/09/2012	30/04/2014			1	1			A
2012	14	O	05/2012	00.482.840/0001-38	01/09/2012	30/04/2014	1	1					A
2012	9	O	05/2012	00.482.840/0001-38	01/09/2012	30/04/2014			2	2			A
Observações:													
<div><div><div>LEGENDA</div><div>Área:</div><div><div>1. Segurança;</div><div>2. Transportes;</div><div>3. Informática;</div><div>4. Copeiragem;</div><div>5. Recepção;</div><div>6. Reprografia;</div><div>7. Telecomunicações;</div><div>8. Manutenção de bens móveis</div><div>9. Manutenção de bens imóveis</div><div>10. Brigadistas</div><div>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendiz</div><div>12. Outras</div></div></div><div><div>Natureza:</div><div>(O) Ordinária; (E) Emergencial.</div></div><div><div>Nível de Escolaridade:</div><div>(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</div></div><div><div>Situação do Contrato:</div><div>(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</div></div><div><div>Quantidade de trabalhadores:</div><div>(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</div></div></div>													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU													
UG/Gestão: 170314 0001					CNPJ: 00.394.460/0473-77								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	09/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/4/2014			1	1			P
2010	4	O	09/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/4/2014	1	1					P
2010	5	O	09/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/4/2014			12	12			P
2010	7	O	09/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/4/2014			2	2			P
2010	12	O	09/2010	03.025.281/0001-25	01/01/2011	30/4/2014	3	3					P
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: processos de contratação

Unidade Contratante													
Nome: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES													
UG/Gestão: 170315/00001					CNPJ: 00.394.460/0457-57								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	5 e 12	O	2/2008	07.366.643/0001-00	07/03/2008	31/12/2012	3	2	11	10			E
2012	5 e 12	O	2/2012	07.366.643/0001-00	02/01/2013	01/09/2014			10	10			A
2012	12	O	3/2012	07.682.995/0001-67	02/01/2013	01/09/2012	2	2					A
Observações:													
<div><div><div>LEGENDA</div><div>Área:</div><div><div>1. Segurança;</div><div>2. Transportes;</div><div>3. Informática;</div><div>4. Copeiragem;</div><div>5. Recepção;</div><div>6. Reprografia;</div><div>7. Telecomunicações;</div><div>8. Manutenção de bens móveis</div><div>9. Manutenção de bens imóveis</div><div>10. Brigadistas</div><div>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</div><div>12. Outras</div></div></div><div><div>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</div><div>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</div><div>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</div><div>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</div></div></div>													

Fonte: processos de licitação.

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS													
UG/Gestão: 170342						CNPJ: 00.394.460/0470-24							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	04/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/08/2013			6	6			A
2011	9	O	04/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/08/2013			2	2			A
2011	4	O	04/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/08/2013			3	3			A
2011	2	O	04/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/08/2013			1	1			A
2011	12	O	04/2011	00.482.840/0001-38	01/01/2012	31/08/2013			7	7			A
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes													
12. Outras													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA													
UG/Gestão: 170343					CNPJ: 00.394.460/0472-96								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	01/2008	73.281.404/0001-74	01/02/2008	31/01/2013			13	16			E
Observações:													
Recepcionistas 6; Secretárias 4; Carregadores 1; Motorista1; Office-boy 1; Conferente 3;													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: processos de contratação.

Unidade Contratante													
Nome: ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL													
UG/Gestão: 170389/00001						CNPJ: 00.394.460/0455-95							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	2	O	03/2007	84.965.706/0001-88	04/12/2007	30/11/2012	1	1					E
2012	4	O	02/2012	13.111.573/0001-34	03/01/2012	31/08/2013	1	1					A
2010	5	O	02/2010	09.310.539/0001-11	01/01/2011	31/12/2013			8	8			P
2007	7	O	02/2007	74.965.706/0001-88	01/08/2007	31/07/2012			2	2			E
2012	7	O	03/2012	79.283.065/0001-41	23/08/2012	22/08/2013			2	2			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: processos de licitação.

6.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1. Área Fim					
1.2. Área Meio	213	224	223	231	1.297.992,77
2. Nível Médio					
2.1. Área Fim					
2.2. Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: DW Siape

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais.
2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio e Auxílio Transporte Estagiário, sem considerar os descontos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 7: **Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário** *(Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU Nº 119/2012)*

7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas.
- Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Portaria do Ministério da Fazenda nº 282, de 9 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Portaria da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 3.010, de 29 de junho de 2011, que estabelece critérios e condições para destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento.
- Norma de execução da Coordenação Geral de Serviços Gerais da Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda nº 1.03.003, de 14 de fevereiro de 1997, que estabelece procedimentos administrativos ao credenciamento de servidor para condução de veículo oficial.

Alguns veículos terrestres usados pela SRRF e suas Unidades Jurisdicionadas no cumprimento de sua missão institucional são incorporados aos seus patrimônios, na forma da legislação acima citada.

A incorporação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 da Portaria RFB nº 3.010, de 2011, define- como “a transferência do direito de propriedade dos bens que houverem sido destinados para o órgão público” e recai sobre aqueles bens – no presente caso, veículos - que foram abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou foram objeto de pena de perdimento.

Segundo citada norma, somente poderão ser destinados a órgãos da Administração Pública veículos cujo uso esteja de acordo com a legislação a eles aplicável.

No âmbito desta 09ª região fiscal, que abrange Unidades da Receita Federal do Brasil nos estados do Paraná e Santa Catarina, compete ao Superintendente da Receita Federal da 09ª região fiscal, nos termos do artigo 43 da Portaria RFB nº 3.011, de 2011, destinar bens e mercadorias às Unidades sob sua jurisdição.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Considerando que as 16 Unidades da Receita Federal do Brasil sob a jurisdição desta SRRF09 foram consultadas a se manifestarem acerca do quesito, abaixo são colacionadas as apresentações de maior destaque e que espelham a realidade da importância e o impacto da frota de veículos sobre as atividades das Unidades da RFB, incluída esta SRRF, nesta região fiscal que, além de cumprir sua missão institucional na fiscalização e arrecadação de tributos internos, possui acentuada atuação na fiscalização tributária do comércio exterior, haja vista que os estados-membros que a formam (Paraná e Santa Catarina) mantêm fronteiras terrestres e lacustres com Paraguai e Argentina.

Para a Alfândega da RFB no Porto de Itajaí, “tendo em vista a grande quantidade de recintos alfandegados da unidade e as diversas atividades relacionadas as atividades aduaneiras, o uso de veículos próprios da Alfândega otimiza e impacta positivamente na missão da instituição.”

Para a Alfândega da RFB no Porto de Paranaguá, “os veículos oficiais são fundamentais para as atividades da Alfândega do Porto de Paranaguá. Como somos uma unidade portuária, as atividades da alfândega são exercidas em vários recintos como porto, terminais privados, recintos alfandegados e armazéns de retaguarda. Por isso o uso das viaturas é constante, tanto pelos motoristas, fazendo o serviços de transporte de malote com documentos e processos, como de servidores das áreas de fiscalização, despacho e principalmente da seção de vigilância e repressão.

A Seção de Vigilância e Repressão – SAVIG, conta com três veículos leves que são exclusivos para suas atividades nas áreas portuária e de retaguarda do porto, sendo um usado pelo servidor plantonista. Além disso, a SAVIG conta com dois veículos que estão acoplados com equipamento de raio X, operando dentro do porto. Até o mês de julho de 2012, nossa unidade também contava com uma lancha que fazia atividades na área “molhada” do porto, porém, devido a falta de servidores, a embarcação ficou sem tripulação sendo transferida para a Alfândega do Porto de São Francisco do Sul. Também temos veículos que ficam em uso no Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA, para fazer o transporte de mercadorias apreendidas das áreas do porto e recintos, até nosso depósito. Os demais veículos são de uso da unidade de forma geral, para transporte de servidores, documentos, equipamentos, etc, entre seções e equipes que ficam em locais distantes da sede.”

Para a Delegacia da RFB em Blumenau, “a frota é utilizada para transporte institucional, atividades de Ação Fiscal, de Vigilância e Repressão, e todas as atividades administrativas com transporte de materiais da DRF para as Agências e das Agências para a DRF.”

Para a Delegacia da RFB em Curitiba, a frota de veículos “é importante para a manutenção das atividades diárias da delegacia, tendo em vista que a unidade está distribuída em 9 prédios, faz-se necessário o transporte de servidores e materiais frequentemente.”

Para a Delegacia da RFB em Cascavel, “a frota se faz de extrema necessidade, pois além da demanda interna tributária da DRF, é intenso o trabalho na área aduaneira combatendo o

contrabando e descaminho de mercadorias, tanto na sede da DRF como nas Agências e Inspetorias pertencentes à nossa jurisdição.”

Para a Delegacia da RFB em Joaçaba, “A Delegacia da Receita Federal em Joaçaba jurisdiciona 128 municípios, que estão distribuídos em uma área de 31.439 Km² (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove quilômetros quadrados), com uma população de 1.277.639 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e nove habitantes, conforme CENSO 2010) e 44.251 (quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e uma) Pessoas Jurídicas. Dentro deste universo esta unidade deve atuar para alcançar sua missão institucional que é exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade e, por consequência obter os resultados almejados, principalmente garantir a arrecadação, aumentar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras e fortalecimento do comércio exterior e proteção da sociedade. Neste contexto, a frota de veículos é um instrumento de logística fundamental para o desenvolvimento dos processos internos que permitem a consecução da missão e atendimento das metas e alcance dos resultados esperados. Assim sendo, o uso dos veículos permitem o transporte de pessoas, materiais e mercadorias, entre a Delegacia, Agências e Inspetorias, bem como permite a efetivação ações que visam aumentar a percepção de risco, a presença fiscal e a vigilância e repressão aos crimes tributários e aduaneiros. Portanto, a frota de veículos é instrumento imprescindível nos trabalhos de investigação, fiscalização, repressão, transporte de documentos, mercadorias apreendidas, etc, dentro da jurisdição acima apresentada e para viabilizar atuações conjuntas com outras Unidades. Outro ponto que deve ser ressaltado é a questão da localização geográfica da Delegacia e suas unidades Subordinadas, que além de fazer fronteira com a Argentina possui várias rotas de passagens de pessoas e mercadorias provenientes do Paraguai, requerendo uma intensa movimentação para coibir os crimes transfronteiriços. Finalmente, precisa-se registrar que o serviço de transporte público, prestado através de concessão, nem sempre possui horários adequados e muitas vezes torna-se excessivamente demorado, exemplificativamente, podemos citar o caso de uma viagem de Joaçaba a Chapecó, uma distância de 150 km que chega a demorar cinco horas devido às diversas paradas.”

Para a Inspetoria da RFB em Curitiba, a frota de veículos é “essencial, uma vez que temos mais de quatro Unidades Jurisdicionadas fora da sede (DMA, TECA, COLLIS POSTAUX, PVA, PSI e PSII) além dos serviços de fiscalização externa.”

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**
- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;**
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;**
- f) Custos associados à manutenção da frota;**

As considerações sobre os quesitos de letras “c”, “d”, “e” e “f” foram aglutinadas no quadro abaixo.

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICA	TIPO E USO	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA
170156 SRRF09	Renault	Scenic	2003	Leve e repressão	10.499	Incorporado
	Fiat	Siena Fire	2002	Leve e repressão	6809	Incorporado
	Volkswagen	Gol	2004	Leve e repressão	7316	Incorporado
	Volkswagen	Motorhome	2005	Pesado e repressão	1935	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2004	Leve e repressão	12928	Incorporado
	Chevrolet	Corsa	2006	Leve e repressão	8311	Incorporado
	Fiat	Strada	2007	Utilitário e repressão	15441	Incorporado
	Fiat	Siena	2008	Leve e repressão	42000	Incorporado
	Volkswagen	Gol	2009	Leve e repressão	3524	Incorporado
	Volkswagen	Saveiro	2011	Utilitário e repressão	17272	Incorporado
	Renault	Symbol	2011	Leve e repressão	4749	Incorporado
	Peugeot	Caminhonete	2011	Utilitário e repressão	4950	Incorporado
	Volkswagen	Voyage	2010	Leve e repressão	44128	Incorporado
	Fiat	Palio adventure	2002	Leve e repressão	7840	Incorporado
	Chevrolet	Blazer	2004	Utilitário e repressão	22828	Incorporado
	Volkswagen	Gol	2008	Leve e repressão	19484	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2002	Leve e repressão	13788	Incorporado
	Chevrolet	Corsa	2005	Leve e repressão	13676	Incorporado
	Fiat	Palio	2006	Leve e repressão	18725	Incorporado
	Chevrolet	Vecta	2002	Leve e repressão	9852	Incorporado
	Volkswagen	Gol	2005	Leve e repressão	369	Incorporado
	Fiat	Palio	2003	Leve e repressão	7127	Incorporado
	Fiat	Idea	2007	Leve e repressão	13258	Incorporado
	Volkswagen	Gol	2006	Leve e repressão	15143	Incorporado
	Chevrolet	Zafira	2002	Utilitário e institucional	15089	Incorporado
	Nissan	Frontier	2004	Utilitário e repressão	19478	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	6303	Adquirido
	Peugeot		2005	Leve e repressão	6840	Incorporado
	Fiat	Doblo	2007	Utilitário e repressão	7276	Incorporado
	Chevrolet	S10	2009	Utilitário e repressão	11043	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	5181	Adquirido
	Volkswagen	Saveiro	2006	Utilitário e repressão	15893	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e Institucional	9231	Adquirido
	Hyundai	Tucson	2009	Utilitário e institucional	5202	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	9633	Incorporado
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	7359	Incorporado
	Mercedes	ônibus	2005	Pesado e repressão	1493	Adquirido
	Volkswagen	Gol	2006	Leve e repressão	15143	Incorporado
	Fiat	Ducato	2008	Utilitário e repressão	23990	Incorporado
Total de veículos da UG					39	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 47.167,54	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 32.222,51	
170157 DRFCVL	Chevrolet	Astra	2010	Leve e repressão	14.314	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	10.302	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	14.467	Adquirido
	Fiat	Ducato	2005	Pesado e institucional	6.164	Adquirido
	Fiat	Strada	2006	Utilitário e repressão	9.842	Incorporado
	Fiat	Strada	2006	Utilitário e repressão	7.675	Incorporado
	Fiat	Palio	2007	Leve e repressão	16.101	Incorporado
	Fiat	Palio	2006	Leve e repressão	2.693	Incorporado
	Ford	Ranger	2005	Pesado e repressão	8.061	Adquirido
	Ford	Cargo	2008	Pesado e repressão	24.398	Incorporado
	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	8.878	Adquirido
	Ford	F350	2002	Pesado e repressão	14.683	Incorporado
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	6.960	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	14.763	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	10.952	Adquirido
	Chevrolet	Vectra	2008	Leve e institucional	11.573	Incorporado
	Chevrolet	Vectra	2007	Leve e repressão	20.810	Incorporado
	Honda	motocicleta	2010	Leve e repressão	1.679	Incorporado
	Iveco	Caminhonete	2008	Pesado e repressão	3.296	Incorporado
	Toyota	Caminhonete	1991	Utilitário e repressão	8.784	Incorporado
	Volkswagen	Cavalo carreta	2006	Pesado e repressão	40.923	Incorporado

	Volkswagen	Caminhão	2009	Pesado e repressão	18.801	Incorporado
Total de veículos da UG					22	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 40.158,74	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 34.780,09	
170158 DRFCTA	Ford	F350	2007	Utilitário e institucional	15.615	Incorporado
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	11.016	Adquirido
	Volkswagen	Kombi	1998	Utilitário e institucional	9.439	Incorporado
Total de veículos da UG					3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 5.880,15	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 2.306,56	
170159 DRFLON	Mercedes	914	1995	Utilitário e repressão	3.539	Adquirido
	Chevrolet	Vectra	2000	Leve e repressão	8.830	Incorporado
	Chevrolet	Corsa	2003	Leve e repressão	18.478	Incorporado
	Fiat	Palio	2005	Leve e institucional	14.832	Adquirido
	Fiat	Palio	2005	Leve e institucional	15.235	Adquirido
	Ford	Ranger	2005	Utilitário e institucional	23.747	Adquirido
	Volkswagen		2005	Pesado e repressão	16.905	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	2.362	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2006	Utilitário e repressão	16.510	Adquirido
	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e repressão	10.345	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2006	Utilitário e institucional	3.941	Adquirido
	Fiat	Ducato	2011	Utilitário e repressão	4.201	Incorporado
Total de veículos da UG					12	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ ----	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 35.196,54	
170160 DRFPTG	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	11.900	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	10.367	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2006	Leve e institucional	9.478	Incorporado
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	19.250	Adquirido
	Ford	F250	2002	Utilitário e institucional	12.313	Adquirido
	Volvo	VM260	2007	Pesado e repressão	75.626	Incorporado
	Ford	1200L	1996	Pesado e repressão	9.202	Adquirido
	Fiat	Ducato	2005	Utilitário e repressão	6.866	Adquirido
	Fiat	Ducato	2009	Utilitário e repressão	91.800	Incorporado
Total de veículos da UG					9	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 15.954,27	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 21.911,41	
170161 DRFMGA	Volkswagen	Parati	1998	Leve e repressão	11.000	Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	18.500	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	15.000	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	20.000	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	12.000	Adquirido
	Volkswagen	Cavalo	2008	Pesado e repressão	4.000	Incorporado
	Carreta	Carreta	1994	Pesado e repressão	4.000	Incorporado
	Volkswagen	Parati	2007	Leve e repressão	12.000	Incorporado
	Fiat	Ducato	2009	Utilitário e institucional	5.000	Incorporado
	Toyota	Corolla	2011	Leve e repressão	20.000	Incorporado
	Chevrolet	Meriva	2003	Leve e institucional	5.000	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2010	Leve e repressão	15.000	Incorporado
	Volkswagen	24.250	2009	Pesado e repressão	4.000	Incorporado
	Volkswagen	24.250	2006	Pesado e repressão	4.000	Incorporado
Total de veículos da UG					15	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 32.380,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 77.020,99	
170162 DRFFOZ	Fiat	Palio	2005	Leve e institucional	8.817	Adquirido
	Fiat	Palio	2005	Leve e institucional	7.741	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	10.161	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	11.604	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	5.234	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	13.080	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	8.482	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	8.738	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	10.299	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	2.904	Adquirido

	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	7.426	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	9.992	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	15.817	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	5.625	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	10.008	Adquirido
	Chevrolet	Montana	2010	Utilitário e repressão	28.030	Incorporado
	Chevrolet	Vectra	2010	Leve e repressão	11.740	Incorporado
	Toyota	Corolla	2007	Leve e repressão	7.242	Incorporado
	Volkswagen	Parati	1998	Leve e institucional	6.283	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	19.753	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	13.069	Incorporado
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	30.783	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	109.392	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	10.174	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	18.281	Adquirido
	Fiat	Ducato	2005	Utilitário e institucional	20.019	Adquirido
	Fiat	Ducato	2005	Utilitário e institucional	21.784	Adquirido
	Fiat	Ducato	2009	Utilitário e institucional	4.116	Incorporado
	Fiat	Ducato	2009	Utilitário e repressão	18.803	Incorporado
	Fiat	Ducato	2008	Utilitário e repressão	32.599	Incorporado
	Ford	F250	2005	Utilitário e institucional	16.299	Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e institucional	24.190	Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e institucional	7.553	Adquirido
	Jeep	Cherokee	2000	Utilitário e institucional	3.608	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	11.919	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	9.604	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	14.092	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	7.764	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	9.771	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário e repressão	9.797	Adquirido
	Nissan	Frontier	2003	Utilitário e repressão	24.208	Incorporado
	Toyota	Hylux	2010	Utilitário e repressão	26.165	Incorporado
	Toyota	Hylux	2009	Utilitário e repressão	34.062	Incorporado
	Toyota	Hylux	2005	Utilitário e repressão	9.601	Incorporado
	Toyota	Hylux	1995	Utilitário e repressão	8.304	Incorporado
	Kia	Sportage	2007	Utilitário e institucional	9.545	Incorporado
	MMC	L200	2006	Utilitário e institucional	13.395	Incorporado
	Car	Reboque	2009	Utilitário e institucional	----	Incorporado
	Ford	----	2003	Pesado e institucional	1.634	Incorporado
	Volkswagen	---	2009	Pesado e institucional	2.970	Incorporado
	Ford	---	2007	Pesado e institucional	14.359	Incorporado
	Mercedes	---	1997	Pesado e institucional	3.747	Incorporado
	Mercedes	---	2003	Pesado e institucional	9.669	Incorporado
	Mercedes	---	2005	Pesado e institucional	11.016	Adquirido
	Mercedes	---	1992	Pesado e institucional	1.253	Incorporado
	Mercedes	---	1995	Pesado e institucional	8.977	Incorporado
	Volkswagen	---	1998	Pesado e institucional	6.095	Incorporado
	Scania	Cavalo	1995	Pesado e institucional	28.592	Incorporado
	Mercedes	Cavalo	2008	Pesado e institucional	8.206	Adquirido
	Scania	Cavalo	1996	Pesado e institucional	12.118	Incorporado
	Scania	Cavalo	1993	Pesado e institucional	8.604	Incorporado
	Scania	Cavalo	1994	Pesado e institucional	7.289	Incorporado
	Re/linshal	Carreta	2001	Pesado e institucional	Reboque	Adquirido
	Randon	Carreta	1984	Pesado e institucional	Reboque	Incorporado
	Randon	Carreta	1990	Pesado e institucional	Reboque	Incorporado
	Randon	Carreta	1991	Pesado e institucional	Reboque	Incorporado
	Randon	Carreta	2003	Pesado e institucional	Reboque	Incorporado
	Marcopolo	Ônibus	2005	Pesado e institucional	17.294	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	16.377	Adquirido
Total de veículos da UG					69	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 70.448,51	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 231.631,99	
170163 ALFPGA	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e repressão	3.900	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	2.600	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	3.000	Adquirido

	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	3.600	Adquirido
	Mercedes	812D	1998	Pesado e repressão	500	Adquirido
	Mercedes	Sprinter	2011	Utilitário e repressão	600	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	7.000	Adquirido
	Volkswagen	8.150	2005	Pesado e institucional	700	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	3.700	Adquirido
	Volvo	N10	1983	Pesado e institucional	1.500	Incorporado
	Mercedes	113	1989	Pesado e institucional	800	Incorporado
	Volvo	NL340	1993	Pesado e institucional	1.200	Incorporado
	Carreta		1968	Pesado e institucional		Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	9.500	Adquirido
	Ford	Ranger	2005	Utilitário e repressão	8.000	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	7.000	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	6.800	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	8.000	Adquirido
	Chevrolet	S10	2007	Utilitário e repressão	4.000	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e repressão	4.000	Adquirido
	Schaefer yachts	Phantom 480	2007	Lancha	60 horas	Adquirido
Total de veículos da UG					21	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 49.281,57	
Despesas da UG com manutenção da lancha no exercício de referência					R\$ 100.589,29	
Despesas da UG com combustível no exercício					R\$ 35.008,66	
<i>Observação¹: já incluído o valor de combustível para lancha.</i>						
<i>Observação²: desde agosto de 2012, a lancha encontra-se na ALF/São Francisco do Sul.</i>						
170169 DRFFNS	Volkswagen	Golf	2007	Leve e fiscalização	3.326	Incorporado
	Renault	Logan	2010	Leve e fiscalização	15.533	Incorporado
	Chevrolet	Vectra	2008	Leve e institucional	7.511	Incorporado
	Fiat	Palio	2005	Leve e fiscalização	11.001	Adquirido
	Fiat	Strada	2007	Leve e fiscalização	19.827	Incorporado
	Volkswagen	Pólo	2006	Leve e fiscalização	21.024	Incorporado
	Ford	F250	2005	Utilitário e fiscalização	13.861	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e fiscalização	21.184	Adquirido
Total de veículos da UG					8	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 8.864,33	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 14.883,89	
170170 DRFJOA	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	14.945	Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	15.842	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2006	Leve e institucional	13.171	Adquirido
	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e repressão	8.662	Adquirido
	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e repressão	12.401	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2006	Utilitário e institucional	17.922	Adquirido
	Volkswagen	Santana	2004	Leve e institucional	7.200	Adquirido
	Mercedes	Atego	2005	Pesado e repressão	10.401	Adquirido
	Renault	Master	2011	Pesado e repressão	10.788	Incorporado
	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	13.909	Adquirido
	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e repressão		Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2006	Leve e repressão	5.238	Adquirido
	Peugeot	Boxer	2009	Pesado e repressão	13.188	Incorporado
	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e repressão	2.729	Adquirido
	Volkswagen	Santana	2004	Leve e institucional	6.715	Adquirido
Total de veículos da UG					15	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 33.359,74	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 38.658,68	
170171 DRFJOI	Volvo	FX12380	2004	Pesado e institucional	48.860	Incorporado
	GMC	12.170	1997	Pesado e institucional	7.148	Adquirido
	Volkswagen	Delivery	2006	Pesado e institucional	(*)	Incorporado
	Mercedes	Atego	2010	Pesado e institucional	(*)	Incorporado
	Ford	2422	2008	Pesado e institucional	(*)	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	4.334	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e institucional	9.841	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e institucional	10.043	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	6.868	Adquirido
	Ford	F250	2005	Utilitário e institucional	10.476	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2010	Leve e institucional	9.519	Incorporado
Total de veículos da UG					11	

Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 3.058,01	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 22.837,53	
(*) veículos sem bateria, aguardando manutenção. Impossibilitada consulta ao hodômetro.						
170172 ALFITJ	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	7.957	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	6.165	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	5.276	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	6.625	Adquirido
	Citroen	C4 pallas	2008	Leve e institucional	12.905	Incorporado
	Fiat	Ducato	2005	Utilitário e institucional	2.301	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	2.139	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	3.758	Adquirido
	Ford	Ranger	2005	Utilitário e institucional	7.789	Adquirido
	Kia	Sportage	2008	Utilitário e institucional	5.663	Incorporado
	Mercedes	Atego	2005	Pesado e institucional	3.449	Adquirido
	Mercedes	2418	1995	Pesado e institucional	6.495	Adquirido
	Mercedes	812	1998	Pesado e institucional	75	Adquirido
	Mercedes	Sprinter	2001	Utilitário e institucional	4.103	Incorporado
	Mercedes	Scanner	2011	Leve e institucional	---	Adquirido
	Krone	Reboque	1999	Pesado e institucional	---	Incorporado
Volvo	12380	1994	Pesado e institucional	10.633	Incorporado	
Total de veículos da UG					17	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 33.618,76	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 20.411,06	
170314 DRFBLU	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e institucional	11.067	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	8.925	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	8.159	Adquirido
	Ford	Ranger	2002	Utilitário e institucional	9.539	Adquirido
	Mercedes	914C	2002	Pesado e institucional	2.465	Adquirido
Total de veículos da UG					5	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 11.628,71	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 7.348,83	
170135 DRFLAG	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	12.000	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	8.000	Adquirido
	Volkswagen	Gol	2005	Leve e institucional	18.000	Incorporado
Total de veículos da UG					3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 1.042,84	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 4.176,41	
170342 IRFFNS	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e institucional	8.901	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2006	Leve e institucional	1.716	Adquirido
	Chevrolet	S10	2006	Utilitário e institucional	2.087	Adquirido
	Ford	F4000	2004	Utilitário e repressão	5.095	Incorporado
	Ford	F250	2005	Utilitário e repressão	18.031	Adquirido
	Fiat	Palio	2006	Leve e repressão	5.971	Incorporado
	Fiat	Ducato	2006	Utilitário e repressão	1.488	Adquirido
	Hyundai	Santa fé	2007	Utilitário e institucional	294	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2006	Leve e institucional	8.457	Adquirido
	Mercedes	Atego	2005	Pesado e institucional	11.355	Adquirido
	Fiat	Ducato	2006	Utilitário e institucional	6.547	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2006	Utilitário e institucional	13.247	Adquirido
Total de veículos da UG					12	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 11.801,32	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 26.911,61	
170343 IRFCTA	Fiat	Palio	2005	Leve e institucional	5.522	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	9.686	Adquirido
	Ford	Ranger	1995	Utilitário e repressão	6.671	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e repressão	3.720	Adquirido
	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e repressão	6.187	Adquirido
	Renault	Clio	2007	Leve e repressão	2.714	Incorporado
	Renault	Fiorino	2010	Utilitário e repressão	14.738	Incorporado
	Mercedes	Atego	2005	Pesado e repressão	4.313	Adquirido
	Volvo	260	2008	Pesado e repressão	452	Incorporado
	Volkswagen	Delivery	2009	Pesado e repressão	6.241	Incorporado
Total de veículos da UG					10	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 69.485,92	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 30.906,94	

170389 ALFSFS	Chevrolet	Blazer	2005	Utilitário e institucional	10.219	Adquirido
	Chevrolet	S10	2005	Utilitário e institucional	7.665	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	8.061	Adquirido
	Chevrolet	Astra	2005	Leve e institucional	8.951	Adquirido
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve e institucional	6.181	Adquirido
	Chevrolet	S10	2009	Utilitário e institucional	(*)	Incorporado
	Fiat	Idea	2009	Leve e institucional	(*)	Incorporado
Total de veículos da UG					7	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 9.520,41	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 18.175,16	
<i>(*) veículos recentemente incorporados, aguardando documentação para uso.</i>						
TOTAL DE VEÍCULOS DA UJ					268	
DESPESAS DA UJ COM MANUTENÇÃO DO EXERCÍCIO					R\$ 443.650,82	
DESPESAS DA UJ COM COMBUSTÍVEL NO EXERCÍCIO					R\$ 654.338,86	

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota é elaborado órgão central da Receita Federal do Brasil, após consultadas as regiões fiscais.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O órgão central da RFB estabelece as determinações para a política de aquisição dos veículos e as razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, baseadas nas estratégias da Receita Federal do Brasil.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle é feito através do preenchimento de formulários na entrada e saída dos veículos, e neste documento constam informações tais como: identificação do condutor, destinos, data de saída e retorno, km inicial e final, e ainda os problemas mecânicos apresentados. Há formulário específico para o controle de abastecimento e consumo de combustível por veículo.

SOBRE AS AERONAVES DA RFB.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota das aeronaves.

A Receita Federal do Brasil possui e opera dois helicópteros modelo Eurocopter EC-135, configurados e equipados para operações aéreas de fiscalização tributária e aduaneira, de vigilância e repressão aduaneira e de inteligência fiscal, registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB com matrículas PR-RFA e PR-RFC.

A operação de aeronaves da Receita Federal do Brasil submete-se^(*) à legislação aeronáutica vigente para aeronaves civis, bem como às normas regulamentares emanadas do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), instituída pela Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, principalmente:

- ✓ Código Brasileiro de Aeronáutica – CBAer – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986;
- ✓ Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 47 – Funcionamento e atividades do Registro Aeronáutico Brasileiro;

- ✓ Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 91 – Regras gerais de operação para aeronaves civis;
- ✓ Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 61 – Licenças, habilitações e certificados para pilotos.

Dentro da Receita Federal do Brasil, a operação dos helicópteros, conforme artigo 141 do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está a cargo da Divisão de Operações Aéreas, sediada em Curitiba – PR, conforme Anexo I ao citado Regimento Interno, sendo que a gestão das aeronaves é incumbência da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal, conforme Artigo 209 também do Regimento Interno.

As operações aéreas da RFB, por sua vez, foram regulamentadas através da Portaria RFB nº 129, de 05 de fevereiro de 2013.

(*) Cumpre observar que a legislação aeronáutica brasileira deriva dos termos estabelecidos na Convenção de Chicago, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 21.713 de 28 de agosto de 1946, com alterações posteriores pelos Decretos nº 27.649/1949; nº 51.424/1962; nº 51.425/1962; nº 64.990/1969; nº 80.487/1977; nº 73.002/1973; nº 80.486/1977 e nº 85.705/1981.

Em seu Artigo 3º, a Convenção estabelece o seguinte:

“Aeronaves Civis e do Estado

a) Esta Convenção será aplicável unicamente a aeronaves civis, e não a aeronaves de propriedade do Governo.

b) São consideradas aeronaves de propriedade do Governo aquelas usadas para serviços militares, alfandegários ou policiais. (..).”

Considerando-se a previsão contida neste Artigo da Convenção, as aeronaves da Receita Federal do Brasil não estariam sujeitas à legislação aeronáutica brasileira, posto que esta estrutura normativa procura tão somente regulamentar o conteúdo da referida Convenção, a qual aplica-se somente às aeronaves civis que não se enquadrem no conceito do Artigo 3º.

Contudo, com exceção dos serviços militares, os demais operadores de aeronaves de propriedade do Governo não possuem regulamentação para as suas atividades, sujeitando-se por tradição às normas vigentes para aeronaves civis. Tal submissão tem por objetivo garantir padrões de segurança operacional para proteção do patrimônio público e de terceiros, bem como da incolumidade das pessoas envolvidas com a operação ou de alguma forma afetadas por ela. Infelizmente, a lacuna de regulamentação específica traz prejuízos para o bom cumprimento de suas missões institucionais.

b) Importância e impacto da frota de aeronaves sobre as atividades da UJ.

A operação de helicópteros segue um modelo diverso daqueles aplicados às frotas de veículos terrestres, em razão do elevado valor da aeronave, dos custos operacionais e das exigências legais para sua utilização, principalmente no que tange às habilitações, certificações e treinamentos exigidos para a sua operação.

À Divisão de Operações Aéreas cabe, em suma, a execução das operações aéreas e o gerenciamento das atividades necessárias para a manutenção das aeronaves, treinamento de tripulações, planejamento de operações aéreas, entre outros, de forma centralizada, em atendimento às necessidades de apoio aéreo de toda a RFB.

Estas aeronaves tem sido empregadas no apoio aéreo a diversas atividades do órgão, entre elas:

- ✓ Operações de combate ao contrabando e descaminho, principalmente nas regiões de fronteira seca com o Paraguai (com destaque para Foz do Iguaçu), as quais permitiram um aumento da eficiência das equipes terrestres e da segurança destas equipes nas abordagens. Em termos numéricos, podemos citar apreensões da ordem de US\$ 50 milhões em operações que contaram com apoio aéreo somente no ano de 2011;
- ✓ Operações de levantamento de informações e execução de Mandados de Busca e Apreensão para os serviços de corregedoria e de inteligência da RFB – a título exemplificativo, o helicóptero foi utilizado na execução do MBA da Operação Alquimia, para permitir o desembarque das equipes da RFB e da PF na ilha que foi confiscada na operação;
- ✓ Operações voltadas para a arrecadação de contribuição previdenciária sobre obras de construção civil e omissão de patrimônio no Imposto de Renda de Pessoa Física, as quais possibilitaram um aumento da percepção de risco e da presença fiscal que resultaram no incremento da arrecadação da referida contribuição. Por exemplo, no primeiro semestre de 2011, na DRF Piracicaba, a arrecadação aumentou em cerca de R\$ 1,5 milhão de Reais após realização de operação desta natureza.

Para a Receita Federal do Brasil, além de todos os resultados mensuráveis, as aeronaves constituem um importante instrumento de presença fiscal, de divulgação da imagem institucional perante a sociedade, bem como de demonstração de força e de dissuasão perante as organizações criminosas atuantes no contrabando e descaminho, possibilitando ainda um aumento da percepção de risco com a conseqüente redução da atividade ilegal e da sonegação e, posterior aumento da arrecadação.

c) Quantidade de aeronaves em uso ou na responsabilidade da UJ;

A Divisão de Operações Aéreas opera 02 (dois) helicópteros Eurocopter EC-135 T2+, matrículas PR-RFA e PR-RFC.

d) Média anual de quilômetros (horas de voo) rodados, por grupo de aeronaves;

No ano de 2012 foram cumpridas 27 missões operacionais, durante as quais foram voadas um total de 567 horas. Somando-se as horas voadas a título de manutenção da aeronave e de treinamento e manutenção operacional dos tripulantes, temos um total de 618 horas.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Os helicópteros PR-RFA e PR-RFC foram fabricados em 2006 e recebidos em maio de 2007.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

No item manutenção englobando as duas aeronaves, período de 01/2012 a 12/2012, com um total de horas voadas de 618 horas, foram gastos R\$ 1.158.655,00 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco Reais) valor que engloba gastos com manutenções preventivas, manutenções corretivas, fornecimento de peças de troca sistemática e não sistemática, apoio operacional em sede e em operações, custo de reparo de peças e equipamentos e controle técnico de manutenção.

Os custos associados ao seguro obrigatório (Responsabilidade Civil - RETA), bem como ao Seguro Aeronáutico de Casco (integral) para as duas aeronaves, período de 10/05/2012 a 10/05/2013, totalizaram a quantia de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais).

Os custos com combustível (QAV) totalizaram, em 2012, o valor de R\$ 716.018,55 (setecentos e dezesseis mil e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

g) Plano de substituição da frota;

As aeronaves são “veículos” cujo ciclo de vida pode estender-se por mais de 20 (vinte) anos, com um programa de manutenção rígido e operação dentro dos limites estabelecidos pelo fabricante, razão pela qual não foi definido até o momento um plano de substituição da frota.

Contudo, encontra-se em fase de avaliação pelo Gabinete da RFB uma proposição de projeto para ampliação da frota e da infra-estrutura de apoio nas regiões de fronteira, com vistas à maximização do emprego dos meios existentes e adicionalmente, o aumento da capacidade operacional.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A opção pela aquisição em detrimento da locação ocorreu em função da necessidade de aeronaves configuradas com equipamentos voltados para os objetivos da operação aérea, como por exemplo, câmera giro-estabilizada para obtenção de imagens tanto diurnas quanto noturnas, radar de busca, farol de alta potência luminosa, alguns dos quais de uso exclusivo das Forças Públicas.

As modificações necessárias, bem como os processos de homologação aeronáutica destes equipamentos tornam difícil, senão inviável a utilização de aeronaves comercialmente disponíveis para locação, as quais, em geral, são configuradas para transporte de passageiros e, eventualmente de carga.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Cumpra esclarecer que as aeronaves da RFB não são empregadas com finalidade primária de transporte de pessoal e/ou carga, mas de apoio operacional às atividades do órgão.

A Divisão de Operações Aéreas efetua, através de registro informatizado e arquivamento físico, o controle da manutenção, do seguro e dos combustíveis utilizados pelos helicópteros. Os dados relativos às horas de voo de tripulantes são controlados através de sistema informatizado específico.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte.

Apenas a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 09ª região fiscal (SRRF09) e a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu (DRF/FOZ) mantêm com pessoas jurídicas de direito privado distintos contratos de prestação de serviços de transporte e remoção de mercadorias apreendidas que funcionam por chamada.

Ante a necessidade de serviços relacionados, principalmente, às demandas da área aduaneira da RFB na 09ª região fiscal, objetivou-se contratar empresa atuante na área de logística em transporte de carga em âmbito municipal, estadual e interestadual, de mercadorias apreendidas, veículos leves e pesados, embarcações, containeres, mobiliários, mudanças de servidores e cargas em geral, e que forneça recursos humanos, neste caso, carregadores e motoristas avulsos, conforme o caso, com a finalidade de atender a toda a demanda da RFB na 9a. Região Fiscal, principalmente em apoio às atividades de combate ao contrabando e descaminho.

Em semelhantes moldes, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu mantém contrato de objeto assemelhado, sob justificativas próximas às apresentadas, mas só atende suas necessidades, enquanto que o contrato da SRRF09 abrange todas as Unidades da RFB na 09ª região fiscal.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação dos serviços de transporte.

Contratada da SRRF09: Transportadora de Bens Santa Catarina, CNPJ nº 07.357.980/0001-23.

Contratada da DRF/FOZ: LASKOS & CIA. LTDA., CNPJ n.º 80.537.707/0001-70.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão.

Dados referentes à SRRF09: concorrência nº 02/2007, contrato nº 04/2008, vigência de 31 de janeiro de 2008 a 31 de janeiro de 2013, valor contratado foi de R\$600,00 por diária de 100 KM para o caminhão do tipo baú, sendo que, desde a contratação até o exercício de 2012, foram pagos R\$ 7.513.840,34.

Dados referentes à DRFFOZ: pregão eletrônico nº 02/2007, contrato nº 04/2010, vigência de 2010 a 2012, valor contratado estimado para 20 meses de R\$ 753.836,00 e, desde a contratação até o exercício de 2012, foram pagos R\$ 256.058,89.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 37, XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

A contratação deste tipo serviço, em ambos os casos, é de extrema relevância, pois, além de não contarmos com funcionários e estrutura física suficientes a atender esta demanda, sem prejudicar o cumprimento da missão finalística do órgão, é um instrumento que serve de apoio à movimentação de mercadorias removidas, possibilitando o esvaziamento de estoque em depósitos, o cumprimento

das metas de destinação de mercadorias, a baixa de processos mais antigos, a realização de leilões e a destinação de mercadorias por outras Unidades da RFB.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Acerca dos quesitos “f”, “g”, “h” e “i”, informa-se que as Unidades não possuem acesso a tais informações, uma vez que se referem a bens de propriedade das empresas contratadas, sobre os quais não temos qualquer ingerência.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

SRRF09 e DRF/Foz do Iguaçu mantêm seus próprios controles decorrentes da fiscalização da execução destes contratos, tais como: recebimento dos pedidos de realização de transportes de bens, atesto de que os serviços foram prestados, recebimento de faturas, etc.

7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 19 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARANÁ	48	43
	Curitiba	3	3
	Capanema	2	1
	Cascavel	3	3
	Francisco Beltrão	1	1
	Iporã	1	0
	Laranjeiras do Sul	2	1
	Pato Branco	2	1
	Santo Antônio do Sudoeste	2	2
	Toledo	2	1
	Paranaguá	1	1
	Londrina	2	2
	Apucarana	1	1
	Jacarezinho	1	1
	Ponta Grossa	3	3
	União da Vitória	1	0
	Maringá	3	3
	Campo Mourão	1	1
	Cianorte	1	1
	Jandaia do Sul	1	1
	Loanda	1	1
	Paranavaí	1	1
	Foz do Iguaçu	5	5
	Guaíra	1	1
	Marechal Cândido Rondon	1	1
	Medianeira	2	2
	Santa Helena	1	1
	Paranaguá	4	4
	SANTA CATARINA	19	18
	Florianópolis	1	1
	São José	2	2
	Tubarão	1	1
	Araranguá	1	1
	Joaçaba	1	1
	Dionísio Cerqueira	3	3
	Joinville	3	3
	Jaraguá do Sul	1	1
	Itajaí	2	2
	Blumenau	1	1
	Rio do Sul	1	0
	Imbituba	1	1
	São Francisco do Sul	1	1
Subtotal Brasil		68	61
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		68	67

Fonte: SPIUNET.

QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	PARANÁ	20	18
	Curitiba	9	7
	Iporã	1	1
	São José dos Pinhais	1	1
	Cornélio Procopio	1	1
	Arapongas	1	1
	Guarapuava	1	1
	Ibaiti	1	1
	Irati	1	1
	União da Vitória	1	1
	Umuarama	1	1
	Ivaiporã	1	1
	Foz do Iguaçu	1	1
	SANTA CATARINA	26	26
	Florianópolis	2	2
	São José	1	1
	Tubarão	1	1
	Criciúma	1	1
	Araranguá	1	1
	Videira	1	1
	Caçador	1	1
	Concórdia	1	1
	Chapecó	1	1
	Xanxerê	1	1
	São Miguel D'Oeste	1	1
	Joaçaba	2	2
	Blumenau	1	1
	Rio do Sul	1	1
	Timbó	1	1
	Brusque	1	1
	Gaspar	1	1
	Lages	1	1
	Joinville	2	2
	Jaraguá do Sul	1	1
	São Bento do Sul	1	1
	Mafra	1	1
	Canoinhas	1	1
	Subtotal Brasil	46	44
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		46	44
Fonte: processos de contratação.			

QUADRO 21 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170156	7535003645005	21	5	359.700,00	24/10/2011	359.700,00	-	-
170157	7487000025002	13	3	1.199.745,98	29/09/2011	1.199.745,98	0,00	6.009,54
	7487000045003	13	5	189.000,00	27/10/2010	189.000,00	0,00	8.508,46
	7493000685007	13	8	412.939,80	20/12/2011	412.939,80	0,00	0,00
	7493000695002	13	4	5.177.248,37	29/09/2011	5.177.248,37	0,00	29.025,89
	7493000745000	13	5	6.054.738,75	29/09/2011	6.054.738,75	0,00	122.927,43
	7565000545001	13	3	565.297,03	29/09/2011	565.297,03	0,00	63.524,78
	7605000055007	13	8	120.000,00	19/03/2012	120.000,00	0,00	0,00
	7659000195002	13	8	42.400,00	16/07/2012	42.400,00	0,00	0,00
	7659000225009	13	4	295.255,73	29/09/2011	295.255,73	0,00	1.952,60
	7751000185008	13	4	440.335,64	29/09/2011	440.335,64	0,00	3.014,89
	7751000315009	13	8	176.000,00	23/04/2012	176.000,00	0,00	0,00
	7857000045007	13	4	569.544,94	29/09/2011	569.544,94	0,00	3.318,40
	7857000055002	13	8	42.608,22	29/09/2011	42.608,22	0,00	0,00
	7927000225000	13	4	424.269,13	29/09/2011	424.269,13	0,00	2.397,75
	7927000355003	13	8	285.859,62	28/08/2012	285.859,62	0,00	0,00
	TOTAL							240.679,60
170158	7535003665006	21	4		12/08/2011	8.609.850,24	0,00	0,00
	7745001365005	21	4		23/09/2011	2.062.803,96	0,00	0,00
	TOTAL							0,00
170159	7667000365006	13	4	2.600.748,40	25/08/2011	3.329.359,06	0,00	233.985,00
	7667000695006	13	6	766.991,61	14/02/2012	2.747.573,00	0,00	0,00
	7425000085005	13	5	240.160,68	30/09/2011	618.538,24	0,00	22.749,99
	7629000135008	13	5	317.608,01	29/09/2011	358.369,10	0,00	29.049,99
	7425000485003	15	3	105.679,02	30/09/2011	286.751,94	0,00	0,00
	TOTAL							285.784,98
170160	7777000395006	21	1	955.251,37	12/09/2011	1.092.929,16	0,00	20.275,89
	7777000105008	21	3	3.354.813,79	12/09/2011	7.093.263,37	0,00	112.670,80
	7777000405001	21	5	592.797,68	12/09/2011	938.412,06	0,00	19.393,36
	7937000285000	21	1	11.066,96	02/09/2011	11.066,96	0,00	0,00
	TOTAL							152.340,05
170161	7483000255005	13	3	357415,21	03/02/2012	162942,23	0,00	4897,92
	7505000145000	13	3	575547,85	02/02/2012	387889,88	0,00	7182,20
	7635000085005	13	3	527.06,97	03/02/2012	125541,34	0,00	7565,01
	7663000145003	13	3	551946,66	23/12/2011	551946,66	0,00	7769,53
	7691000475009	13	3	2990361,85	02/02/2012	948154,72	0,00	45612,84
	7691000495000	13	5	4658063,43	02/02/2012	3697556,45	0,00	211738,59
	7691000525006	13	5	3110224,11	20/01/2012	3110224,11	0,00	23348,22
	7749000185006	13	3	377776,43	08/02/2012	593749,69	0,00	7050,88

	TOTAL							315.165,18
170162	7563005855002	13	6	565.967,36	30/12/2011	565.967,36	0,00	17.040,08
	7563005875003	13	5	19.378.836,21	27/12/2011	19.378.836,21	0,00	307.209,12
	7563005935006	13	4	9.450.903,81	27/12/2011	9.450.903,81	0,00	159.314,42
	7563008485001	13	5	186.732,92	27/12/2011	186.732,92	0,00	3.087,97
	7563008525003	21	4	1.865.571,50	27/12/2011	1.865.571,50	0,00	14.507,15
	7563008565005	13	8	5.669.420,56	30/12/2011	5.669.420,56	0,00	581,29
	7563008715007	13	8	7.641.966,08	30/12/2011	7.641.966,08	0,00	996,50
	757100065004	13	6	495.021,02	15/12/2011	495.021,02	0,00	13.354,20
	7571000345007	13	5	137.492,14	12/12/2011	137.492,14	0,00	0,00
	768300009.000	13	4	337.773,31	12/12/2011	337.773,31	0,00	5.297,54
	7701000075001	13	5	196.474,45	12/12/2011	196.474,45	0,00	4.270,65
	7701000205002	7	4	130.541,74	07/12/2011	130.541,74	0,00	3.675,57
	7971000045009	13	3	720.448,00	30/12/2011	720.448,00	0,00	8.728,64
	TOTAL							538.063,12
170163	7745001355000	21	4	1.315.721,54	26/09/2011	4.635.406,42	0,00	70.270,07
	7745001255005	12	8	85.070,40	26/09/2011	1.971.504,00	0,00	0,00
	7745001415002	21	4	4.273.041,22	26/09/2011	5.867.981,68	0,00	94.328,57
	7745001365005	21	4	1.175.210,38	26/09/2011	2.062.803,96	0,00	57.257,15
	TOTAL							221.855,79
170169	802700071500-5	13	3	148.000,00	30/09/2011	148.000,00	0,00	0,00
	810500272500-3	13	3	10.852.241,23	30/09/2011	10.852.241,23	0,00	0,00
	832700058500-3	13	3	339.796,30	30/09/2011	2.874.901,00	0,00	0,00
	836700017500-9	13	3	301.000,00	30/09/2011	301.000,00	0,00	0,00
	TOTAL							0,00
170170	8177000235006	21	4	666.102,79	12/12/2011	3.500.000,00	0,00	17.806,57
	8097000445009	21	3	ND	25/10/2011	2.501.013,44	0,00	300,00
	8097000545003	21	5	ND	17/10/2011	82.460,00	0,00	0,00
	8097000505001	21	5	301.555,16	25/10/2011	6.322.546,86	0,00	0,00
	TOTAL							18.106,57
170171	8175000045007	14	8(*)	27.464,48	30/09/2011	1.286.000,00	0,00	0,00
	8179000435001	23	8(*)	3.388.036,58	05/04/2012	3.388.036,58	0,00	0,00
	817.000555007	21	2	711.699,09	24/03/2011	2.800.000,00	0,00	165.534,27 **
	8179000745000	23	8(*)	131.837,29	05/04/2012	1.051.232,00	0,00	0,00
	TOTAL							165.534,27
170172	8161000895000	11	3		28/09/2011	5.794.868,71	0,00	94.084,13
	8161000955002	13	3		27/09/2011	2.637.463,97	0,00	39.032,07
	TOTAL							133.116,20
170314	804700020500	13	3	1249987,57	14/10/2011	1753000	0,00	0,00
	8291000165000	13	3	481191,32	31/12/2012	509982,82	0,00	0,00
	TOTAL							0,00
170342	8327000325001	21	1	3.729.654,97	14/08/2012	3.607.370,03	0,00	0,00

	8327000725000	21	1	13.328.800,56	14/08/2012	3.729.664,97	0,00	0,00
	8149000055003	21	2	370.820,71	09/08/2012	237.013,41	0,00	0,00
	8143000135007	21	2	86.100,00	09/08/2012	1.611.204,78	0,00	0,00
	TOTAL							0,00
170343	7535000975004	21	3	614.568,34	13/09/11	1.287.581,92	0,00	0,00
	TOTAL							0,00
170389	8319000225006	21	5	351.609,33	19/09/2011	739.605,31	0,00	111.096,27
	TOTAL							111.096,27
Total							---	1.959.886,24
Fonte: SPIUNET e processos de contratação.								

Legendas

Regime:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise Crítica:

UG 170156: as despesas de manutenção relativas ao imóvel RIP 7535.00364.500-5 são pagas pela SAMF-PR.

UG 170157: ss valores histórico e reavaliado referem-se ao valor da última avaliação feita pela UG, que tem validade de 24 meses. Os imóveis listados na relação estão em plena utilização por esta UG, com exceção dos RIPs 7605000055007, 7659000195002, 7751000185008, 7927000225000, 7927000355000 onde serão construídas novas sedes da Receita Federal do Brasil, conforme Plano Pilar 2012. As despesas mencionadas referem-se ao contrato de manutenção predial mantido por essa DRF e despesas com os materiais utilizados nos serviços, bem como a pintura do Depósito de Mercadorias Apreendidas e da ARF Francisco Beltrão. Por fim, informamos que, não existe nesta Delegacia nenhum imóvel que esteja fora do patrimônio da União.

UG 170158: em relação ao RIP 7535003665006, edifício sede do MF, imóvel de uso compartilhado, sendo que a DRF/CTA ocupa aproximadamente 5 andares dos 14 existentes. Em relação ao imóvel de RIP 7745001365005, prédio histórico da Alfândega da RFB no Porto de Paranaguá, trata-se de imóvel de uso compartilhado, sendo que a DRF Curitiba ocupa aproximadamente 155 m², onde está instalada a Agência da RFB. No exercício de 2012 não foram realizadas reformas em nenhum dos imóveis.

UG 170159: A DRF em Londrina possui 04 Imóveis sob a sua responsabilidade, assim distribuídos: Prédio da Delegacia, DMA / Depósito de Mercadorias Apreendidas, Agência de Apucarana e Agência de Jacarezinho. No Sistema Spiunet estão registrados em 05 RIP's (Registro Imobiliário Patrimonial): RIP 7667.00036.500-6 Delegacia, RIP 7667.00069.500-6 DMA, RIP 7425.00008.500-5 ARF/Apucarana, RIP 7425.00048.500-3 Apartamento da ARF/Apucarana, RIP 7629.00013.500-8 ARF/Jacarezinho. Quanto ao estado de conservação dos imóveis, podemos assim considerá-los: o apartamento que situa-se no 1º andar da Agência de Apucarana está em bom estado. O prédio da Delegacia encontra-se em estado regular. Com respeito às Agências de Apucarana e de Jacarezinho, ambas necessitam de reparos importantes. Devem, ainda este ano, ser realizados reparos ou mudanças no DMA-Londrina. Em maio de 2012, a Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional mudou-se para prédio próprio, e portanto, não mais compartilha o imóvel da Delegacia. O Banco do Brasil também retirou o seu PAB do nosso prédio, restando apenas o caixa eletrônico. Informamos que não temos nenhum Bem Imóvel que esteja fora do Patrimônio da União.

UG 170160: Os imóveis sob responsabilidade da União são regularmente reavaliados a cada dois anos. Há contrato de manutenção predial que engloba todos os imóveis, o que tem mantido-os em bom estado, porém, há reparos importantes a serem feitos, especialmente no mais antigo, de RIP 7777.00040.500-1, que requer dotação orçamentária específica, cujas despesas estão previstas para 2013. É necessário ainda realizar adaptações de acessibilidade no edifício-sede, principalmente elevador de acesso a todos os pavimentos, piso tátil, e sinalização adequada. Em relação ao RIP 7937.00028.500-0, trata-se de terreno destinado à construção da Agência da Receita Federal em União da Vitória, a qual está incluída entre as primeiras Unidades do Projeto Agencia Modelo.

UG 170161: A DRF Maringá possui oito imóveis sob sua responsabilidade, três em Maringá, sendo a sede da DRF e dois Depósitos de Mercadorias Apreendidas; e imóveis nas cidades de Paranavaí, Loanda, Cianorte, Campo Mourão e Jandaia do Sul, que abrigam as Agências da Receita Federal. Os imóveis que abrigam as Agências da Receita Federal e o prédio sede da DRF estão em bom estado de conservação, sendo necessários apenas pequenos reparos e pintura. O Depósito de Mercadorias Apreendidas – RIP 7691.00052.500-6 e outro Depósito com RIP nº 7691.00049.500-0 nos foi entregue recentemente. Ambos necessitam de grandes reparos, inclusive para adequação às normas de combate a incêndio. No valor das despesas de manutenção incluímos o contrato de manutenção predial e aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e de manutenção. As despesas foram estimadas para cada imóvel levando em consideração sua área. Por fim informamos que não há imóvel utilizado pela DRF sem registro no Spiunet.

UG 170162: Em 2012 iniciamos a atualização dos registros cadastrais dos imóveis nos sistemas EDIFICA e SPIUnet, tendo sido identificado a necessidade de contratar empresa especializada para avaliação dos documentos existentes na Unidade e nos Registros de Imóveis, assim como para o desenvolvimento dos projetos de engenharia necessários à regularização das áreas construídas dos imóveis junto aos Órgãos Públicos municipais e estaduais (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Prefeituras). Para o exercício de 2013, contamos com reserva de recursos orçamentários necessários à contratação destes serviços e regularização da situação cadastral. A Unidade constatou problemas de ocupação da área do imóvel que abriga o prédio sede da DRF, situação comunicada a SPU-PR. Para a área do Pátio de Custódia de Veículos Apreendidos, gestionou a SPU para que proceda a unificação das 3 áreas disponibilizadas, contando com recursos orçamentários/2013 necessários à regularização das construções existentes no imóvel.

UG 170163: O imóvel RIP 774500125500-5 trata-se de terreno que está como sendo utilizado pela Alfândega de Paranaguá, porém trata-se de terreno que foi ocupado pelo Porto de Paranaguá e até o presente momento ainda não houve uma definição, conforme consta no Processo 10980.006707/86-

59. Até a presente data não foi dada uma solução por parte da SPU sobre esse terreno que ainda está constando como de uso de nossa Alfândega. Quanto aos demais imóveis foi feito uma atualização dos valores com o sistema de avaliação para IPTU da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Conforme sistema SPIUnet, a previsão de uma próxima avaliação é no mês de setembro de 2013. As condições gerais dos prédios são boas, estando previstos para este exercício vários serviços de reparos e adaptações em todos os prédios como: acessibilidade, reforma do telhado do DMA, reparos no pátio, etc.

UG 170169: tratam-se de terrenos destinados às construções das sedes da DRF/FNS e das Agências de São José, Tubarão e Araranguá. A sede da DRF/FNS já foi recebida provisoriamente em 14/01/2012 pelos fiscais. As sedes das ARF's Tubarão e Araranguá, foram incluídas no plano pilar, para construção de Agência Modelo Tipo 2. A sede da ARF/São José, está em estudo qual o tipo de Agência Modelo será aplicada. Todos os terrenos encontram-se devidamente regularizados.

UG 170170: Durante vários exercícios não houve recursos para que se pudesse promover algumas reformas necessárias aos imóveis de uso da Delegacia da RFB em Joaçaba, os quais, a despeito das manutenções corretivas que foram feitas já apresentavam desgaste e deterioração, como, por exemplo, a cerca da ACI-Cargas em Dionísio Cerqueira que necessitava de nova infra-estrutura, pois estava toda deformada pela movimentação do solo, bem como o asfalto do pátio de caminhões que apresentava muitos buracos, oferecendo até mesmo riscos à segurança. O prédio-sede da DRF em Joaçaba também apresenta deterioração do revestimento da fachada e vidros. Ocorre que em parceria com a SRRF09, a ACI-Cargas encontra-se em reforma e provavelmente será, após a conclusão, uma unidade modelo na atividade de despacho aduaneiro de fronteira seca. Ainda, já recebemos o projeto de reforma da fachada do prédio da DRF e pretende-se realizar o processo licitatório para contratação de sua execução no exercício 2013. Informamos que não existem bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

UG 170171: A Unidade mantém sob seu controle imóveis destinados ao seu uso direto, sendo um em operação (a sede da Delegacia) do qual por conta de processo judicial transcorrido em julgado, já não detém a propriedade, estando em processo de desocupação prevista para os primeiros meses de 2013, em mudança para edifício alugado. Terreno localizado na cidade de Jaraguá do sul encontra-se sob responsabilidade da Unidade, porém é imóvel recebido da União ocupado por posseiro desde antes do efetivo recebimento, estando em trânsito na Justiça Federal, processo patrocinado pela AGU com intenção de retomada de posse. Os outros dois terrenos encontram-se em processo de projeto para construção da nova sede administrativa da Delegacia e do depósito de mercadorias apreendidas, ambos com projetos prontos e previsão de licitação para início das obras no transcorrer de 2013. A Unidade busca ainda imóveis nas cidades de São Bento do Sul, Mafra e Canoinhas para construção de unidades locais.

(*) Sobre o estado de conservação dos imóveis, foi utilizada a caracterização 8 (sem valor) por não haver edifícios nos mesmos, não se vislumbrando outro enquadramento dentre os disponibilizados para tal.

(**) As despesas com manutenção, concentradas em contrato existente para este fim, referem-se a todos os edifícios da Unidade, inclusive Agências. Como o contrato não é individualizado por edifício, se faz impossível definir qual valor foi efetivamente aplicado no edifício sede, utilizado para registro.

UG 170172: Os imóveis sob nossa responsabilidade estão, em geral, com uma manutenção regular, devido aos cortes no orçamento não foram realizadas, nos últimos anos, reformas que poderiam elevar o grau do estado de conservação para um nível melhor, os principais problemas estão relacionados aos materiais utilizados na construção, que estão ultrapassados tecnologicamente,

como o ar-condicionado; outro problema, relaciona-se com um imóvel ser patrimônio histórico, o que limita sobremaneira os reparos. As providências para regularização do RIP 8161.00089.500-0 já foram iniciadas junto ao GRPU/SC.

UG 170314: O Imóvel situado na Rua Sete de Setembro, 933 – Blumenau/SC, RIP 804700020500-1, encontra-se fechado, necessitando de reforma para adequação à utilização da DRF/BLU. O terreno situado na Rua XV de Novembro, S/N – Rio do Sul/SC, RIP 829100016500-0, recebido da União em 2012, tem como objetivo a construção/instalação da ARF/RSL, conforme estabelece o Plano Pilar 2012, aprovado pela Portaria RFB Nº 171, de 14 de fevereiro de 2012.

UG 170342: RIP 8327 0032.500-1: Edifício (Galpão/Depósito) com 3.856,88 m², sede do Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA da Inspeção da RFB em Florianópolis, obra recentemente inaugurada, tendo recebido o habite-se da Prefeitura em Novembro de 2010, estando em ótimas condições. RIP 8327 0072.500-0: Terreno de 24.524,23 m² localizado no município de São José/SC e que abriga as instalações do Depósito de Mercadorias Apreendidas – DMA da Inspeção da RFB em Florianópolis. RIP 8143 00005.500-3: Edifício de 1.200 m², sede da Inspeção da RFB de Imbituba, órgão sob jurisdição da Inspeção da RFB em Florianópolis. Imóvel teve sua reforma terminada no exercício de 2010 – valor total de R\$ 140.475,03 - e encontra-se em ótimas condições. RIP 8143 00013.500-7: Terreno de 1.230 m² localizado no município de Imbituba/SC e que abriga as instalações da Inspeção da RFB de Imbituba, órgão sob jurisdição da Inspeção da RFB em Florianópolis. Os prédios não contam com despesas de manutenção por se tratarem de prédios novos (como é o caso do prédio do DMA) ou por serem recém-reformados (prédio da Inspeção de Imbituba). Todos os imóveis são necessários ao bom desempenho das atividades desta IRF, sendo que a sede atual da Inspeção é em imóvel alugado, devendo a mesma ser transferida para imóvel próprio da União que está sendo construindo em Florianópolis.

UG 170343: A Unidade não apresenta bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização. Os sistemas utilizados para o controle de imobilizados é adequado para o controle das necessidades.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 8: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental *(Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

QUADRO 22 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o	x				

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
consumo de água e energia elétrica.						
<ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
13.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		x				
<ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
Considerações Gerais: As respostas foram obtidas por meio de moda aplicável após consulta a todas as Unidades Jurisdicionadas da SRRF09. Em relação ao quesito nº 01, a DRF em Cascavel informou que “na contratação dos serviços de limpeza e conservação predial foram inseridas previsões ambientais com o objetivo de proteção à saúde, ao meio ambiente natural e do trabalho e a redução de resíduos poluentes no meio ambiente decorrentes desta contratação. A contratada deverá proceder à coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 06/1995. A contratada deverá desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores. Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.” Em relação ao quesito nº 5, convém registrar que há Unidades na 09ª região fiscal em que a aquisição de bens ou produtos que colaboram para o menor consumo de energia e água é feita pela SAMF, como é o caso desta SRRF09. Para as Unidades que adquirem tais bens, a resposta foi de que primam pela aquisição das lâmpadas econômicas e a substituição dos antigos aparelhos de ar condicionados pelos splits ocasionou diminuição no consumo de energia. Em relação aos quesitos nº 12 e 13, convém registrar que há Unidades na 09ª região fiscal em que a atribuição para desenvolver ou promover campanhas visando à diminuição do consumo de água e energia é feita pela SAMF, como é o caso desta SRRF09. Para as Unidades sobre as quais recai a tarefa de manter seu próprio imóvel, houve manifestações no sentido de que tal é realizado por meio de mensagens eletrônicas, folders, cartazes espalhados pela Unidade.						
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO 23 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	(*)	20.350 resmas	50.700 resmas	(*)	R\$153.642,50	R\$363.810,00
Água	84.691m³	83.138m³	85.642m³	R\$549.008,55	R\$429.554,01	R\$412.891,99
Energia Elétrica	8.576.459kw	8.282.369kw	7.754.729kw	3.291.874,33	3.121.590,83	3.039.327,57
			Total	3.840.882,88	3.704.787,34	3.816.029,56

Fonte: faturas e SIAFI.

Não houve aquisição de papel em 2012, tendo sido utilizado o saldo remanescente de papéis adquiridos no exercício anterior. De se informar, ainda, que, desde final de 2009, implantou-se, no âmbito desta SRRF, o e-processo (processo eletrônico, virtual), circunstância que reduz a aquisição e consumo de papel.

Em relação à adesão a programas de sustentabilidade, informa-se que esta UJ não preencheu a 1ª parte do quadro A.9.2 do Anexo I da Portaria TCU nº 150/2012, pois não possui informação a ser prestada, tendo em vista que não realizou adesão a qualquer programa de gestão ligado à temática da sustentabilidade ambiental.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 9: **Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas** *(Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

9.1 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

A auditoria interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) foi criada em 2007, por meio da aprovação do Regimento Interno da RFB, Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007. No atual Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está representada no organograma das Unidades Centrais, pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), como órgão de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da RFB.

Desde a sua criação, a Audit foi estruturada de forma centralizada, não possuindo projeções nas Unidades Descentralizadas desta RFB.

Neste contexto, todas as ações de auditoria interna conduzidas pela Audit são planejadas, programadas, coordenadas e acompanhadas de forma centralizada, podendo ser operacionalizadas por intermédio de equipe própria ou com o auxílio de colaboradores cedidos pelas demais unidades desta Secretaria.

Diante do exposto e em atendimento ao item 10.2 da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, informamos que esta Superintendência Regional não possui unidade própria de auditoria interna, sendo auditada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB.

Com relação ao acompanhamento das ações de auditoria interna informamos que:

- todo trabalho de auditoria interna no âmbito da RFB encontra-se formalizado em processo numerado;
- desde o final de 2011, a tramitação destes processos ocorre de forma eletrônica, por intermédio de sistema denominado e-Processo;
- os processos de auditoria interna tramitam de forma reservada (tem caráter sigiloso), com acesso restrito à Audit, à Superintendência e à unidade auditada;
- o Relatório de Auditoria Interna, contendo as constatações e recomendações feitas pela Audit, é primeiramente levado ao conhecimento da autoridade máxima da UJ, no caso o Superintendente Regional, que após tomar ciência do resultado da auditoria, redireciona o processo internamente para a unidade auditada ou para a área da Superintendência responsável pela matéria;
- toda tramitação do processo de auditoria fica registrada no e-Processo;
- de modo geral, esta UJ tem acatado as recomendações da auditoria interna e adotado as devidas providências para o seu atendimento, algumas delas inclusive no decorrer da própria auditoria;
- o controle das recomendações é feito por meio de planilha eletrônica a cargo das Unidades auditadas;
- em 2012, esta UJ não foi objeto de auditoria interna.

9.2 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas.

Não utilizamos o quadro original previsto no manual da Prestação de Contas pelas seguintes razões:

1. As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não existem na RFB, seria utilizada apenas a última linha;
2. As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

Diante de uma matriz de uma linha (quadro de servidores) e uma coluna (autorização de acesso), temos a necessidade de abordar o acompanhamento da rotina de regularização de pendências de entrega de DBR.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR							
REGIÃO FISCAL	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS1011	FGR0001	FGR0002	FGR0003	TOTAL
9	DRF/FNS/SC	5					5
	SRRF/9RF	1					1
TOTAL		6					6

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Análise Crítica Quadro DBR

Durante o 1º semestre de 2013 devem ser atualizados 6 registros resultantes da entrega da DBR 2012 ano base 2011, além das novas DIRPF 2013 ano base 2012 cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2013. Em relação aos servidores ocupantes de função, não existe pendência para 2013.

Resultado do trabalho de saneamento de pendências até fevereiro de 2013:

RF/UC	PENDÊNCIAS 2011	PENDÊNCIAS 2012	REDUÇÃO
9	101	6	-94,06%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A redução das pendências na ordem de 94,06% envolveu um grande esforço da Rede de Gestão de Pessoas da RFB sendo necessária a definição de servidores para tratar da coleta dos documentos necessários à atualização das pastas funcionais.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3. O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

A preferência dos servidores da RFB é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho da entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

9.3 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011

A declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no sistema integrado de administração de serviços gerais – SIASG e no sistema de gestão de convênios, contratos de repasse e termos de parceria – SICONV encontra-se no Anexo I deste relatório, página 203.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 09ª
REGIÃO FISCAL – SRRF 09**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 10: Informações Contábeis (*Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

1) Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada, informa que, quanto à:

a) Depreciação - redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência:

- **Bens Móveis**

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, utilizando-se a metodologia linear ou de quotas constantes que é o método que contabiliza, como despesa, uma parcela constante do valor do bem em cada período.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e

- Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 1.4.2.12.02.00 - Aeronaves e 1.4.2.12.20.00 - Embarcações, não previstos na norma da anterior.

Cálculo da depreciação

Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações - **Método das Cotas Constantes.**

As taxas utilizadas para os cálculos são as definidas no quadro abaixo

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20

142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

- **Bens Imóveis**

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece, no âmbito da União, o cronograma para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

A depreciação dos bens imóveis da União, sob responsabilidade da RFB, será discutida e implantada no âmbito do Órgão Ministério da Fazenda, assim como foi com a depreciação de bens móveis. Ao longo do exercício de 2013, as Setoriais de Contabilidade da RFB e do Ministério da Fazenda irão desenvolver trabalhos voltados para a discussão e realização do registro da depreciação dos bens imóveis.

b) Amortização - redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Em relação à amortização, a RFB possui registros contábeis de bens intangíveis e ao longo do exercício de 2013 iniciará o registro da amortização desses bens.

Ressaltamos que, de acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão - redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Quanto à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Unidade Jurisdicionada informa que, houve reconhecimento, na UG 170010 - Órgão Central, de ativos e passivos de acordo com os princípios da competência e oportunidade.

Por se tratar de informações administradas nacionalmente, no Relatório de Gestão do Órgão Central constam informações a respeito da contabilização de tais ativos e passivos.

10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão

QUADRO 24 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª RF			170156
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) UG 170156 – SRRF 9ª RF RMB (Relatório de Movimentação de Bens Móveis) não confere com saldo contábil – conta 142124200 – valor R\$ 61.988,37. A diferença refere-se a pagamento efetuado no SIAFI e não dada entrada imediatamente no SIADS, o que ocorreu no mês seguinte. b) UG 170159 – DRF Londrina Relatório de mercadorias apreendidas não confere com saldo contábil – conta 199121700 – valor R\$ 906.584,91. A UG efetuou o lançamento com data errada, ou seja, correspondente a janeiro de 2013 e não dezembro de 2012. c) UG 170161 – DRF Maringá Saldo Selecon (selos de controle) não confere com saldo contábil – Contas 199121100 e 113181200 – valor R\$ 3.000,00. A UG não deu baixa no SIAFI no fornecimento de 150.000 selos SC0982211 – Vinho Verde novo papel. Regularizado mês seguinte. d) UG 170171 – DRF Joinville Falta de conformidade de registro de gestão do dia 28/12/2012. e) UG 170389 – ALF Porto São Francisco do Sul RMB não confere com saldo contábil – conta 142122400 – valor R\$ 1.295,00. A diferença refere-se a pagamento efetuado no SIAFI e não dada entrada imediatamente no SIADS, o que ocorreu no mês seguinte. <p>Obs: São atestados somente os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI. Os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI. (mensagem SIAFI 2013/0473715 da Coordenação Geral de Contabilidade/STN).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	CURITIBA	Data	25/01/2013
Contador Responsável	MARIO SERGIO DE ARAUJO KALIL	CRC nº	28763-O-8/PR

ANEXO

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 10.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012

QUADRO A.10.6 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, PAULO DE RAMOS, CPF nº 461.785.709-53, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, na função de Chefe da Equipe de Logística – ELG, exercido na Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal – SRRF09/DIPOL09, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Curitiba, 18 de março de 2013.



Paulo de Ramos
CPF nº 461.785.709-53

Chefe da Equipe de Logística – ELG – SRRF09/DIPOL09